METROGREEN SKYRAIL
CONCESSIONÁRIO DA BAHIA S/A

LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO AOS BENS CULTURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO VLT – MONOTRILHO DO SUBÚRBIO SALVADOR E SIMÕES FILHO – BA

METROGREEN SKYRAIL CONCESSIONÁRIO DA BAHIA S/A

LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO AOS BENS CULTURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO VLT – MONOTRILHO DO SUBÚRBIO SALVADOR E SIMÕES FILHO – BA

Relatório BMA

Dezembro de 2019

COORDENADOR:

Pablo Alejandro Cotsifis
Biólogo BSc, MSc.

Maria de Fátima Teixeira Navarro
Bióloga, BSc.

BIOMONITORAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA.
Rua Barão do Triunfo 288
Rio Vermelho
Salvador – Bahia
Telefax: (71) 3245 3100
E-mail: bma@biomon.com.br

EXECUÇÃO:

ARCHAIOS LOGOS CONSULTORIA CIENTÍFICA
Rua Lourival do Prado Barreto n° 159 –Bairro Luzia
CEP: 49048-380 Aracaju – SE
CNPJ: 10.959.969/0001-48
Representante Legal: Daivisson Batista Santos
E-mail: daivisson@archaioslogos.com.br

LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMPACTO AOS BENS CULTURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO VLT – MONOTRILHO DO SUBÚRBIO SALVADOR E SIMÕES FILHO – BA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 9
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 10
3. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA 13
4. BENS CULTURAIS TOMBADOS, VALORADOS E REGISTRADOS 14
5. BENS CULTURAIS IMÓVEIS INDIVIDUAIS TOMBADOS SOB ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 42
6. CONJUNTOS IMÓVEIS TOMBADOS SOB ÂMBITO FEDERAL LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 88
7. BENS CULTURAIS VALORADOS SOB ÂMBITO FEDERAL 91
8. ESTRADA DE FERRO BAHIA AND SAN FRANCISCO RAILWAY – BREVE HISTÓRICO 94
9. BENS CULTURAIS NÃO TOMBADOS, REGISTRADOS OU VALORADOS LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 97
10. BENS CULTURAIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 111
11. COMUNIDADES TRADICIONAIS LOCALIZADAS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO 113
12. POVOS E COMUNIDADES DE TERREIRO 116
13. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL ENTRE AS COLÔNIAS DE PESCADORES E A PESCA ARTESANAL BAIANA 119
14. IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS 131
15. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES 142
16. REFERÊNCIAS 145

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2-1 – Entrevista com Sulivan Santos - Líder Comunitário no Lobato. Foto: Lícia Reis. 12
FIGURA 2-2- Entrevista com Gideon dos Santos e Cássio Alvin, Líderes Comunitários de Periperi. Foto: Lícia Reis 12
FIGURA 2-3- Entrevista com Cássio Alvin, Líder Comunitário de Periperi e com o Padre Sérgio Ricardo na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Periperi. Foto: Lícia Reis 12
FIGURA 4-1 – Tabuleiro de Baiana com seus quitutes, Fonte: IPHAN. 22
FIGURA 4-2 – Preparo do Acarajé. Fonte: Instituto Pierre Verger 22
FIGURA 4-3 – N'golo. Aquarela de Albando Neves e Sousa, 1955-56. 25
FIGURA 4-4 – "Jogar Capoeira" ou Danse de la Guerre. Rugendas, 1835. 25
FIGURA 4-5 – Negros fighting, Brazils . Aquarela de Augustus Earle, 1820-1824. 25

FIGURA 4-6 – Mapa Localização dos Grupos de Capoeira em relação a Área de Influência do Empreendimento. 32
FIGURA 4-7 – Imagens do Cortejo da Lavagem do Bonfim. Fotos: Daivisson Santos. 37
FIGURA 4-8 – Cortejo do 2 de julho pelas ruas do Pelurinho. 40
FIGURA 4-9 – Cortejo do 2 de julho pelas ruas da Soledade. 40
FIGURA 4-10 – Trajeto do Cortejo do 2 de Julho em 2019. Fonte: SANTOS, 2019. 41
FIGURA 5-1 – Mapa de Bens Tombados sob âmbito Federal e Estadual localizados nas áreas de Influência do Empreendimento. 45
FIGURA 5-2 – Visão parcial da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Foto: Arivaldo Leão de Amorim. 47
FIGURA 5-3 – Desenho restituição da fachada principal da Igreja da Conceição da Praia, em Salvador. Fonte: Gabriele Fangi, 2012. 47
FIGURA 5-4 – Elevador Lacerda visto a partir da Praça Tomé de Sousa. 48
FIGURA 5-5 – Elevador Lacerda visto a partir da Capitania dos Portos de Salvador. 48
FIGURA 5-6 – Visão da parte posterior do Mercado Modelo. Fonte: http://www.salvador-turismo.com/mercado-modelo.htm. 49
FIGURA 5-7 – Visão das janelas e falsas janelas na lateral do Mercado Modelo. Fonte: Google Street View. 49
FIGURA 5-8 – Visão parcial da Fachada principal do Mercado Modelo. Fonte: Google Street View. 50
FIGURA 5-9 – Visão parcial da fachada da Capela do Corpo Santo. 51
FIGURA 5-10 – Interior da Capela do Corpo Santo. 51
FIGURA 5-11 – Visão da fachada do Sobrado Azulejado localizado na Praça Cairú n° 19. Foto: Daivisson Santos. 51
FIGURA 5-12 – Forte de São Marcelo. 52
FIGURA 5-13 – Vista aérea do Forte de São Marcelo. 52
FIGURA 5-14 – Visão parcial da Entrada do Forte de São Marcelo 53
FIGURA 5-15 – Planta do Forte de São Marcelo. Fonte: Fortalezas Históricas do Brasil. 54
FIGURA 5-16 – Edifício Caramuru. Fonte: L'Architecture d'aujourd'hui, p. 24 55
FIGURA 5-17 – Fachada Frontal do Edifício Caramuru. Foto: Leonardo Finotti. 55
FIGURA 5-18 – Visão parcial da fachada do Palácio da Associação Comercial da Bahia. 56
FIGURA 5-19 – Visão parcial da fachada do Palácio da Associação Comercial da Bahia Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Comercial_da_Bahia. 56
FIGURA 5-20 – Visão Parcial da Fachada do Instituto do Cacau da Bahia. Foto:extraído de Azevedo 2007. 57
FIGURA 5-21 – Instituto do Cacau e o Zeppelin Graff. Foto: extraído de Azevedo 2007. 57
FIGURA 5-22 – Estrutura do Instituto de Cacau da Bahia caiu após incêndio — Foto: Reprodução/TV Bahia 57
FIGURA 5-23 – Estrutura do Instituto de Cacau da Bahia após incêndio — Foto: Daivisson Santos 57
FIGURA 5-24- Mapa Localização do Instituto do Cacau da Bahia em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 58
FIGURA 5-25 – Visão da fachada da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Foto: Lázaro Menezes (IPAC, 2019). 59
FIGURA 5-26 – Visão parcial da nave central da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Foto: Lázaro Menezes (IPAC, 2019). 59
FIGURA 5-27 – Visão Parcial da Fachada da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: Google Street View. 60
FIGURA 5-28 – Visão Parcial da Fachada da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: Google Street View. 60
FIGURA 5-29 – Desenho de J. Macadrai, feito entre 1880 e 1883 onde é possível ver Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/sao-joaquim.htm. 61
FIGURA 5-30- Mapa Localização da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 62
FIGURA 5-31 – Visão parcial da parte posterior Antiga Fábrica da Fratelli Vita. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC). 64

FIGURA 5-32 – Fachada Frontal do imóvel após a reforma (atual Campus da Faculdade Estácio de Sá. Fonte: Google Street View. 64
FIGURA 5-33 – Visão Parcial da Fachada da Antiga Fábrica São Brás. Fonte: http://www.ipatrimonio.org/?p=46801#!/map=38329&loc=-12.901826000000005,-38.490769,17 65
FIGURA 5-34 – Visão Parcial da Fachada da Antiga Fábrica São Brás. Fonte: https://outrofoco.wordpress.com/2010/07/13/um-pouco-de-historia-plataforma/ 65
FIGURA 5-35 – Visão Parcial aérea da Antiga Fábrica São Brás. 65
FIGURA 5-36 - Mapa Localização da Antiga Fábrica São Brás em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 66
FIGURA 5-37 – Visão Parcial da Capela de Nossa Senhora da Escada. Daivisson Santos. 67
FIGURA 5-38– Visão Parcial da Capela de Nossa Senhora da Escada. Foto: Daivisson Santos. 67
FIGURA 5-39 – Visão Parcial da Bahia de Todos os Santos a partir da Capela de Nossa Senhora da Escada Foto: Daivisson Santos. 68
FIGURA 5-40 - Mapa Localização da Capela de Nossa Senhora da Escada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 69
FIGURA 5-41 – Fonte da Munganga. Foto: Daivisson Santos. 70
FIGURA 5-42 – Fonte da Munganga. Foto: Daivisson Santos. 70
FIGURA 5-43 – Visão parcial da fachada da Casa Nobre da Jequitaia. Fonte: Google Street View. 71
FIGURA 5-44 – Fachada Frontal do imóvel após a reforma. Foto: Paul R. Burley. 71
FIGURA 5-45 – Visão parcial da lateral da Casa do Conde da Palma. Foto: Google Street View 72
FIGURA 5-46 – Visão Parcial da Fachada do Solar Bandeira. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC). 73
FIGURA 5-47 – Visão Parcial da Fachada do Solar Bandeira. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC). 73
FIGURA 5-48 – Solar Bandeira. Aquarela de J. Naher, séc. XIX - Coleção IGHB. 73
FIGURA 5-49 - Mapa Localização do Solar Bandeira em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 74
FIGURA 5-50 – Conjunto Arquitetônico da Soledade. Fonte: IPAC. 76
FIGURA 5-51 – Visão Parcial do Convento e do Colégio Nossa Senhora da Soledade. Google Street View 76
FIGURA 5-52 - O Convento da Soledade, visto do Queimado, cerca de 1880. Fonte: Guia Geográfico Salvador Antiga. 76
FIGURA 5-53 – Imóvel com escoras de localizado na Ladeira da Soledade n° 131.Fonte: Google Street View. 76
FIGURA 5-54 – Imóvel com escoras de localizado na Ladeira da Soledade n° 146. Google Street View. 76
FIGURA 5-55 – Imóvel demolido localizado na Ladeira da Soledade n° 146. Google Street View. 77
FIGURA 5-56 – Imóvel abandonado e demolido localizado no Largo da Soledade. Google Street View. 77
FIGURA 5-57 - Mapa Localização do Conjunto Arquitetônico da Soledade em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 78
FIGURA 5-58 – Frontispício da Fonte do Baluarte. Foto: Roberto Nascimento. 79
FIGURA 5-59 – Localização da Fonte do Baluarte. Foto: Roberto Nascimento. 79
FIGURA 5-60 – Localização do Painel Quetzalcoatl na fachada do Edifício Ilhéus . Fonte: Google Street View. 80
FIGURA 5-61 – Detalhe do Painel Quetzalcoatl. Foto: Daivisson Santos. 80
FIGURA 5-62 - Mapa Localização do Painel Quetzacoatl em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 81
FIGURA 5-63 – Mapa Localização do Terreiro *Ile Aşé Kalè Bokùn* em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 84
FIGURA 5-64 - Mapa Localização do Terreiro Ilé Asé Maroialaji (Alaketu) em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 87
FIGURA 6-1 – Mapa Localização dos Conjuntos Arquitetônicos Tombados Localizados em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 90
FIGURA 7-1 – Mapa Localização do Antigo Posto Médico da Estação Calçada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 93
FIGURA 8-1 – Viaduto de Itapagipe (Ponte de São João) da Bahia and San Francisco Railway, foto de Guilherme Gaensly tirada entre 1870-1880. Fonte: Cavalcante, 2017. 95

FIGURA 8-2 – Ponte de São João atualmente. Fonte: *Google Street View.* 95
FIGURA 8-3 – Estação da Calçada em 1860. Fonte: Bahia: velhas fotografias: 1858-1900 Gilberto Ferrez. Banco da Bahia Investimentos S.A. / Livraria Kosmos Editora Salvador, 1988. 96
FIGURA 8-4 – Estação da Calçada atual. Fonte: Google Street View. 96
FIGURA 8-5 – Estação primitiva de Alagoinhas, possivelmente anos 1910. Autor desconhecido. Fonte: GIESBRECHT (2019). 96
FIGURA 8-6 – Vista atual do conjunto imóvel que compõe a Estação de Alagoinhas. Fonte: *Google Street View.* 96
FIGURA 9-1 – Forte de Santo Alberto Visto da Av. Jequitaia. Foto: Daivisson Santos. 98
FIGURA 9-2 – Planta do Forte de Santo Alberto. Fonte: Fortalezas do Brasil. 98
FIGURA 9-3 - Mapa Localização do Forte de Santo Alberto em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 99
FIGURA 9-4 – Torre do Forte de São Joaquim da Jequitaia em 2003. Fonte: http://fortalezas.org/ 101
FIGURA 9-5 – Forte de São Joaquim da Jequitaia atualmente. 101
FIGURA 9-6 - Mapa Localização do Forte de São Joaquim da Jequitaia em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 102
FIGURA 9-7 –Estação da Calçada em Fins de Contrução. 104
FIGURA 9-8 – Estação da Calçada atualmente. Foto: Daivisson Santos. 104
FIGURA 9-9 –Vista Parcial do interior da Estação da Calçada. Foto: Daivisson Santos. 104
FIGURA 9-10 – Locomotiva a vapor inoperante na Estação da Calçada. Foto: Daivisson Santos. 104
FIGURA 9-11 - Mapa Localização da Estação Calçada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 105
FIGURA 9-12 – A estação de Peiperi em 1944, como era na época. A estação aparece à direita na foto. Junto a ela, o "trem de alumínio". Fonte: www.vfco.com.br. 106
FIGURA 9-13 – Antigas oficinas de Periperi em 1861. Foto: Camilo Vedani. 106
FIGURA 9-14 – A estação de Periperi atualmente: Foto: Daivisson Santos. 107
FIGURA 9-15 - Mapa Localização da Estação Periperi em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 108
FIGURA 9-16 – Vista da fachada do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em Salvador. Foto: Daivisson Santos. 109
FIGURA 9-17 – Vista parcial do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em Salvador. Foto: Daivisson Santos. 109
FIGURA 9-18 - Mapa Localização do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 110
FIGURA 10-1 - Mapa Localização da Feira de São Joaquim em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 112
FIGURA 12-1 – Mapa Localização dos Terreiros em relação a Área de Influência do Empreendimento. 118
FIGURA 13-1 - Pescadores artesanais na baía de Itapagipe, foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira 121
FIGURA 13-2 - Área dos pescadores artesanais da Colônia Z-02 Itapagipe. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 121
FIGURA 13-3 - Local onde os pescadores da colônia estacionam seus barcos e onde realizam os concertos. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 121
FIGURA 13-4 - Marisqueiras na baía de Itapagipe. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 121
FIGURA 13-5 - Mapa Localização do Porto da Sardinha, área de atuação da colônia de Pescadores Z-02 em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 122
FIGURA 13-6 - Chegada do grupo de marisqueiras na estação Plataforma. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 127
FIGURA 13-7 - Encontro da equipe técnica com o grupo de marisqueiras na estação Plataforma. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 127
FIGURA 13-8- Travessia entre a linha de trem para chegar na baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 128
FIGURA 13-9 - Entre trilhos e margens - o caminho das marisqueiras do Lobato. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 128

FIGURA 13-10 – Instrumentos de mariscagem. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 128
FIGURA 13-11 – Escolha dos mariscos nos instrumentos adaptados. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 128
FIGURA 13-12 - Coleta separada de mariscos. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 128
FIGURA 13-13 - Armazenamento de mariscos coletados. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira. 128
FIGURA 13-14 - Relações de parentesco entre marisqueiras na baia de Itapagipe e bairros do entorno da linha ferroviária. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 129
FIGURA 13-15 - Equipe técnica em campo com as marisqueiras do Lobato. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 129
FIGURA 13-16 - Grupos distintos de marisqueiras na baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 129
FIGURA 13-17 - Marisqueiras em ofício diário. Baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos. 129
FIGURA 13-18 - Mapa Localização do Ponto de Mariscagem no Bairro de Plataforma em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento. 130

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2-1 – Bairros que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador, nas áreas de influência do empreendimento. 11
QUADRO 4-1 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal até agosto de 2019. 16
QUADRO 4-2 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal, no estado da Bahia, até agosto de 2019. 18
QUADRO 4-3 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Estadual, no estado da Bahia, até agosto de 2019. 19
QUADRO 4-4 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal, nos bairros que serão atravessados pelo empreendimento. 21
QUADRO 4-5 – Graduação da Confederação Brasileira de Capoeira. 29
QUADRO 4-6 – Grupos de Capoeira localizados nos bairros que serão atravessados pelo empreendimento. 30
QUADRO 5-1 – Bens Tombados sob âmbito Federal, Estadual e Municipal localizados nas áreas de influência do Empreendimento. Fonte: IPHAN (2019), IPAC (2019) & FGM (2019). 43
QUADRO 7-1 – Bens Valorados sob âmbito Federal localizados nas áreas de influência do Empreendimento. Fonte: IPHAN (2019). 91
QUADRO 11-1 – Perspectiva de Impacto do Empreendimento. 116
QUADRO 12-1 – Terreiros Localizados na AII do Empreendimento. 117
QUADRO 14-1 – Classes de Significância dos Impactos. 133
QUADRO 14-2 – Ponderação da Significância dos Impactos. 133

LISTA DE TABELAS

TABELA 14-1 – Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio. 136
TABELA 14-2 – Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Não Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio. 137
TABELA 14-3 - Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais em Processo de Tombamento Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio. 138
TABELA 14-4 – Matriz de Identificação de Impactos sobre Comunidades Tradicionais Localizadas nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio. 138

TABELA 14-5 – Impactos que podem vir a ser causados aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais pelo do VLT – Monotrilho do Subúrbio. 139

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório compreende a descrição das atividades de Levantamento e Avaliação de Impacto aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais nas áreas de influência do empreendimento denominado VLT – Monotrilho do Subúrbio, que será implantado nos municípios de Salvador e Simões Filho, no estado da Bahia.

Este relatório está em conformidade com as diretrizes propostas pela Legislação Federal em vigência, em especial ao texto da Constituição Federal de 1988, Artigos 215 e 216, à Lei Federal nº 3.924/1961, Decretos Federais nº 25/1937 e nº 3.551/2000, na Instrução Normativa IPHAN 01/2015, destinando-se assim à promoção de resguardo e salvaguarda do acervo patrimonial cultural imaterial na área do empreendimento, visando o engrandecimento e enriquecimento do Patrimônio Cultural do País.

As vistorias executadas nas áreas de influência do VLT – Monotrilho do Subúrbio foram realizadas no mês de setembro de 2019. O empreendimento em questão será implantado na região metropolitana dos municípios de Salvador e Simões Filho, estado da Bahia, que possuirá duas linhas: A primeira linha (Fase 1) possui 21 estações projetadas entre a Ilha de São João (Simões Filho) e o bairro do Comércio (Salvador) numa extensão de aproximadamente 19,2 km; a segunda linha (Fase 2) possui 05 estações projetadas entre a Feira de São Joaquim e o Acesso Norte, ambas em Salvador, numa extensão de aproximadamente 4,8 km.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados na presente etapa de pesquisa foram propostos com base no Ofício 212/2019 emitido pelo Ministério Público Estadual da Bahia.

Conforme metodologia e procedimentos já desenvolvidos em outras pesquisas foram realizadas pesquisas de dados secundários e posteriormente executadas vistorias de campo, tendo como metodologia a coleta de dados por meio de entrevistas com moradores das comunidades que compõem as áreas de influência do empreendimento.

As pesquisas de dados secundários foram realizadas no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, no *site* do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia – IPAC, na lista de bens tombados e em processo de tombamento cedida gentilmente pela Senhora Milena Tavares, Diretora de Patrimônio e Humanidades da Fundação Gregório de Matos - FGM e de publicações referentes ao tema objeto de estudo, visando à coleta de informações sobre estas manifestações culturais nas áreas de influência do empreendimento.

A opção pela entrevista com os moradores se deve ao fato deste método ser mais flexível, pois existe a possibilidade da parte do entrevistador de esclarecer perguntas não compreendidas, além de ser mais adequada para a revelação de assuntos complexos. Outra vantagem, é que sendo a entrevista um momento interativo, o pesquisador pode observar expressões e hesitações do entrevistado que contribuem para a verificação da validade das respostas (BAUER & GASKELL, 2002).

Assim, optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas com perguntas abertas, aplicadas através da técnica dirigida por meio do contato direto, na qual o pesquisador dirige o processo evitando que o entrevistado se desvie da resposta.

Os tópicos selecionados incluem questões relativas ao uso, ocupação e representação dos espaços, vida doméstica, rituais, festas e referenciais de vestígios de Bens Culturais e Comunidades Tradicionais na região em estudo.

As entrevistas foram divididas em dois tipos: entrevistas semiestruturadas de “verificação de fatos”, aplicada às pessoas legitimadas pela comunidade para descreverem o fato desejado; e entrevistas de “verificação de crenças quanto aos fatos”, realizadas com o objetivo de comporem uma amostragem para saber a versão das pessoas em relação aos fatos.

Além de possibilitar o conhecimento de diferentes “versões”, o contraste entre os depoimentos coletados nos dois tipos de entrevistas pode apontar continuidades, descontinuidades ou mesmo contradições. Concordamos que “na reconstrução do passado, a linguagem auditiva, que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidos e utilizados socialmente” (FREITAS, 2002, p. 47).
Os fatos apresentados foram avaliados quanto a sua credibilidade, sendo coligidos com outras fontes e referências sobre o tema e submetidos à análise de discurso.

Tais procedimentos de pesquisa estão fundamentados na opção teórico-metodológica assumida, quando se considera que os diversos assentamentos humanos implantados na região fazem parte de um contexto cultural amplo, que pode relacionar os sítios entre si e ao ambiente circundante, formando uma intrincada rede articulada e com múltiplas funções e significados (ETCHEVARNE, 1995; BARBOSA & CASTRO, 2014).
Nas atividades de campo foram realizadas entrevistas com algumas lideranças locais[1] dos bairros que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde estão inseridas as áreas de influência do empreendimento, totalizado 15 locais de investigação, que estão relacionados na **QUADRO 2-1**.

QUADRO 2-1 – Bairros que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador, nas áreas de influência do empreendimento.

Bairros Visitados		
Município	**Localidade**	**Líderes Comunitários Entrevistados**
Salvador	Calçada	-
	Comércio	-
	Coutos	-
	Escada	-
	Itacaranha	-
	Lobato	Sulivan Santos
	Nova Constituinte	-
	Paripe	-
	Periperi	Cassio Alvín e Gideon dos Santos
	Plataforma	-
	Praia Grande	-
	São João do Cabrito	-
	São Caetano	-
	Rio Sena	-
Simões Filho	Ilha de São João	-

[1] Joseane Cruz, do Centro de Mulheres de Plataforma nos atendeu, porém estava com outros compromissos à época da realização do diagnóstico; Matilde Oliveira Dos Santos, da Associação de Moradores do Lobato – Bom viver adiou a entrevista e Arnaldo Anselmo de Oliveira da Associação de Moradores de Nova Constituinte também adiou a entrevista; as demais lideranças não atenderam as ligações telefônicas.

FIGURA 2-1 – Entrevista com Sulivan Santos - Líder Comunitário no Lobato. Foto: Lícia Reis.

FIGURA 2-2- Entrevista com Gideon dos Santos e Cássio Alvin, Líderes Comunitários de Periperi. Foto: Lícia Reis.

FIGURA 2-3- Entrevista com Cássio Alvin, Líder Comunitário de Periperi e com o Padre Sérgio Ricardo na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Periperi. Foto: Lícia Reis.

3. DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA

Em função das características socioeconômicas das áreas e das características do empreendimento, foram definidos os limites das áreas geográficas a serem diretamente, direta e indiretamente afetadas pelos impactos ambientais do empreendimento denominadas respectivamente de área diretamente afetada (ADA), área de influência direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII).

As áreas de influência do empreendimento para a Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados e Comunidades Tradicionais foram determinadas, segundo o modelo de Bicho (2011), no âmbito institucional, que independe de limites naturais e/ou culturais para serem estabelecidas. Estas áreas são limitadas por uma fronteira arbitrária onde foi considerada uma faixa que envolve os pontos de passagem obrigatórios do VLT – Monotrilho do Subúrbio e seu entorno.

Diante do exposto as áreas de influências delimitadas para o empreendimento compreendem:

- **Área Diretamente Afetada (ADA)** – aquela onde incidem os impactos diretos advindos da construção do empreendimento. Tais estruturas correspondem aos espaços de locação das fundações das Vias Elevadas, das Paradas, dos Pátios de manutenção e Aparelhos de mudanças de Via.
- **Área de Influência Direta (AID)** – aquela sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do Empreendimento – (buffer de 40 m de cada lateral após os limites da ADA);
- **Área de Influência Indireta (AII) –** aquela real ou potencialmente sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação das atividades, onde serão considerados os limites dos bairros onde o empreendimento será implantado.

4. BENS CULTURAIS TOMBADOS, VALORADOS E REGISTRADOS

4.1. Bens Culturais Tombados, Valorados e Registrados Sob Âmbito Federal[2]

Todo o conjunto das manifestações quer materiais, quer imateriais, nascidas do complexo etnográfico e social protagonizado por portugueses, indígenas e africanos, congrega o que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no "caput" do Art. 216, consigna como "patrimônio cultural brasileiro", a saber:

"*Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*
I – as formas de expressão;
II – os modos de criar, fazer e viver;
III – as criações cientificas, artísticas e tecnológicas;
IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico – culturais;
V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e cientifico".

Os elementos constituintes do patrimônio cultural brasileiro serão entendidos no presente diagnóstico como os bens móveis, imóveis, naturais e imateriais que possuam valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social, espiritual ou ecológico.
Com a publicação da Instrução Normativa 01/2015 os seguintes os bens culturais, foram considerados acautelados em âmbito federal:

- Os bens tombados, nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937;
- Os bens arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961;
- Os bens registrados, nos termos do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000;
- Os bens valorados, nos termos da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

Serão avaliados no presente relatório, prioritariamente, os Bens Culturais Registrados sob Âmbito Federal, que estão inseridos na Área Diretamente Afetada – ADA e na Área de Influência Direta - AID do empreendimento.

Os bens registrados sob âmbito federal se configuram como o resultado de um conjunto de ações voltadas à prática de preservação de criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social, com base no conceito antropológico

[2] Parte deste tópico apresenta uma compilação das informações oficiais do *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2018)

de "cultura" e nas ideias de "dinâmica", **"referência cultural"** e a noção de **"bem cultural de natureza imaterial"**. Conforme o IPHAN (2018),

> A possibilidade de criação de um instrumento legal voltado para a sua salvaguarda começou a ser delineada em 1997, quando ocorreu o **Seminário Internacional "Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção"**, realizado por ocasião do aniversário de 60 anos do Iphan. Esse Seminário produziu como documento final a **Carta de Fortaleza**, que recomendou ao Iphan a realização do inventário desses bens em âmbito nacional, a integração das informações então produzidas ao **Sistema Nacional de Informações Culturais** e a criação, pelo Ministério da Cultura, de grupo de trabalho para desenvolver os estudos necessários para propor a edição de um instrumento legal dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado registro.
> Em atendimento a essas recomendações, em 1998 foram criados uma Comissão composta por membros do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural e o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI). Ao final de suas atividades, o GTPI apresentou a proposta técnica do **Decreto n° 3551, de 04 de agosto de 2000**, que criou o **registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial** (PNPI). (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN , 2018)

Instituído pelo Decreto 3551/00 o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, tornou-se um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro, assim, visando registrar tais bens, foram criados os Livros de Registros de Bens Culturais Imateriais, divididos em categorias distintas, abordam os seguintes aspectos:

- Livro de Registro das Celebrações - Reúne os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social. Celebrações são ritos e festividades que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras;
- Livro de Registro dos Lugares - Nele são inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Os Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais;
- Livro de Registro das Formas de Expressão - Criado para registrar as manifestações artísticas em geral. Formas de Expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade. Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias,

musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.

- Livro de Registro dos Saberes – Criado para receber os registros de bens imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados a atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais.

A partir destas iniciativas, efetivamente, as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas, que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural receberam o título de Patrimônio Cultural do Brasil.
Até o mês de agosto de 2019, foram registrados um total de 41 (quarenta e um) Bens Culturais de Natureza Imaterial sob âmbito federal, conforme **QUADRO 4-1**. Destes bens, 05 (cinco), aproximadamente 12%, estão registrados no território da Bahia, conforme

QUADRO 4-2.

QUADRO 4-1 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal até agosto de 2019.

LIVRO	BENS IMATERIAS REGISTRADOS	ABRANGÊNCIA
Livro de Registro das Celebrações	Círio de Nossa Senhora de Nazaré;	PA
	Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão	MA
	Festa do Divino Espírito Santo de Paraty	RJ
	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis	GO
	Festividades do Glorioso São Sebastião na Região do Marajó	PA
	Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio em Barbalha	CE
	Festa de Sant´Ana de Caicó	RN
	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	BA
	Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe	MT
	Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	GO
Livro de Registro dos Lugares	Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	AM
	Feira de Campina Grande	PB
	Feira de Caruaru	PE
	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	RS

LIVRO	BENS IMATERIAS REGISTRADOS	ABRANGÊNCIA
Livro de Registro das Formas de Expressão	Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi	AP
	Caboclinho	AL/PE/PB e RN
	Carimbó	PA
	Cavalo-Marinho	PE e PB
	Fandango Caiçara	SP e PR
	Frevo	PE
	Jongo no Sudeste	ES/RJ/SP e MG
	Maracatu Nação	PE
	Maracatu de Baque Solto	PE
	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	RJ
	Toque dos Sinos em Minas Gerais	MG
	Roda de Capoeira	Nacional
	Rtixòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	TO e GO
	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	BA
	Tambor de Crioula do Maranhão	MA
	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	CE/PB/PE/RN e DF
Livro de Registro dos Saberes	Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre	MG
	Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	PA
	Modo de Fazer Viola de Cocho	MT e MS
	Modo de Fazer Renda Irlandesa	SE
	Ofício das Baianas de Acarajé	BA
	Ofício das Paneleiras de Goiabeiras	ES
	Ofício dos Mestres de Capoeira	Nacional
	Ofício de Sineiro	MG
	Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí	PI
	Saberes e Práticas Associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá	TO
	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	AM

Fonte: IPHAN, 2019.

QUADRO 4-2 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal, no estado da Bahia, até agosto de 2019.

LIVRO	BENS IMATERIAIS REGISTRADOS	ABRANGÊNCIA
Livro de Registro das Celebrações	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	BA
Livro de Registro das Formas de Expressão	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	BA
Livro de Registro dos Saberes	Roda de Capoeira	Nacional
	Ofício das Baianas de Acarajé	BA
	Ofício dos Mestres de Capoeira	Nacional

Fonte: IPHAN, 2019.

4.2. Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Estadual[3]

Em função da extensão do empreendimento e corroborando com a afirmativa de (BOURDIEU, 1987) que considera que, toda cultura tem suas hierarquias e estratificações sociais, e estas diferem enormemente de acordo com as circunstâncias e as histórias locais, o relatório, ora apresentado, também contemplará os Bens Culturais Imateriais registados sob Âmbito Estadual, que estão inseridos na Área Diretamente Afetada – ADA e na Área de Influência Direta - AID do empreendimento.

Com a publicação do Decreto Federal n°.3.551/2000 e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), tornou-se viável a proteção administrativa de forma efetiva de bens culturais de natureza imaterial existentes no território brasileiro.

Diante do cenário jurídico nacional estabelecido para a proteção de bens culturais de natureza imaterial, o Estado da Bahia instituiu normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) local com a publicação da Lei Estadual Nº 8.895 de 16 de dezembro de 2003.

Segundo o IPAC (2019) registrar documentalmente a existência da manifestação cultural é ato protetivo na medida em que constitui prova capaz de dar suporte a ações que visem a impedir posterior utilização indevida dos conhecimentos e práticas envolvidos na manifestação cultural.

O procedimento adotado para o registro de bens culturais do estado da Bahia possui semelhança com o processo adotado segundo o art. 1º do Decreto nº 3551/2000, entretanto com algumas alterações, a legislação estadual sugere que o registro do patrimônio imaterial poderá ser efetuado em quatro Livros, são eles:

- **Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer;**
- **Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações;**
- **Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas;**
- **Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais e Coletivas.**

Até o mês de agosto de 2019, foram registrados um total de 19 (dezenove) Bens Culturais de Natureza Imaterial sob âmbito estadual, conforme **QUADRO 4-3**.

QUADRO 4-3 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Estadual, no estado da Bahia, até agosto de 2019.

LIVRO	BENS IMATERIAS REGISTRADOS
Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer	Oficio das Baianas do Acarajé
	Ofício de Vaqueiros
Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações	Bembé do Mercado
	Carnaval de Maragogipe

[3] Parte deste tópico apresenta uma compilação das informações oficiais do site do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC (2018)

LIVRO	BENS IMATERIAS REGISTRADOS
	Cortejo do Dois de Julho
	Desfile de Afoxés
	Festa da Boa Morte
	Festa de Santa Bárbara
Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas	Capoeira
Livro do Registro Especial dos Espaços Destinados a Práticas Culturais e Coletivas	Dez Terreiros de Candomblé Localizados nos municípios de Cachoeira e São Félix

Fonte: IPAC, 2019.

4.3. Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Municipal[4]

Diante do cenário jurídico nacional estabelecido para a proteção de bens culturais de natureza imaterial, o Município de Salvador instituiu normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural (material e imaterial) local com a publicação da Lei Municipal Nº 8550 de 28 de janeiro de 2014 que Institui Normas de Proteção e Estímulo à Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Salvador e dá outras Providências.

O Registro Especial será aplicado aos bens culturais de natureza imaterial, inclusive aqueles comumente designados como eventos, passíveis de verificação no plano material por suas práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, modos de fazer e instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados e obedecerá ao seguinte procedimento:

I. O processo será aberto por Ato do Prefeito ou do Presidente da Fundação Gregório de Matos, de vontade própria ou, ainda, atendendo à solicitação dos titulares das Secretarias Municipais ou sociedades civis regulares e devidamente registradas no Município;
II. A estrutura técnica constará de inventário e cadastro de informações sobre o bem imaterial e, ainda, do plano de salvaguarda, composto por ações de apoio à existência dos bens registrados de modo sustentável, pela melhoria das condições sociais e materiais de sua transmissão e reprodução;
III. Após a instrução técnica, efetivada pela Fundação Gregório de Matos, o processo será submetido ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para avaliação;
IV. Aprovado o parecer, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural encaminhará o processo ao Presidente da Fundação Gregório de Matos, que o submeterá ao Prefeito; e este, ratificando-o, mandará publicar a homologação do Diário Oficial;
V. Publicada a homologação, a Fundação Gregório de Matos procederá à inscrição no livro competente.

O procedimento adotado para o registro de bens culturais do Município de Salvador possui semelhança com o processo adotado segundo o art. 1º do Decreto nº 3551/2000, entretanto com algumas alterações, a legislação municipal sugere que o registro do

[4] Parte deste tópico apresenta uma compilação das informações oficiais da Lei Municipal Nº 8550 de 28 de janeiro de 2014

patrimônio imaterial será mantido na Fundação Gregório de Matos e poderá ser efetuado nos seguintes Livros:

I. **Livro do Registro Especial dos Saberes e Modo de Fazer;**
II. **Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações;**
III. **Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas;**
IV. **Livro do Registro Especial dos Espaços destinados a Práticas Culturais Coletivas**

Os bens culturais protegidos pelo registro especial serão documentados e registrados a cada 5 (cinco) anos, sob responsabilidade da Fundação Gregório de Matos, por meio das técnicas mais adequadas e suas características, anexando, sempre que possível, novas informações ao processo e promoverá a ampla divulgação e promoção, sob a forma de publicações, vídeos, filmes, meios multimídia e outras formas de linguagem promocional pertinente, das informações registradas, franqueando-as a pesquisas qualificadas.

4.4. Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal, Estadual e Municipal Localizados nas Áreas de Influência do Empreendimento

No mês de setembro de 2019 foram realizadas vistorias de campo não interventivas com o objetivo específico de evidenciar Bens Culturais Registrados sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do empreendimento.

Para a realização da vistoria foi considerada a análise os dados secundários sob Bens Culturais Registrados sob Âmbito Federal e Estadual realizada em etapa anterior às atividades de campo.

Durante a vistoria foram realizadas entrevistas com moradores das localidades sobre possíveis ocorrências de tais bens culturais nas áreas de influência do empreendimento. Considerando a metodologia utilizada, foi constatada a existência de 04 (quatro) Bens Culturais Registrados sob Âmbito Federal e 01 (um) sob Âmbito Estadual, nos municípios que serão atravessados pelo empreendimento, não foram localizados Bens Culturais registrados sob Municipal nas áreas de influência do empreendimento, conforme **QUADRO 4-4**.

QUADRO 4-4 – Bens Culturais de Natureza Imaterial Registrados sob Âmbito Federal, nos bairros que serão atravessados pelo empreendimento.

LIVRO	BENS CULTURAIS REGISTRADOS	ÂMBITO	MUNICÍPIO
Livro de Registro dos Saberes	Ofício das Baianas de Acarajé	Federal	Salvador e Simões Filho
	Roda de Capoeira	Federal	Salvador e Simões Filho
	Ofício dos Mestres de Capoeira		
Livro das Celebrações	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Federal	Salvador
Livro do Registro Especial dos Eventos e Celebrações	Cortejo do Dois de Julho	Estadual	Salvador

Os Bens Culturais Registrados sob Âmbito Federal e Estadual localizados nas áreas de influência do empreendimento serão descritos a seguir.

4.4.1. Ofício das Baianas de Acarajé[5]

O ofício das baianas de acarajé consiste na prática tradicional de produção e venda, em tabuleiros, das chamadas comidas de baianas, ou comidas de azeite, em que se estaca o acarajé. Além do acarajé podem ser comercializados, nos tabuleiros das baianas, outros quitutes como abará, acaçá, fato, bolinho de estudante, cocadas, bolos e mingaus.

Seja como função sagrada ou meio de vida, a tradição do ofício das baianas de acarajé, na Bahia, vem do período colonial quando as mulheres – escravas ou libertas – preparavam-no e, à noite, com cestos ou tabuleiros na cabeça, saíam a vendê-lo nas ruas da cidade, sua venda nas ruas tem origem no universo do candomblé:

> A *obrigação do acarajé*, autorização para produção e venda pública por mulheres iniciadas nos padrões dos rituais tradicionais do candomblé e escolhidas por Oiá, tinha como objetivo angariar recursos para *fazer o santo*, isto é, cobrir os gastos necessários às obrigações de iniciação (IPHAN, 2007)

Conhecidas como herdeiras dos *ganhos*, as *baianas de tabuleiro*, *baianas de rua*, *baianas de acarajé* ou simplesmente *baianas*, segundo o costume regional, preservam receituários ancestrais africanos, sobretudo da costa ocidental, com destaque para os dos Iorubá.

A tradição do ofício das baianas de acarajé é encontrada em outras localidades do país, com especificidades em cada local para a comercialização, em função deste contexto, Salvador foi escolhido como sítio inventariado, pois em suas ruas, se revela de modo mais evidente, a complexidade do universo e onde da tradição do acarajé desempenha relevante papel identitário.

FIGURA 4-1 – Tabuleiro de Baiana com seus quitutes, Fonte: IPHAN.

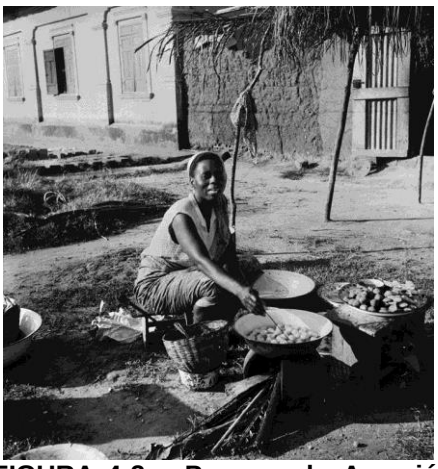


FIGURA 4-2 – Preparo do Acarajé. Fonte: Instituto Pierre Verger

[5] Parte deste tópico é uma compilação do dossiê IPHAN 6 - Ofício das Baianas de Acarajé, 2007.

As baianas se configuram como verdadeiras construtoras do imaginário que identifica o universo das representações simbólicas da cidade de Salvador – com suas comidas, sua indumentária, seus tabuleiros e suas maneiras de vender –, essas mulheres, monumentos vivos de Salvador e dos terreiros de candomblé, são um *tipo* consagrado, revelador da história da sociedade, da cultura e da religiosidade do povo baiano.

O processo de produção e comercialização do acarajé mudou ao longo dos anos em função de influências externas, e segundo o IPHAN (2007) estas mudanças se deram em no mínimo três momentos:

- O acarajé ter relação com o cachorro-quente e com o sanduíche, o costume de abrir o acarajé e colocar coisas dentro, na década de 1940 com a chegada de tropas norte – americanas à Salvador em função da segunda guerra;
- A introdução da salada no acarajé, sob influência da pizza a partir da década de 1970, pois o padrão até então era vatapá, camarão e, quando solicitado, pimenta;
- A introdução de caruru no acarajé na década de 1980 em função da pressão turística.
- Segundo Ubiratan Castro de Araújo:

> aí vem a pressão de fora, os turistas que querem provar a comida baiana, e aí o tabuleiro fica farto, um pouquinho de caruru, um pouquinho de vatapá, um pouquinho de cada coisa, e aí você começa a encher com uma série de coisas para dar a oportunidade aos turistas de provar essas comidas, e o acarajé passa a ser um continente, passa a fazer um papel de pão, todas essas adaptações foram adaptações que ajudaram a modificar o acarajé (...) mas ao mesmo tempo foi esse acaraburgue que assegurou a manutenção do acarajé e uma capacidade de competição com as esfihas e com os chamados sanduíches (IPHAN, 2007)

O pedido de registro do ofício das baianas de acarajé foi solicitado pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia, pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia e pelo Terreiro Ilê Axé Opô Afonja, em 05 de novembro de 2002.

A partir da decisão proferida na 45ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada em 01 de dezembro de 2004, o ofício das baianas de acarajé foi inscrito no livro dos saberes, como patrimônio cultural brasileiro, em 10 de dezembro de 2004.

O registro do ofício das baianas de acarajé como Patrimônio Cultural do Brasil, no Livro dos Saberes, é ato público de reconhecimento da importância do legado dos ancestrais africanos no processo histórico de formação de nossa sociedade e do valor patrimonial de um complexo universo cultural, que é também expresso por meio do saber dos que mantêm vivo esse ofício.

O ofício das baianas de acarajé também se configura como Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado sob Âmbito Estadual, e foi registrado pelo IPAC no Livro do Registro Especial dos Saberes e Modos de Fazer sob o número **02, a partir do Decreto Estadual nº 14.191/2012.**

Para a confecção do presente relatório foram coletados os dados e informações de pessoas físicas que mantêm a prática tradicional de produção e venda das comidas de baianas em tabuleiros, os estabelecimentos comerciais (pessoas jurídicas) que vendem as comidas de azeite foram desconsiderados como objeto de análise, por entendermos que os mesmos não se configuram como espaço de prática tradicional do ofício.

Dos municípios que serão atravessados pelo empreendimento, as pesquisas realizadas apontaram que, na sede municipal de Salvador e Simões Filho ainda é possível encontrar o ofício da baiana de acarajé sendo exercido diariamente. Nas vistorias realizadas em campo no mês de setembro de 2019, o referido ofício foi referenciado apenas na área de Influência Indireta – AII do VLT – Monotrilho do Subúrbio.

4.4.2. Registro do Modo de Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira[6]

A capoeira é uma manifestação cultural que se caracteriza por suas múltiplas dimensões,

> ...é ao mesmo tempo dança, luta e jogo. Dessa forma, mantém ligações com práticas de sociedades tradicionais, nas quais não havia a separação das habilidades nas suas celebrações, característica inerente à sociedade moderna. Ainda que alguns praticantes deem prioridade ora à sua face cultural, a seus aspectos musicais e rituais, ora à sua face esportiva, à luta e à ginástica corporal, a dimensão múltipla não é deixada de lado. Em todas as práticas atuais de capoeira, permanecem coexistindo a orquestração musical, a dança, os golpes, o jogo, embora o enfoque dado se diferencie de acordo com a singularidade de cada vertente, mestre ou grupo (IPHAN, 2014).

A arte da capoeira é representada em registros iconográficos e documentais desde o século XVIII e possui diversas vertentes ensinadas por mestres, contramestres, professores e instrutores, porém é na década de 1930 e 1940 que cresce o interesse de intelectuais brasileiros e estrangeiros inspirados pelo Movimento Antropofágico (corrente de Vanguarda que marcou a primeira fase modernista do Brasil) por manifestações culturais afro-brasileiras, tornando-as seus objetos de estudo e pesquisa.

A primeira descrição etnográfica referente à capoeira foi a publicação de Edison Carneiro de um artigo de página inteira sobre esta manifestação na imprensa baiana em 1936. Em seu estudo Carneiro narrou o ritual da roda, citou algumas cantigas vinculadas ao universo cultural africano e apresentou o berimbau como instrumento indispensável à prática da capoeira.

As origens da capoeira geram questões ainda não resolvidas e remetem basicamente a três mitos fundadores:

- a capoeira nasceu na África Central e foi trazida intacta por africanos escravizados;
- a capoeira é criação de escravos quilombolas no Brasil;

[6] Parte deste tópico é uma compilação do Dossiê IPHAN 12 - Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira, 2014 e do Dossiê – Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil,2007.

- a capoeira é criação dos índios, daí a origem do vocábulo que nomeia o jogo.

Embora estudos recentes tenham comprovado a existência de danças guerreiras similares à capoeira, não apenas na África Central, mas em outros países que fizeram parte da diáspora negra (a Ladja da Martinica é uma delas), não se pode negar que as culturas são construídas a partir das influências que as cercam, o que gera tanto rupturas quanto continuidades. Portanto, além da comprovação da raiz africana, é preciso reconhecer as mudanças e as contribuições que ocorreram em solo brasileiro.

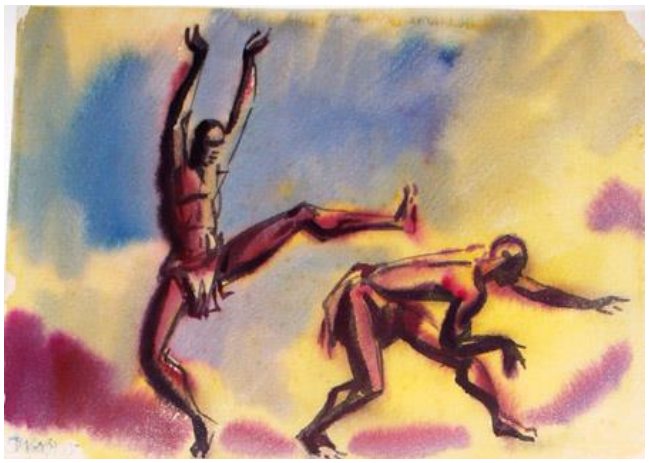


FIGURA 4-3 – N'golo. Aquarela de Albando Neves e Sousa, 1955-56.

Da mesma forma, afirmar que não existia prática corporal semelhante à capoeira na África, restringido seu surgimento ao contexto dos escravos que a teriam criado nos quilombos, como forma de resistência escrava, esbarra em pressupostos históricos.

Seu desenvolvimento se deu nos centros urbanos em formação, principalmente nas principais cidades portuárias brasileiras, em função destas cidades terem recebido um grande contingente de escravos, porém atualmente a capoeira está difundida por todo território nacional brasileiro e, em mais de 150 países nos cinco continentes.

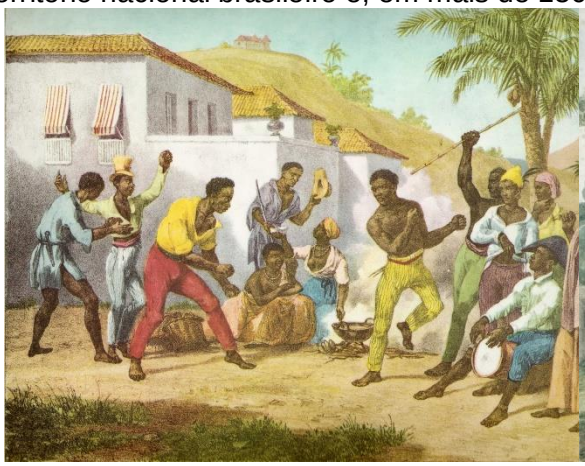


FIGURA 4-4 – "Jogar Capoeira" ou Danse de la Guerre. Rugendas, 1835.

FIGURA 4-5 – Negros fighting, Brazils . Aquarela de Augustus Earle, 1820-1824.

Por fim, a influência indígena na criação da capoeira é uma hipótese de difícil sustentação. Não há documentação ou mesmo relatos de índios que reivindiquem essa paternidade. O termo “capoeira” faz parte da língua tupi e significa “mato ralo”, o que remete a uma das explicações sobre sua origem. Diz respeito ao mito do escravo fugitivo que surpreenderia seus algozes na capoeira, local da cilada. Além de ter uma lógica de difícil assimilação – a do perseguido que inverte a situação e submete o perseguidor –, as raízes etimológicas também são controversas e apontam para outra possível origem da arte.

Diante da impossibilidade de se alcançar toda a extensão territorial abrangida pela capoeira, foi necessário um recorte territorial para o desenvolvimento das pesquisas, assim os sítios pesquisados foram as cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Com o recorte estabelecido foram formadas equipes multidisciplinares que adotaram os seguintes eixos metodológicos: pesquisa historiográfica, trabalho de campo e a abordagem de temas relacionados à capoeira como a reflexão sobre o aprendizado e as descrições das rodas.

A capoeira jogada no Brasil possui atualmente três estilos, são eles: o Angola, o Regional e o Contemporâneo.

A Capoeira Angola é o estilo mais próximo de como os negros escravos jogavam a Capoeira. Caracterizada por ser mais lenta, porém rápida, movimentos furtivos executados perto do solo, como em cima, ela enfatiza as tradições da Capoeira, que em sua raiz está ligada aos rituais afro-brasileiros, caracterizado pelo Candomblé, sua música é cadenciada, orgânica e ritualizada, e o correto é estar sempre acompanhada por uma bateria completa de 08 instrumentos.

A designação “Angola” aparece com os negros que vinham para o Brasil oriundos da África, embarcados no Porto de Luanda que, independentemente de sua origem, eram designados na chegada ao Brasil de “Negros de Angola”.

Vicente Ferreira Pastinha, Mestre Pastinha (1889-1981) foi o grande ícone do estilo e fundamental para que este se tornasse visível e ocupasse espaços em que, até aquele momento, não havia penetrado. Grande defensor da preservação da Capoeira Angola, inaugurou em 23 de fevereiro de 1941 o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), que se tornou, na década de 1930, ponto de visibilidade da capoeira.

Dos ensinamentos do Mestre Pastinha foram formados grandes mestres da capoeiragem Angola, a exemplo dos Mestres: João Pequeno, João Grande, Valdomiro Malvadeza, Albertino da Hora, Raimundo Natividade, Gaguinho Moreno, 45, Pessoa Bá-Bá-Bá, Trovoada, Bola Sete, dentre outros que continuam transmitindo seus conhecimentos para os novos angoleiros, como Mestre Morais.

Manoel dos Reis Machado, Mestre Bimba (1900-1974), exímio praticante da Capoeira Angola, em 1928 metodizou o aprendizado de capoeira a partir de sequências de ensino, fazendo com que a capoeira tivesse uma maior força como luta e fez isto incorporando a ela novos golpes, inspirado pelo boxe, Mestre Bimba teria incorporado golpes do batuque, uma luta já extinta, que era rica em golpes traumáticos e desequilibrantes,

inicialmente, chamou sua capoeira de luta regional baiana, de onde surgiu o nome regional.

Há muita discussão também sobre se Bimba teria ou não absorvido golpes de outras lutas, como judô, o jiu-jitsu, a luta livre e o *savate*, luta de origem francesa, para compor sua capoeira regional. Entre os velhos mestres, essa é a opinião vigente, mas, apesar disso, eles não acham que este fato seja negativo ou descaracterizador.

Na década de 1930 e 1940 foram promovidas lutas no ringue do parque Odeon, que consagraram Mestre Bimba como campeão baiano de capoeira. As disputas e tensões provenientes entre a capoeira regional e a capoeira de angola, nesta década, proporcionaram na cidade de Salvador a criação de pontos de vitalidade da arte que se tornaram verdadeiros redutos de capoeiragem nos anos posteriores.

Este contexto privilegiou a proposta da capoeira regional, como luta criada no Brasil, principalmente no Estado Novo implantado em 1937, mesmo ano que se consagrou o início do processo de descriminalização da capoeira, quando Mestre Bimba recebeu para manter seu Centro de Cultura Física e Capoeira Regional.

> A ideia da capoeira como “arte marcial brasileira” norteou as primeiras iniciativas públicas que tiveram impacto no cotidiano do capoeirista, uma perspectiva polêmica que permanece defendida por uns e criticadas por outros, principalmente pelos mestres de capoeira angola, que afirma sua ancestralidade africana (IPHAN, 2007).

Tanto Mestre Bimba, quanto Mestre Pastinha foram os principais responsáveis pela expansão da maneira tradicional baiana de jogar capoeira para outros estados do Brasil, assim ambos ganham respeito da sociedade, promovem a desmarginalização da capoeira e passam a se relacionar com intelectuais, artistas e políticos que vão legitimá-los, não apenas como mestres de capoeira, mas também como porta-vozes da cultura popular.

O caráter dinâmico da capoeira fez com que em sua trajetória, estes estilos, ou escolas, não se desenvolvessem de forma estanque, proporcionado o livre arbítrio ao capoeirista para escolher a qual estilo, ou escola, seguir.

A migração de baianos para o sudeste brasileiro, em busca de melhores oportunidades de vida, fez com que uma leva de mestres capoeiristas chegassem ao Rio de Janeiro nos anos 1950.

O mais importante deles foi Arthur Emídio, que vinha de Itabuna, região do cacau na Bahia, que levou uma capoeira que não tinha ligação com a capoeira angola de Pastinha nem com a regional de Bimba e que possuía uma movimentação veloz e eficaz marcialmente e mantinha a orquestração musical e fazia apresentações folclóricas.

Mestres cariocas importantes como Leopoldina, Celso do Engenho da Rainha, Paulo Gomes, Djalma Bandeira e Vilmar foram seus alunos, o que dá uma dimensão de sua influência na capoeira praticada na zona norte carioca nos anos 1950.
Mestre Arthur Emídio foi, provavelmente, o primeiro capoeirista a viajar para o exterior, entre os anos 1950 e meados de 1960, apresentou-se na Argentina, México, Estados

Unidos e Europa. Além disso, fez demonstrações para os presidentes brasileiros Vargas e Kubitschek e para os governantes norte-americanos Eisenhower e Kennedy.

Depois dele, em 1966, Mestre Pastinha e seus discípulos fizeram a antológica viagem para a África, onde participaram do Festival de Artes Negras.

Estas e outras ações de divulgação e ensino da capoeira em outros países fez com que atualmente, a capoeira se encontre presente em mais de 150 países, atraindo praticantes e estudiosos dos cinco continentes do planeta.

Enquanto Mestre Arthur Emídio ensinava capoeira na Zona Norte do Rio de Janeiro, um outro movimento de capoeiristas surgiu na Zona Sul carioca em 1964 encabeçado pelos irmãos capoeiristas Rafael e Paulo Flores que ao retornarem de uma viagem à Bahia, onde treinaram capoeira durante alguns meses com Mestre Bimba, resolveram continuar com os treinos no terraço do prédio em que moravam em Laranjeiras. Outros jovens chegaram, como Gato e Gil Velho, que tiveram experiência de capoeira com alunos de Mestre Sinhozinho. Desta junção surgiu o Grupo Senzala que logo alcançou enorme sucesso entre a juventude da cidade.

A percepção de que estavam distantes dos fundamentos da capoeira baiana fez com que os principais capoeiristas do Senzala retornassem a Salvador, visitando e treinando em diferentes academias, inclusive participando das mais tradicionais rodas de capoeira angola.

Estas experiências entre os dois estilos, fez com que o Senzala não se definisse por nenhum deles, mantiveram os ensinamentos de Bimba junto aos movimentos e instrumentos da capoeira angola e foram muito influenciados pelas artes marciais japonesas, principalmente o caratê.

Outros alunos de Mestre Bimba criaram um novo estilo a partir de seus ensinamentos, visando uma ênfase na esportização em contraste com a folclorização a que era associada à capoeira baiana. O principal exemplo foi Carlos Sena que em 1955, decidiu abrir sua própria escola, chamada Senavox, e a ensinar uma capoeira diferente, mais estilizada.

As regras inventadas por Carlos Sena agradaram as forças armadas e simpatizantes do regime militar e contribuiu para as Regras Técnicas da Capoeira adotadas pela Confederação Brasileira de Boxe, em 1972. Sena foi considerado representante de um novo estilo, diferente da capoeira angola e regional, usualmente chamado de capoeira estilizada ou Senavox, porém:

> Apesar do sucesso inicial e sua boa conexão com os militares, a Senavox não prosperou. A insistência na hierarquia e disciplina militar entrou em desacordo com o processo de deslegitimação social da ditadura militar nos anos 1970. Quanto à polêmica em relação à criação do sistema de cordas, o certo é que seu uso foi institucionalizado em 1972, apoiado pelo nacionalismo militar (IPHAN, 2007).

O sistema de graduação varia de grupo para grupo. Nos grupos de capoeira regional ou de capoeira Angola e regional, a graduação é normalmente representada pelas cores de cordas ou cordéis amarrados na cintura do jogador (AFROSAM, 2018).

Existem várias entidades (Ligas, Federações e Confederações) que tentam organizar a graduação na capoeira. Atualmente a Confederação Brasileira de Capoeira adota o sistema de graduação feito por cordões e seguindo as cores da bandeira brasileira. No **QUADRO 4-5** está representada a ordem do iniciante ao mestre de capoeira.

QUADRO 4-5 – Graduação da Confederação Brasileira de Capoeira.

A- Graduação Infantil (até 14 anos)	B- Graduação Adulta (a partir de 14 anos)	C- Docente de capoeira
1º iniciante: sem corda ou sem cordão	9º iniciante: sem corda ou cordão	16º estágio – Formado: verde, amarelo e azul
2º batizado infantil: cinza claro e verde	10º batizado: verde	17º estágio – Monitor: verde e branco
3º graduado infantil: cinza claro e amarelo	11º graduado: amarelo	18º estágio – Professor: amarelo e branco
4º graduado infantil: cinza claro e azul	12º graduado: azul	19º estágio – Contra-mestre: azul e branco
5º intermediário infantil: cinza claro, verde e amarelo	13º intermediário: verde e amarelo	20º estágio – Mestre: branco
6º avançado infantil: cinza claro, verde e azul	14º avançado: verde e azul	-
7º estagiário infantil: cinza claro, amarelo e azul	15º estagiário: amarelo e azul	-
8º Formado infantil: cinza claro, verde ,amarelo e azul	-	-
Obs: Após a 8º graduação o aluno formado infantil passa para a 10º graduação que é a primeira corda adulta, corda verde, em alguns casos (dependendo de seu desempenho) pode pegar a 11º que é a corda amarela, segunda corda adulta.		

FONTE: AFROSAM (2019).

Embora estas cores não fossem adotadas por todos os grupos, o sistema de cordas passou a fazer parte da capoeira de forma predominante a partir dos anos 1970, quando um modelo que fundia elementos das capoeiras regional e angola, surgiu no sudeste do Brasil, se difundindo pelo país e, mais tarde, pelo mundo. Além do Senzala, outros grupos que seguiam essa tendência também surgiram em São Paulo desde a década de 1960, onde um grupo de mestres baianos começou a ensinar na capital paulista, dentre eles se destacaram os Mestres Suassuna, Brasília, Joel, Gilvan, Paulo Limão, Silvestre, Ananias e, durante os anos 1970, Airton Onça e Acordeon.

Influenciados pelas sequências de Mestre Bimba, os grupos cariocas e paulistas incorporaram na sua prática movimentos e instrumentação da capoeira angola. Uma das suas características principais é o uso de cordas para graduar os jogadores.

Esta modalidade ainda não possui um nome consensual entre os capoeiristas. Uns preferem chamá-la “capoeira contemporânea”, outros “capoeira de vanguarda”, e há ainda os que a nomeiam como “capoeira atual” ou, simplesmente, “capoeira hegemônica”.

Os grupos que se tornaram principais representantes desta tendência são, no Rio de Janeiro, Senzala, Abadá e Capoeira Brasil, e em São Paulo, Cordão de Ouro e Cativeiro

que influenciaram na reorganização da capoeira em Recife e Olinda, que teve num primeiro momento a influência da capoeira baiana, mas que depois se difundiria a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O Pedido de registro da capoeira como bem cultural brasileiro foi aprovado na 57ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em 15 de julho de 2008, assim a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira foram reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro por meio da inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão e no Livro de Registro dos Saberes, volume primeiro, respectivamente. Ambos foram registrados em 21 de outubro de 2008.

A arte da capoeira também se configura como Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado sob Âmbito Estadual no Livro do Registro Especial das Expressões Lúdicas e Artísticas a partir do **Decreto Estadual nº 10.178/06.**

4.4.3. Modo de Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira Localizados nas Áreas de Influência do Empreendimento

Na consulta de dados secundários realizada no Cadastro Nacional de Capoeira – CNC (2019) foram localizadas 35 (trinta e cinco) grupos e entidades de capoeira no município de Salvador e 01 (um) grupo de capoeira registrado no município de Simões Filho.

Os dados advindos da pesquisa de dados secundários realizada apontaram para a existência de 11 (onze) representantes do Ofício de Mestre de Capoeira em 07 (sete) bairros que compõem a AII do empreendimento. Todos os representantes e grupos de capoeira estão localizados na AII do empreendimento e podem ser consultados no **QUADRO 4-6**, entretanto não foi possível a realização de entrevistas com os responsáveis pelos grupos em função da falta de mobilidade da equipe pelos bairros após as 17 horas em função dos mesmos estarem localizados em zonas de conflitos de facções criminosas.

QUADRO 4-6 – Grupos de Capoeira localizados nos bairros que serão atravessados pelo empreendimento.

BAIRRO	NOME	RESPONSÁVEL	LOCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO
Paripe	Associação Cultural de Capoeira Jalará – Paripe	José Mário Paixão – Professor Marinho	AII
	Associação Cultural Desportiva Obará	Gilson Evangelista – Mestre Breack	AII
	Associação Cultural de Capoeira Gangara – Núcleo Paripe	Ricardo Conceição – Professor Tora	AII
Fazenda Coutos	Associação Cultural de Capoeira Jalará – Fazenda Coutos	Itamar Cruz da Costa Santos – Professor Tazinho	AII
Coutos	Associação Cultural de Capoeira Mangangá	Renato Conceição Amorim – Professor Bizum	AII
Periperi	Grupo Guriatá Capoeia Angola	Mestre Trovoada	AII
Massaranduba	Grupo Revelação Capoeira	Mestre Biriba	AII
Plataforma	Grupo de Capoeira Novo Mundo	Rildo do Amor Divino Santos – Mestre Rildo	AII

Lobato	Associação Capoeira Angola Chapéu de Couro	Mestre Um por Um	All
	Associação Cultural de Pesquisa e Capoeira Filhos da Senzala	Robert Pereira da Silva – Mestre Besouro Senzala	All
	Associação Internacional de Capoeira os Bambas do Sol Nascente de Salvador	Teodoro Francisco Azevedo Neto – Mestre Teodoro	All

Fonte: Pochat, Simplicio & Dacui (2015).

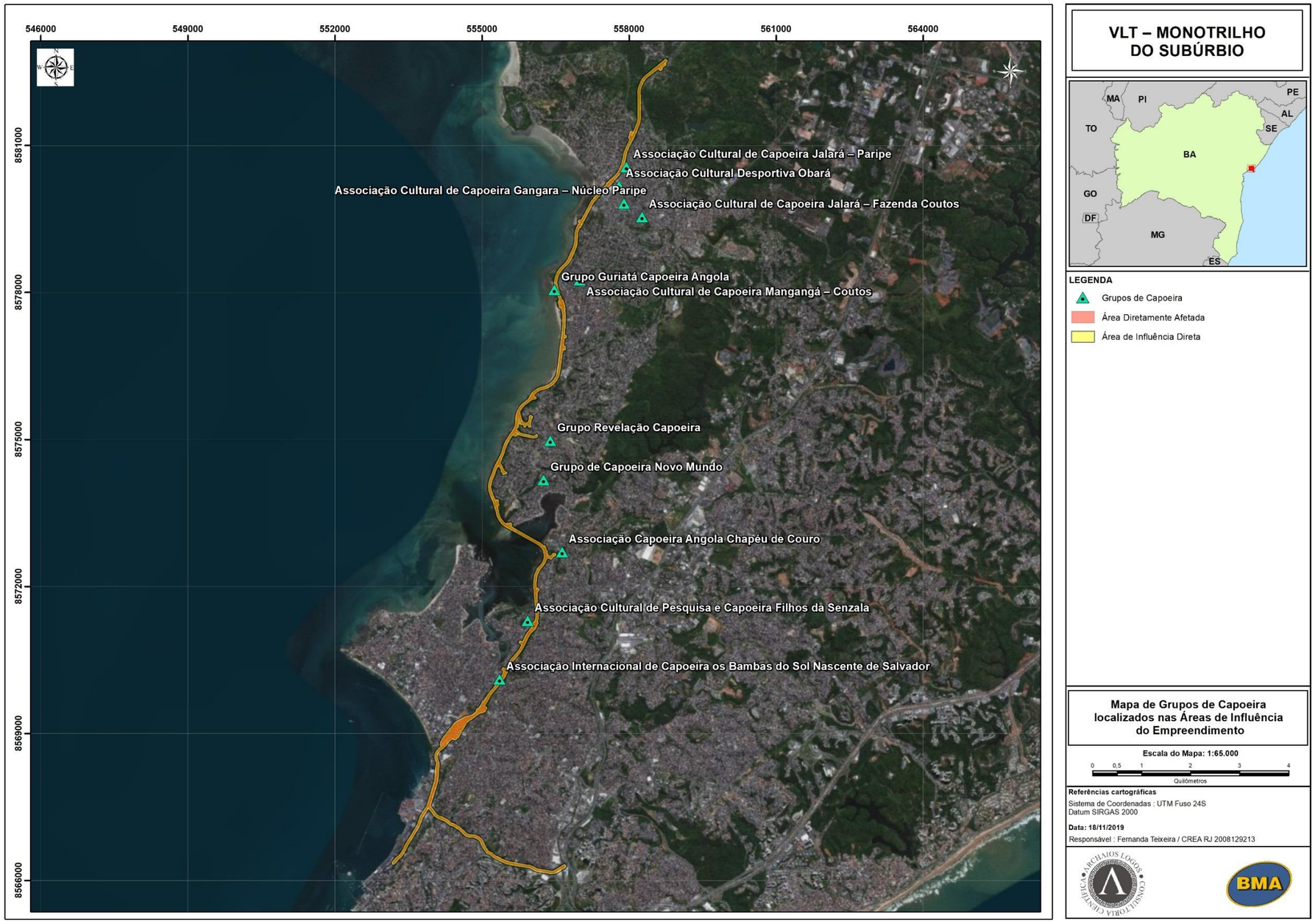


FIGURA 4-6 – Mapa Localização dos Grupos de Capoeira em relação a Área de Influência do Empreendimento.

4.4.4. Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim[7]

Sua origem remonta à Idade Média, na Península Ibérica e na devoção ao Senhor Bom Jesus ou Cristo Crucificado, tendo origem em 1669, em Setúbal, Portugal, segundo Bonfim (2006), inda neste ano o culto chegou ao Brasil, junto com uma cruz de Jesus Crucificado.

Uma imagem do Senhor do Bonfim, igual à existente em Setúbal, Portugal, foi trazida em 1745 pelo capitão de mar e guerra Theodósio Rodrigues de Faria, que era ao mesmo tempo proprietário de três navios que faziam tráfico na costa da África e membro do Comitê de Administração do Fumo.

A irmandade de portugueses chamada Devoção de Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim, instituída por Faria, deu início ao culto na Bahia na Igreja de Nossa Senhora da Penha, ainda no mesmo ano. O conjunto arquitetônico da Penha havia sido recentemente construído (1741) e incluía a residência de verão do arcebispo e a capela, sendo assim conhecido como Palácio do Arcebispo.

A Devoção é uma associação de direito privado, constituída de leigos católicos, fundada em 18 de abril de 1745. Daí por diante denominada Devoção, regida pelo Código do Direito Canônico e do Civil Brasileiro, sujeitando-se à autoridade do Arcebispo Primaz. Tem caráter religioso, social e cultural de fins não lucrativos e personalidade jurídica própria. Objetiva zelar, proteger e administrar a Basílica do Bonfim, edificada sobre a colina sagrada; ter sob sua permanente guarda e cuidado as imagens do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora da Guia (original e peregrina); conservar, dinamizar e manter em atividade o Museu dos ex-votos e a Sala dos Milagres; administrar, manter e fazer com que o Centro Comunitário Senhor do Bonfim cumpra fielmente os objetivos para os quais foi criado, integrando-se na luta em defesa da cidadania, dentro dos princípios da Doutrina Social da Igreja (IPHAN, 2012).

A Irmandade iniciou a construção da Igreja em 1740, sendo que em 24 de junho de 1754, com festas, inaugurou a capela, na única colina existente na Península de Itapagipe – colina que é hoje um sitio tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A atual Igreja Basílica de Nosso Senhor do Bonfim é isolada nos quatro lados, tendo sua fachada voltada para a entrada da Baía-de Todos os Santos.

No início, as novenas em homenagem ao Senhor do Bonfim eram feitas na Semana Santa; a partir de 1773 passaram a ser feitas com data móvel (sempre -no mês de janeiro). Os festejos religiosos (a parte sacra da festa) consistem num novenário que se encerra no segundo domingo após o a Epifania (Dia de Reis). A comemoração começou com a característica dos arraiás portugueses, sendo depois o Senhor do Bonfim ato associado ao culto de Oxalá[8].

[7] Parte deste tópico é uma compilação do Dossiê IPHAN - Festa do Bonfim a maior manifestação religiosa popular da Bahia e da obra de BONFIM (2006).

[8] Oxalá é o orixá associado criação do mundo e da espécie humana. Simboliza a paz, é o pai maior nas nações das religiões de tradição africana. É calmo, sereno, pacificador; é o criador e, portanto, é respeitado por todos os outros Orixás. Apresenta-se de duas maneiras: moço (Oxaguian) e velho (Oxalufan). Os símbolos do primeiro são uma idá (espada), “mão de pilão” e

O culto começou a atrair fiéis de toda Salvador e também das ilhas da Baía de Todos os Santos e cidades do Recôncavo, extrapolou o espaço da Península de Itapagipe, onde está localizada a igreja, para ganhar as ruas da Cidade Baixa, assim a irmandade perdeu grande parte do domínio sobre o culto, afinal, um dia específico – a segunda quinta-feira após o dia de Reis – se afirmou, a partir do início do século XIX, como a data da lavagem do templo, A maioria das festas do catolicismo tem início com a novena e o ponto alto na procissão do santo homenageado.

A Festa do Bonfim também tem a sua finalização com a procissão do domingo, quando a imagem peregrina do Senhor do Bonfim e imagens de santos, como Nossa Senhora da Guia, em andores enfeitados de flores, são carregados pelos devotos e guiados por padres e irmãos da Devoção de Nosso Senhor do Bonfim. O préstito sai do Largo de Roma e se dirige a Colina do Bonfim.

Integra o calendário litúrgico e o ciclo de Festas de Largo de Salvador e é realizada anualmente, sem interrupção, desde 1745, apenas em:

> Em 9 de dezembro de 1889 - poucos dias após a proclamação da República - uma portaria do Arcebispo d. Luis Antônio extinguia a tradicional lavagem do Bonfim. Apesar da proibição, os populares se dirigiram na data aprazada, 17 de janeiro de 1890, para a igreja com os apetrechos indispensáveis para a realização da festa. Ao chegarem foram surpreendidos pela guarda cívica que, confiscando vasos, vassouras e violas, alertou que não haveria lavagem" Certamente o arcebispo não pretendia com tal portaria desestimular a devoção aos santos, mas "purificar" as demonstrações de fé dos católicos baianos, extirpando as alegorias e rituais extravagantes que faziam parte da devoção dos adeptos deste catolicismo lúdico e sincrético (ALBUQUERQUE, 1996).

A Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim - inscrita no Livro de Registro das Celebrações em 2013 - articula duas matrizes religiosas distintas, a católica e a afro-brasileira, e incorpora diversas expressões da cultura e da vida social soteropolitana. Está profundamente enraizada no cotidiano dos habitantes de Salvador, e possui grande poder de mobilização social.

Para grande parte dos devotos e estudiosos da Festa do Bonfim, o ápice da demonstração de fé acontece no momento em que se lavam as escadas da igreja, quando ocorre a aproximação entre a festa católica e a dos cultos afro-brasileiros, as "Águas de Oxalá".

> O fato da “Lavagem do Bonfim” é atribuído à promessa de um devoto, um soldado sobrevivente da Guerra do Paraguai. Acredita-se que o ritual da lavagem teve origem nos tempos em que os escravos eram obrigados a levar água para lavar as escadarias da Basílica para a festa dos brancos, desde esta época um agradecimento do povo às graças concedidas pelo Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim. Considera-se o ano de 1804 como o da primeira lavagem oficial (BONFIM, 2006).

---

um escudo; o símbolo do segundo é uma espécie de cajado em metal, chamado opaxorô. A cor de Oxaguiam é o branco levemente mesclado com azul; a de Oxalufam é somente branco. O dia consagrado para ambos é a sexta-feira. Saudação: ÈPA BÀBÁ!

A Lavagem do Bonfim, que acontece na quinta-feira, no meio da programação católica, é um cortejo formado por baianas e diversas manifestações culturais, sem imagens de santos ou do Jesus Crucificado. O ato ganhou grande proporção tanto em relação ao número de participantes, quanto no significado religioso, especialmente entre os afrodescendentes e adeptos do Candomblé, e se tornou uma manifestação de fé tão importante que, muitas vezes, suplantou os atos católicos realizados dentro da igreja. As mulheres da irmandade de São Gonçalo, com altar lateral na Igreja do Bonfim, passaram a lavar o templo com água perfumada com flores e plantas utilizadas no culto afro-brasileiro, música e dança.

Esse é também o momento de maior visibilidade das homenagens ao Senhor do Bonfim, onde centenas de pessoas pagam promessas, algumas delas carregando ex-votos. Muitos fiéis sobem a colina do Bonfim de joelhos, alguns deles contando com uma proteção para não se ferirem, outros deles sem este cuidado. Décadas atrás, viam-se pessoas carregando pesos às costas, e a quem perguntava pela promessa, contava-se o drama vivido e superado.

O espetáculo da Lavagem acontece antes que a grande maioria dos participantes tenha chegado ao Bonfim. As baianas tomam conta do trecho que corresponde ao adro, às escadarias e à rua entre o passeio e a praça. Até os anos 1970, as autoridades civis, sobretudo o Prefeito e o Governador, as aguardavam ali. Num revolteio de saias brancas, num movimento mágico das quartinhas que despejam água tratada para a festa, em inúmeras casas de candomblé, as escadas são lavadas. Algumas dessas mulheres entram em transe, ao que acodem outras para que a quartinha não se quebre contra o chão. Não dura muito a Lavagem propriamente dita, qual seja, a varrição e lavagem das escadarias e do adro da igreja do Bonfim.

O espetáculo de alta densidade vai se desfazendo aos poucos. As baianas mais idosas procuram um lugar para descansar e se esconder do sol. Algumas delas se deixam fotografar, quase sempre gratuitamente. Turistas e nativos disputam a pose junto daquelas mais enfeitadas. Rapidamente, a Lavagem cumpre seu papel e o centro da festa se distribui por todos os cantos.

Em paralelo aos festejos religiosos há ainda a dita festa "profana", marcada pela presença de barracas de comidas típicas e bebidas, desde as cercanias da Colina Sagrada e ao contrário do que se pode pensar, segundo Bonfim (2006) a Festa do Bonfim sempre teve um cunho profano escandaloso.

Até a década de 1950 as baianas tinham acesso ao interior do templo, onde o chão era lavado “com energia e entusiasmo” (VERGER, 1990, p. 11), até que as autoridades eclesiásticas limitaram a lavagem apenas ao adro da Igreja.

Desde o ano de 1998 a Arquidiocese de Salvador, em intervenção conjunta com a Prefeitura Municipal, separou as comemorações do Bonfim das festas organizadas pelos grandes empreendedores da moderna indústria cultural baiana. Promoveram um afastamento dos trios elétricos e caminhões de blocos alternativos que acompanhavam o cortejo desde a Avenida Contorno, muitas vezes sequer chegando à metade do percurso e de certa forma desviando e desvirtuando o caráter religioso do dia, promovendo um mini-carnaval com direito a todos os excessos que lhe são peculiares.

Blocos e entidades carnavalescas organizavam festas paralelas nos arredores do percurso religioso, desviando o interesse do público mais jovem pelo rito cristão e de certa forma desvirtuando a data festiva, com uma oportunista possibilidade de receita, que não retornava à fonte motivadora católica.

O que se pode concluir desta medida de caráter reparador, mais de vinte anos depois, é que a Lavagem do Bonfim aos poucos volta a ser o centro das atenções no dia, atraindo pessoas que normalmente não se integravam à festa, seja pela dificuldade de acesso, seja pelo desinteresse despertado pela concorrência de outros eventos.

A graça da relação entre o “sagrado” e o “profano” se mantém vigorosamente viva, espalhada por todas as partes, dentro e fora da igreja, nas barracas de comidas típicas e bebidas, na malandragem dos vendedores ambulantes, nas danças sensuais e na vestimenta dos fiéis que ocupam toda a Colina Sagrada.

FIGURA 4-7 – Imagens do Cortejo da Lavagem do Bonfim. Fotos: Daivisson Santos.

O caráter transcanônico da devoção onde o Senhor do Bonfim é sincretizado com Oxalá, o que faz com que as matrizes religiosas católicas e afro-brasileira (especialmente o Candomblé) criem uma simbiose de harmonia poucas vezes verificada em qualquer outro lugar do país. A Lavagem do Bonfim é uma prova indiscutível disso, o Museu de Ex-votos e a tradicional “sala dos milagres” são outras.

O Senhor do Bonfim, Oxalá nos cultos afro-brasileiros, abre a possibilidade de visualizar num mesmo espaço seguidores de religiões distintas, dispostos pacificamente e em clima de festa. Este sincretismo religioso, que marca a “personalidade” cultural do povo baiano, talvez tenha na figura do Senhor do Bonfim-Oxalá o seu melhor exemplo de integração cultural.

A vigilância dos poderes público e religioso se mostrou eficiente no sentido de não perder as rédeas do controle social e de poder executar estratégias, que se não são lucrativas em nome da manifestação religiosa, ao menos não permitem que a iniciativa privada, de modo desenfreado, utilize o espaço da fé e a religiosidade como uma mina inexplorada, uma mera fonte de renda.

A disposição do espaço social e o próprio caráter das festas são modificáveis ao longo do tempo. Isso faz parte da dinâmica cultural e é plenamente saudável para todas as categorias sociais envolvidas (clero, poder público, fiéis, comerciantes, comunidades locais e distantes espectadores).

O perigo reside na transformação, a partir de um certo “ordenamento” do espaço, da presença popular funcionando como num mero elemento decorativo, empobrecido de ação e participação, isolado no processo cultural, pois a Festa do Senhor do Bonfim é um evento religioso no qual, ao invés de fiéis contritos, vê-se uma multidão ruidosa e festiva;

ao invés de católicos ortodoxos, tem-se partidários de um catolicismo matizado pela religião dos negros (Albuquerque, 1996).

4.4.5. Cortejo do 2 de Julho[9]

Manifestação cívica de cunho popular, que reverencia as lutas pela independência da Bahia. Trata o referido bem de uma comemoração cívica, de notável importância histórica, pois faz referência ao significativo momento em que o Brasil se tornou livre do domínio português. Data que representa a independência da Bahia, é comemorada com grande regozijo popular, além da participação de políticos locais (IPAC, 2019).

A data notabilizou-se como máxima da Bahia, sendo feriado em todo o estado. O 2 de julho ficou na reverência patriótica dos baianos que estabeleceram a tradição de comemorá-lo anualmente com a repetição da entrada do Exército Pacificador na cidade de Salvador, com os batalhões e as heroínas como Maria Quitéria, Joana Angélica e Maria Felipa, além das figuras simbólicas do Caboclo e da Cabocla.

No dia 2 de julho de 1824 foi celebrado o aniversário de um ano da expulsão das tropas portuguesas de Salvador, a data marcava o episódio que ficou conhecido como Independência da Bahia e que marcou as lutas pela libertação do Brasil do domínio português. Desde então acontece a mistura de festa cívica e popular com festividades organizadas pela Sociedade Patriótica Dois de Julho até 1917, quando Cosme de Farias, que integrava a sociedade, decidiu passar ao IGHB a organização da festa, em função das dificuldades financeiras da sociedade que não tinha mais dinheiro para bancar os desfiles.

A primeira celebração de 2 de Julho foi uma cerimônia oficial, com desfile de tropas, salvas e vivas ao imperador na passagem do cortejo e no palanque.

> Segundo Manoel Querino, já no ano de 1824 a população teria organizado um préstito que rememorava o trajeto que as tropas brasileiras vitoriosas fizeram para entrar na cidade de Salvador. A partir daí, anualmente, organiza-se a "procissão cívica" dos baianos: o préstito sai do bairro da Lapinha - um dos antigos portões da cidade - desce a rua do Carmo e chega ao Terreiro de Jesus, em seguida segue pela avenida 7 de setembro até o Campo Grande. As principais alegorias presentes nessa manifestação popular são os carros emblemáticos do Caboclo e da Cabocla. Como nos explica Querino, ao vencerem os portugueses na batalha de Pirajá, os baianos tomaram-lhes uma carreta, como troféu, a qual enfeitaram com folhas de café e fumo, simbolizando os frutos da terra. Sobre ela colocaram um descendente de indígenas. Posteriormente este seria substituído pela escultura de um índio, simbolizando a raça brasileira, incorporado no ano de 1824 ao préstito entre a Lapinha e o Terreiro de Jesus. Um novo carro teria sido encomendado em 1826 para transportar a figura da cabocla, também representada pela escultura de uma índia (ALBUQUERQUE, 1996)

O cortejo, passou por diversas transformações no decorrer dos seus 195 anos de existência. Mudanças no trajeto, inserção da figura da cabocla, em 1846, a construção do monumento do caboclo no Campo Grande, em 1895 e tantas outras transformações

[9] Este tópico é uma compilação dos textos de Albuquerque (1996) e Santos (2019).

contribuíram para o evento ganhar a dimensão e importância que tem para os baianos (SANTOS, 2019).

Segundo Kraay (1999) o 2 de Julho, primeira festa cívica da Bahia oitocentista, muito mais importante do que o Sete de Setembro, configura-se num complexo conjunto de ritos tanto carnavalescos quanto didáticos, formando uma representação coletiva da sociedade baiana na qual os habitantes da cidade se classificavam por origem nacional, classe e raça. A festa demarcava uma identidade baiana em oposição a duas grandes outras — portuguesa e africana — mas também destacou diferenças de classe e raça dentro da sociedade baiana.

> Essas comemorações eram compartilhadas por diversos segmentos da sociedade, o que dotou o evento de um caráter de festividade popular. E eram celebrações as quais os diversos grupos sociais atribuíam propósitos nem sempre coincidentes. Se para as autoridades imperiais e eclesiásticas tratava-se de um momento em que se relembrava a conquista da liberdade política do jugo português, para os populares era uma oportunidade para protestar, aos gritos de mata - marotos, contra os altos preços dos produtos vendidos nos armazéns dos portugueses (ALBUQUERQUE, op.cit).

Os principais personagens da Independência da Bahia são homenageados no cortejo, são eles:

> **Maria Quitéria -** Primeira mulher a lutar no Exército Brasileiro, considerada como a Heroína da Independência; **Maria Felipa de Oliveira -** conhecida em Itaparica como a Heroína Negra da Independência, liderou grupos populares que fortificaram com trincheiras e vigiaram as praias da ilha para evitar o desembarque das tropas portuguesas; **Joana Angélica -** considerada Mártir da Independência. Foi morta ao tentar impedir que os soldados portugueses invadissem o Convento da Lapa; **General Labatut -** Foi escalado por D. Pedro I para comandar o exército rebelado contra os portugueses; **João das Botas -** Liderou uma flotilha de saveiros que travou épicas batalhas navais contra a esquadra portuguesa na baía de Todos os Santos. Cortou as linhas de abastecimento de suprimentos para as tropas inimigas, levando ao enfraquecimento do exército luso; **Lorde Cochrane -** Assumiu a patente de primeiro-almirante e comandou a esquadra brasileira nas Batalhas pela Independência; **Ladislau Titara -** Foi um militar, historiador e poeta. É o autor de 'Paraguaçu: Epopeia da Guerra da Independência na Bahia', inspirado na obra 'Os Lusíadas', do poeta português Luiz de Camões; **Barão de Pirajá -** Título concedido a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, um dos responsáveis por defender a entrada de Salvador por Pirajá, principal acesso por terra para a capital baiana, que era alvo do exército luso (SANTOS, 2019).

Na edição de 2019 os festejos iniciaram no dia 30 na saída do Fogo Simbólico da cidade de Cachoeira, passando pelas cidades de Saubara, Santo Amaro da Purificação, São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, até chegar ao bairro de Pirajá, em Salvador, conduzido pelos soldados do Exército e atletas baianos. O município de Cachoeira, ponto de partida da chama, teve extrema importância na luta pela libertação, por ter rompido com a Coroa Portuguesa, em 25 de junho de 1822, e ter se tornado quartel general das tropas libertadoras que lutaram na Bahia contra o exército e a esquadra de Portugal.

No dia 1º de julho, os atos comemorativos começam às 16h, com a chegada do fogo simbólico ao bairro de Pirajá. No mesmo horário, houve o acendimento da Pira, no Largo

de Pirajá, o hasteamento das bandeiras por autoridades e a colocação de flores no túmulo do General Labatut.

No dia 2 de julho, ápice das comemorações, uma alvorada com queima de fogos na Lapinha, às 6h, abriu a programação da data. Às 8h30, aconteceu o hasteamento das bandeiras por autoridades, com a execução do Hino Nacional, pela Banda de Música da Marinha do Brasil.

Em seguida, aconteceu a Colocação de Flores no monumento ao General Labatut e, na sequência, os carros emblemáticos do Caboclo e da Cabocla iniciam o desfile pelas ruas do bairro da Liberdade, Santo Antônio Além do Carmo, Pelourinho, Praça Municipal e Avenida Sete de Setembro, em direção ao Largo Dois de Julho (Campo Grande).

O 196º ano de comemorações do Dois de Julho foi finalizado por volta das 17h, no Campo Grande, em ato simbólico de hasteamento das bandeiras do Brasil, Bahia e Salvador, colocação de coroas de flores no Monumento ao Dois de Julho pelas autoridades presentes; além do acendimento da Pira do Fogo Simbólico pelo atleta olímpico de natação Edvaldo Valério.

FIGURA 4-8 – Cortejo do 2 de julho pelas ruas do Pelurinho.
Fonte: http://guianegro.com.br/2-de-julho-feriado-na-bahia-pela-independencia-do-brasil/.

FIGURA 4-9 – Cortejo do 2 de julho pelas ruas da Soledade.
Fonte: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/em-clima-de-jogo-do-brasil-na-copa-desfile-ao-2-de-julho-reune-torcedores-de-verde-e-amarelo-protestos-marcaram-evento.ghtml

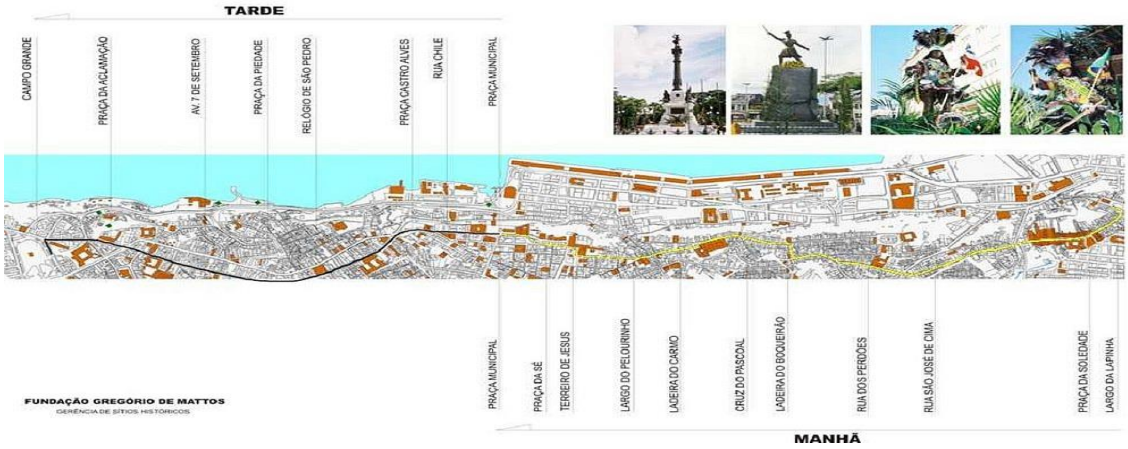


FIGURA 4-10 – Trajeto do Cortejo do 2 de Julho em 2019. Fonte: SANTOS, 2019.

5. BENS CULTURAIS IMÓVEIS INDIVIDUAIS TOMBADOS SOB ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO[10]

O tombamento de um bem é um instrumento legal de proteção do patrimônio cultural e constitui-se num ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

O tombamento pode ser realizado nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo quem em âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a instituição incumbida de exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 25/1937.

Em nível estadual, ao IPAC incube tal desiderato e, no caso específico da Bahia, regem a proteção ao patrimônio cultural a Lei n.º 8.895/2003 e o Decreto nº. 10.039/2006, que determinam que o tombamento seja aplicado ao bem de cultura móvel ou imóvel, tendo por referência o seu caráter singular e em nível municipal.

No município de Salvador a instituição responsável pelo tombamento é a prefeitura de Salvador, que possui como instrumento legal a Lei n° 8550/2014 que institui as normas de proteção e estímulo à preservação do Patrimônio Cultural do Município de Salvador e dá outras providências. O município de Simões Filho através da Lei nº 995/2016 que dispõe sobre a revisão da Lei 724/2006, que trata da política urbana do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Simões Filho e dá outras providências, trata sobre o tombamento de bens, contudo não existe lei específica que aborde o tema.

Na pesquisa de dados secundários realizada para o presente projeto foram localizados 23 (vinte e três) bens Culturais Imóveis Tombados Sob Âmbito Federal, Estadual e Municipal nas áreas de Influência do Empreendimento, onde 13 (treze) bens são tombados sob âmbito Federal, 08 (oito) bens são tombados sob âmbito Estadual e 2 (dois) bens tombados sob âmbito Municipal, conforme

[10] A descrição destes bens resulta da compilação dos dados obtidos nos sites do IPHAN (2019), do IPAC (2019) e no Ipatrimônio (2019).

QUADRO 5-1 – Bens Tombados sob âmbito Federal, Estadual e Municipal localizados nas áreas de influência do Empreendimento. Fonte: IPHAN (2019), IPAC (2019) & FGM (2019).

. Deste universo 05 (seis) estão localizados na Área de Influência Direta e 18 (dezoito) estão localizados na Área de Influência Indireta do Empreendimento, conforme **FIGURA 5-1**.

QUADRO 5-1 – Bens Tombados sob âmbito Federal, Estadual e Municipal localizados nas áreas de influência do Empreendimento. Fonte: IPHAN (2019), IPAC (2019) & FGM (2019).

Município	Bem Tombado	Processo n°	Tombo	Data de Tombamento	Âmbito
Salvador	Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia	122-T-1938	Livro do Tombo das Belas Artes: 126; volume 1; fls. 022.	17/06/1938	Federal
	Elevador Lacerda	1497-T-02	Livro do Tombo das Belas Artes: 629, volume 2; fls. 059.	27/01/2011	Federal
	Forte de São Marcelo	155-T-38 e 101-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 089, volume 1; fls. 016.	24/05/1938	Federal
	Edifício à Praça Cairú	331-T	Livro do Tombo Histórico: 388; volume 1; fls. 062.	25/10/1966	Federal
	Sobrado Azulejado (Prédio sito na Praça Cairú, n°19)	717-T-63	Livro do Tombo Histórico: 417; volume 1; fls. 068.	30/07/1969	Federal
	Capela do Corpo Santo	122-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 133; volume 1; fls. 024	17/06/1938	Federal
	Palácio da Associação Comercial da Bahia	112-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 108; volume 1; fls. 019	13/06/1938	Federal
	Igreja do Pilar	122-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 128; volume 1; fls. 023	17/06/1938	Federal
	Casa do Conde da Palma	254-T	Livro do Tombo Histórico: 204; volume 1; fls. 034	23/03/1943	Federal
	Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	081-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 230-A, volume 1; fls. 051 Livro do Histórico: 160, volume 1; fls. 027	28/03/1941	Federal
	Casa à Avenida Frederico Pontes	165-T-38, 0101-T-38 e 0155-T-38	Livro do Tombo das Belas Artes: 120, volume 1; fls. 021 Livro do Tombo Histórico: 061, volume 1; fls. 012	14/06/1938	Federal
	Capela de Nossa Senhora da Escada	560-T	Livro do Tombo Histórico: 340; volume 1; fls. 056	11/04/1962	Federal
	Templo Afro Religioso Ilé Asé Maroialaji (Alaketu)	1484 -T-01, 2005	Livro do Tombo Histórico n° 557 Volume II Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico nº 142. Volume II	19/09/2008	Federal
	Solar Bandeira	001/1987	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	22/06/2010	Estadual
	Conjunto Arquitetônico da Soledade	0006/81	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	10/11/1981	Estadual
	Edifício Caramuru	6,0708E+11	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	31/01/2008	Estadual
	Edifício Sede do Instituto do Cacau da Bahia	0012/02	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	05/11/2002	Estadual

Município	Bem Tombado	Processo n°	Tombo	Data de Tombamento	Âmbito
	Antiga Fábrica Fratelli Vita	002/00	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	05/11/2002	Estadual
	Antiga Fábrica São Brás	003/97	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	05/11/2002	Estadual
	Fonte da Munganga	001/81	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	10/11/1981	Estadual
	Fonte da Água Brusca ou Fonte do Baluarte	001/1981	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	10/11/1981	Estadual
	Painel do Artista Carybé denominado “Quetzalcoatl”, integrado ao Edifício Cidade de Ilhéus, no Comércio;	11/2018	Processo PR FGM n.º 247/2018	07/07/2018	Municipal
	Templo Afro Religioso Ilé Asé Kalé Bokun	001/2016	Processo PR FGM n.º 217/2016	20/09/2018	Municipal

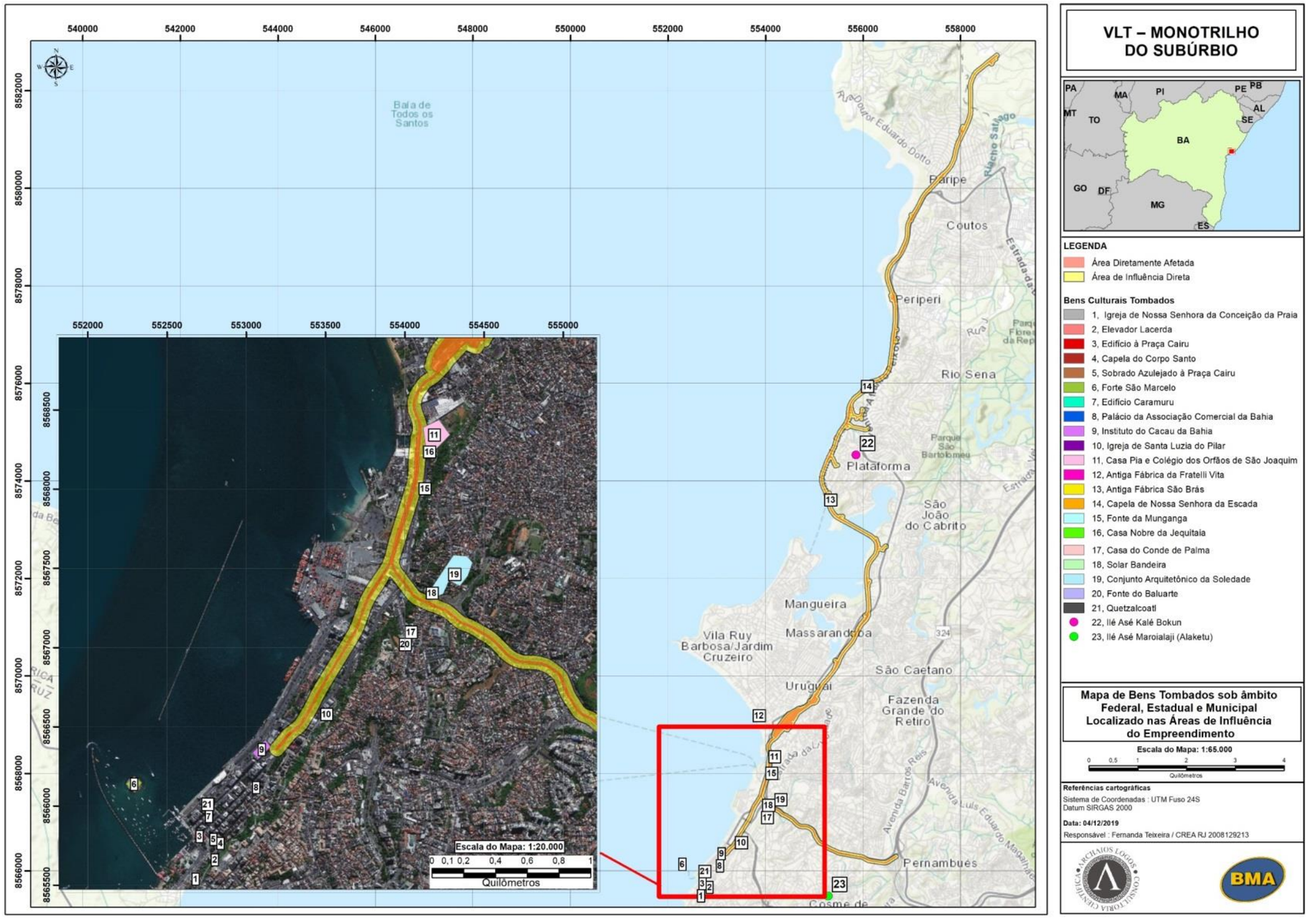


FIGURA 5-1 – Mapa de Bens Tombados sob âmbito Federal e Estadual localizados nas áreas de Influência do Empreendimento.

Os Bens Culturais Tombados Sob Âmbito Federal, Estadual e Municipal localizados nas áreas de Influência do Empreendimento são descritos a seguir:

5.1. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia

A atual igreja, situada no sopé da montanha que liga a cidade Alta à Baixa, é a terceira construída no local, todas sobre o assentamento da primitiva ermida erigida por Thomé de Sousa logo após sua chegada na Bahia, em 29 de março de 1549. A imagem de N. Sra. da Conceição foi retirada da nau capitânia do governador, também dedicada à Nossa Senhora da Conceição.

Ao lado da Igreja, Thomé de Sousa mandou construir a Ladeira da Conceição, para acesso às obras da Cidadela, na parte alta. No mês de abril, os jesuítas começaram a construir a Igreja da Ajuda, dentro da Cidadela. No território da Salvador atual já existiam outras igrejas, como a da Vitória a da Graça. A Igreja da Ajuda foi a matriz da paróquia de Salvador, em 1549 (CARDOSO, 2004).

Em 1623, o templo é elevado à Matriz da Nova Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia e, em 1736, as confrarias do Santíssimo Sacramento da Imaculada Conceição decidem reedificá-lo. O projeto, atribuído a Manoel Cardoso de Saldanha, é enviado de Portugal para ser executado em lioz. Apesar de inauguradas em 1765, as obras só são concluídas em 1849.

A igreja apresenta características da arquitetura do Alentejo, adotando partido de 3 corpos separadas por corredores longitudinais, dando, aquele da esquerda, acesso a um pátio com chafariz, de onde parte escadaria em mármore para a sala de Irmandade. Sua planta é de transição: possui nave oitavada com capelas laterais e corredores com tribunas superpostas, cujo acesso se dá por galerias cegas, similares aos trifórios das igrejas medievais.

A monumentalidade de sua fachada, de características neoclássicas, é realçada pela implantação das torres em diagonal. Seu interior é a primeira demonstração mais completa do barroco de D. João V no Brasil, destacando-se a pintura do teto da nave que obedece à concepção ilusionista barroca de origem italiana, de autoria de José Joaquim da Rocha (1772/73) (*IPHAN, 2019).*

FIGURA 5-2 – Visão parcial da fachada da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Foto: Arivaldo Leão de Amorim.

FIGURA 5-3 – Desenho restituição da fachada principal da Igreja da Conceição da Praia, em Salvador. Fonte: Gabriele Fangi, 2012.

5.2. Elevador Lacerda[11]

O Elevador Lacerda é um símbolo da cidade de dois andares chamada de Salvador, um dos mais conhecidos cartões portais da Bahia. Apesar de secular, é um conjunto moderno, que recebeu várias reformas ao longo dos anos.

Foi o primeiro elevador no mundo a servir de transporte público e o mais alto desse tipo, quando foi inaugurado, em 8 de dezembro de 1873, dia de N.S. da Conceição da Praia. A receita desse primeiro dia de funcionamento (477$800) foi doada ao Asilo dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia.

Liga a Praça Tomé de Sousa, na Cidade Alta, à Praça Cayru, no bairro do Comércio. Possui duas torres, quatro cabines e 73,5 metros de altura. Tem capacidade total para 128 pessoas, nas quatro cabines, e a viagem dura 22 segundos. Transporta, em média, mais de 750 mil pessoas por mês, funcionando 24 horas por dia.

O uso de ascensores em Salvador é uma tradição secular. Já no início do século 17 usava-se uma espécie de guindaste para transportar mercadorias do porto à cidade alta. Outros elevadores e planos inclinados foram construídos na cidade posteriormente.

O Elevador Lacerda foi idealizado pelo empresário Antonio de Lacerda (1834-1885), construído com a ajuda de seu irmão, o engenheiro Augusto Frederico de Lacerda e financiado por seu pai Antônio Francisco de Lacerda. Os dois irmãos, Augusto e Antônio de Lacerda estudaram engenharia no tradicional *Rensselaer Polytechnic Institute*, em Nova York, mas Antônio retornou ao Brasil antes de completar o curso.

A construção foi iniciada em 1869, sendo um grande desafio de engenharia para a época. Foi necessária a perfuração de dois túneis em rocha, um vertical, para abrigar a primeira torre, e outro horizontal, para dar acesso à rua. Foi inaugurado em 1873, com o nome de *Elevador Hydraulico da Conceição da Praia*, com apenas uma torre, popularmente

[11] Texto extraído na íntegra do Guia Geográfico de Salvador. https://www.guiageografico.com/salvador.htm

chamado de Elevador do Parafuso. Usava equipamentos da companhia inglesa Hoisting Machinery.

O Elevador da Conceição foi um sucesso da engenharia, mas não deu lucro ao seu criador. Em 1896, o Elevador passou a se chamar *Elevador Antônio de Lacerda*, por indicação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Em 1906, foi reformado para adotar um sistema elétrico e sua torre tornou-se mais larga, na base.

A segunda torre (a que se projeta para a frente) foi inaugurada em 7 de setembro em 1930, juntamente com uma reforma geral, em que o conjunto arquitetônico ganhou seu estilo em *art déco*. Era uma condição para a concessão dos serviços a uma empresa estadunidense. As duas torres são ligadas por uma plataforma de 71 m de vão, que passa alto sobre a Ladeira da Montanha, outro grande desafio de engenharia do século 19.

A Otis participou da ampliação de 1930 com a instalação de dois ascensores. Em 1932, a empresa estadunidense anunciou seu feito na Fortune Magazine, revelando que no primeiro dia de operação plena foram transportadas 24 mil pessoas.

Em 1955, o Elevador foi estatizado pela Prefeitura. Em 1º de julho 1961, novos elevadores da Otis foram inaugurados, mais rápidos e dobrando a capacidade por cabine de 16 para 32 pessoas. Em 2006, foi tombado pelo Iphan.

FIGURA 5-4 – Elevador Lacerda visto a partir da Praça Tomé de Sousa.
Fonte:
http://www.bahia-turismo.com/salvador/elevador-lacerda.htm.

FIGURA 5-5 – Elevador Lacerda visto a partir da Capitania dos Portos de Salvador.
Fonte:
http://www.bahia-turismo.com/salvador/elevador-lacerda.htm.

5.3. Edifício à Praça Cairú – Mercado Modelo

Este prédio corresponde à terceira casa de Alfândega de Salvador. O prédio em estilo neoclássico foi concluído em 1861 para abrigar a alfândega. O antigo Mercado Modelo funcionava em outro prédio, próximo do local, e foi destruído por um incêndio, em 1969 (GUIA GEOGRÁFICO DA BAHIA, 2019).

Formado por um corpo central quadrado recoberto por telhado de duas águas e um anexo de planta semicircular terminado por cobertura cônica executada em chapas de cobre. O corpo principal é formado por caixa de alvenaria de pedra, no interior da qual arcadas superpostas de tijolos sustentam assoalhos e tesouras do telhado. A rotunda é formada por duas fileiras de colunas toscanas geminadas que suportam vigas de madeira, sobre as quais há um salão semicircular orlado por uma varanda.

Colunas, cunhais e vigaduras de vãos em cantaria e janelas guarnecidas por grades de ferro fundido. Volumetricamente, o edifício reproduz formas clássicas consagradas. A fachada principal tipo templo e as laterais são compostas por janelas e falsas janelas que se alternam, tal como se utilizou no Renascimento *(*IPHAN,2019).

FIGURA 5-6 – Visão da parte posterior do Mercado Modelo. Fonte: http://www.salvador-turismo.com/mercado-modelo.htm.

FIGURA 5-7 – Visão das janelas e falsas janelas na lateral do Mercado Modelo. Fonte: Google Street View.

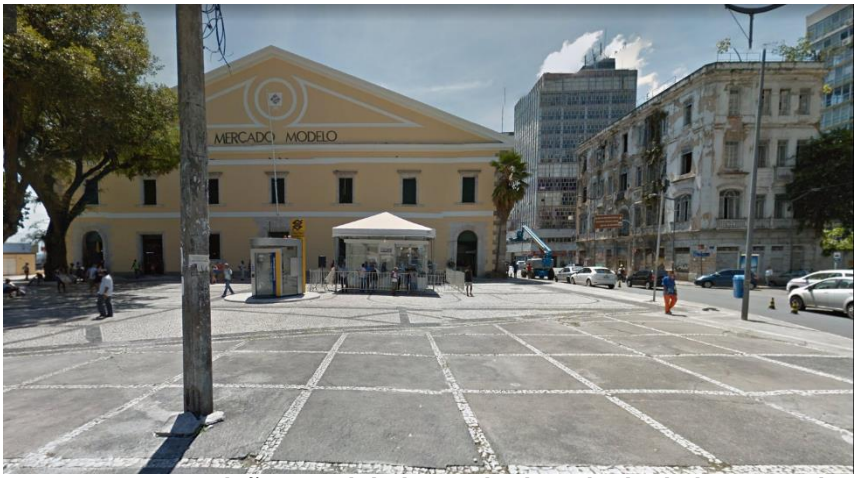


FIGURA 5-8 – Visão parcial da Fachada principal do Mercado Modelo. Fonte: Google Street View.

5.4. Capela do Corpo Santo - Igreja de São Pedro Gonçalves do Corpo Santo

Localizada na rua do Corpo Santo, Comércio (esquina com a Praça Cairú) a capela do Corpo Santo foi fundada, em 1711, pelo marujo espanhol Pedro Gonçalves em pagamento a uma promessa feita durante uma tempestade em águas da Baía de Todos os Santos. No período entre 1736 e 1756 serviu de matriz da Freguesia da Conceição da Praia enquanto se construía a atual igreja matriz. A planta é do tipo arcaico, encontrado na arquitetura religiosa rural, com nave e capela-mor formando um só corpo de construção, dividido convencionalmente pelo arco cruzeiro.

Apresenta um corredor largo ao longo da igreja que funciona como sacristia. Não possui torre, mas a presença de base indica a existência anterior ou projeto. Em consequência do alargamento da Rua Santos Dumont, em 1902, para a qual se voltava sua fachada posterior, é esta reedificada, assim como são criadas lojas comerciais no seu porão e modificado o frontispício.

O forro da nave, provavelmente o único elemento da época da sua construção, é composto por caixotões guarnecidos por moldura com ornatos em talha. Dentre a imaginária, destaca-se a imagem do Senhor dos Passos, o crucifixo do altar-mor e a estátua do Senhor da Redenção, atribuída a Chagas, “o Cabra” (IPHAN, 2019).

FIGURA 5-9 – Visão parcial da fachada da Capela do Corpo Santo.
Fonte:
http://www.salvador-turismo.com/comercio/corpo-santo.htm

FIGURA 5-10 – Interior da Capela do Corpo Santo.
Fonte:
http://www.salvador-turismo.com/comercio/corpo-santo.htm

5.5. Sobrado Azulejado à Praça Cairú

Sobrado azulejado descaracterizado por alterações em sua parte interna e inserções de elementos arquitetônicos não condizentes, como lajes e marquises de concreto. A fachada principal é revestida de azulejos industrializados do séc. XIX, nas cores azul e branco, e exibe vãos em forma de ogiva, como em outros edifícios neo-góticos (IPHAN,2019).

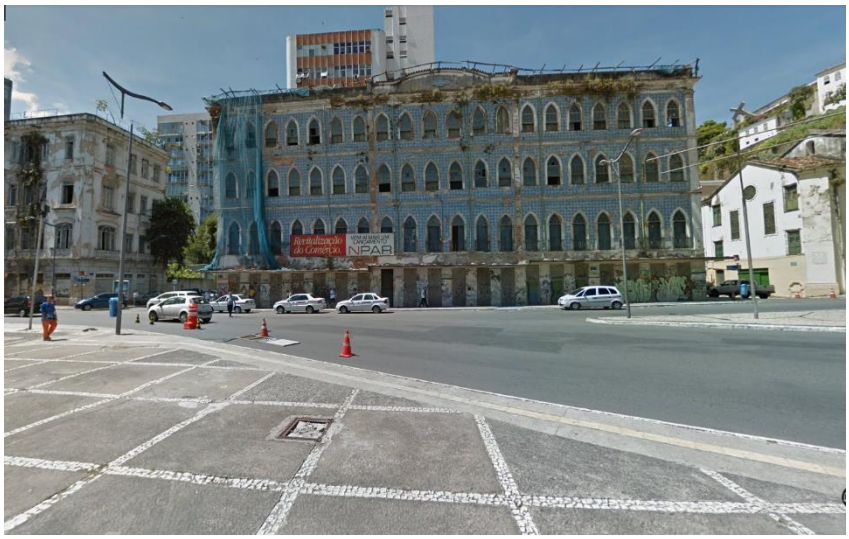


FIGURA 5-11 – Visão da fachada do Sobrado Azulejado localizado na Praça Cairú n° 19. Foto: Daivisson Santos.

5.6. Forte de São Marcelo

Forte de planta aproximadamente circular. Sua construção afastada da costa, em 1650, se deve ao receio de uma nova invasão holandesa. Sua função era impedir a entrada ao porto, cruzando fogo com os fortes de São Francisco, São Felipe e São Paulo da Gamboa. Construção iniciada pelo engenheiro francês Felipe Guiton e continuada pelo seu conterrâneo o engenheiro Pedro Garcin.

Sua planta, aproximadamente circular, é constituída por um torreão central envolvido por um anel de igual altura formado pelo terrapleno perimetral e quartéis. Sua construção é em cantaria de arenito até a linha de água e o restante em alvenaria de pedra irregular. Possui teto em abóboda de berço. No seu interior podem ser encontrados bancos embrechados de conchas (IPHAN, 2019).

FIGURA 5-12 – Forte de São Marcelo.
Fonte: http://www.salvador-turismo.com/comercio/forte-mar.htm

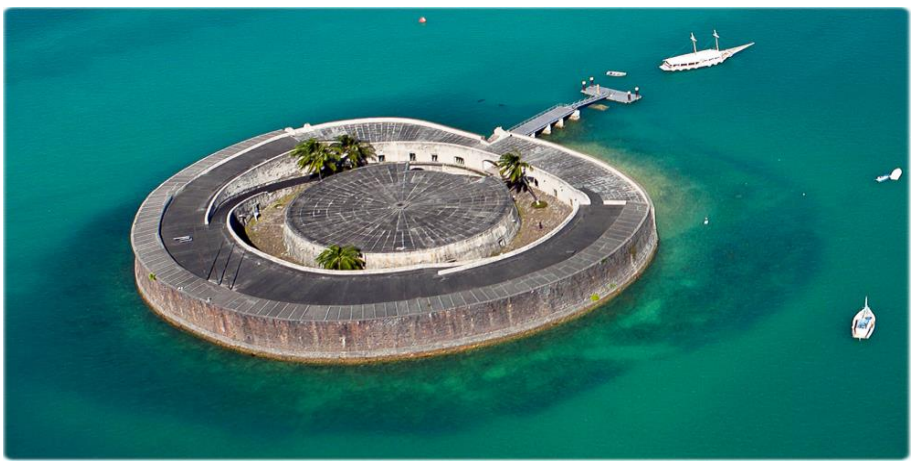


FIGURA 5-13 – Vista aérea do Forte de São Marcelo.
Fonte: http://www.salvador-turismo.com/comercio/forte-mar.htm.

FIGURA 5-14 – Visão parcial da Entrada do Forte de São Marcelo Fonte:http://www.ipatrimonio.org/?p=19537#!/map=38329&loc=-12.969987000000032,-38.51788899999999,17.

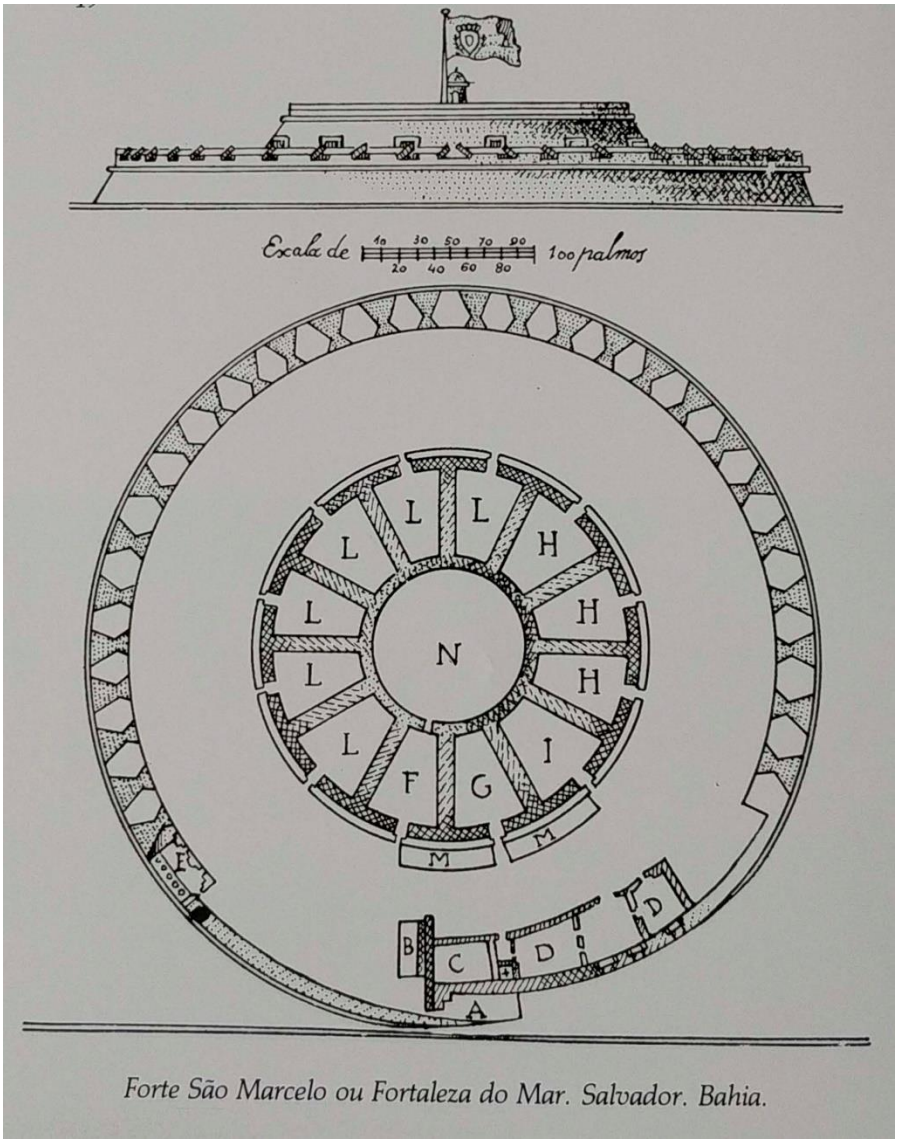


FIGURA 5-15 – Planta do Forte de São Marcelo. Fonte: Fortalezas Históricas do Brasil.

5.7. Edifício Caramuru

O Edifício Caramuru ganhou notoriedade internacional dois anos após ter sido inaugurado, ao receber menção honrosa na I Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, em 1951 graças principalmente à inovação do arquiteto Paulo Antunes Ribeiro com a utilização de um artifício que se tornou uma de suas principais peculiaridades: os "*brise-solei*" dispostos nas duas fachadas voltadas para o poente.

Segundo Bierrenbach (2007) o Edifício Caramuru foi o primeiro edifício construído no bairro do Comércio que segue os princípios arquitetônicos modernos difundidos pela "Escola Carioca". Tal edifício torna-se uma referência não só para os projetos realizados no seu entorno, como também para outros executados em Salvador. É também difundido em âmbito nacional (menção honrosa do júri da 1ª Bienal de São Paulo – 1951, divulgação no livro *Modern Architecture in Brazil* de autoria de Henrique Mindlin – 1956) e internacional (*Architecture d'aujourd'hui* – 1952 e Domus – 1954).

FIGURA 5-16 – Edifício Caramuru. Fonte: L'Architecture d'aujourd'hui, p. 24

FIGURA 5-17 – Fachada Frontal do Edifício Caramuru. Foto: Leonardo Finotti.

5.8. Palácio da Associação Comercial da Bahia

Construída sob os alicerces do Forte de São Fernando, demolido em 1814/1816, o Palácio é edificado por D. Marcos de Noronha e Brito, tendo como projetista o arquiteto português Cosme Damião da Cunha, em estilo neoclássico anterior à missão francesa.

Palácio constituído por um embasamento sobre o qual ergue-se o prédio propriamente dito, composto por três corpos de construção: o pórtico central de pé direito duplo, com colunata jônica e dois corpos laterais simétricos com dois pavimentos.

Uma escada externa em dois lances conduz diretamente ao pavimento nobre. A construção da caixa externa e paredes mestras são em alvenaria de pedra e divisórias de paredes francesas. Externamente o edifício apresenta decoração em coroas e guirlandas, executadas em estuque. Possui duas portadas em mármore, com inscrições em memória

a D. João VI. O salão apresenta piso em parquet e belos lustres de cristal. Este edifício é a primeira manifestação de reação ao rococó na Bahia (IPHAN, 2019).

FIGURA 5-18 – Visão parcial da fachada do Palácio da Associação Comercial da Bahia. Fonte:https://infonet.com.br/blogs/salvador-ba-cidade-baixa-e-alta-gastronomia/

FIGURA 5-19 – Visão parcial da fachada do Palácio da Associação Comercial da Bahia Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Comercial_da_Bahia

5.9. Edifício Sede do Instituto do Cacau da Bahia

A indústria açucareira na Bahia entrou em crise no final do século XIX, porém, o cacau começara a despontar como um novo produto para exportação.

No início do século XX Salvador, como as demais capitais brasileiras, participava do programa de construção da República iniciado pelas reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro, então Capital Federal. E assim, durante o primeiro governo de J. J. Seabra (1912-1916), obras urbanas foram empreendidas na cidade na tentativa de transformar completamente a sua área central (PUPPI, 1998).
A estreita faixa da cidade na parte baixa inseriu-se no processo de modernização na primeira década do referido século com a ampliação do porto. Nesse espaço, próximo à área portuária, foi erguido o edifício sede da lavoura cacauicultora baiana, o Instituto do Cacau da Bahia.

Construído nos anos de 1930, o Instituto do Cacau da Bahia é o único imóvel público de Salvador de arquitetura Bauhaus, um dos primeiros estilos de arquitetura moderna no século XX que preza pela simplicidade e funcionalidade de prédios e objetos. A época de sua construção, o Instituto do Cacau era um dos prédios mais modernos e tecnológicos da capital baiana.

Atualmente o estado do prédio é de deterioração em função de um incêndio ocorrido em 2012, a fachada ainda preserva o nome original, mas ganhou pichações por todas as partes. No último andar do imóvel, área mais atingida pelo incêndio, escoras de ferro sustentam as pilastras e a cobertura.

Em seus pisos inferiores funciona um restaurante popular, uma agência bancária, um posto de serviço de atendimento ao cidadão (SAC) e alguns órgãos do governo. Seu interior ainda preserva um valoroso acervo composto por móveis, documentos e fotografias que compunham o museu sobre a história do cacau, desativado desde o incêndio em 2012.

Atualmente funcionam no local apenas uma agência bancária, um restaurante popular, uma agência do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e alguns órgãos do governo estadual.

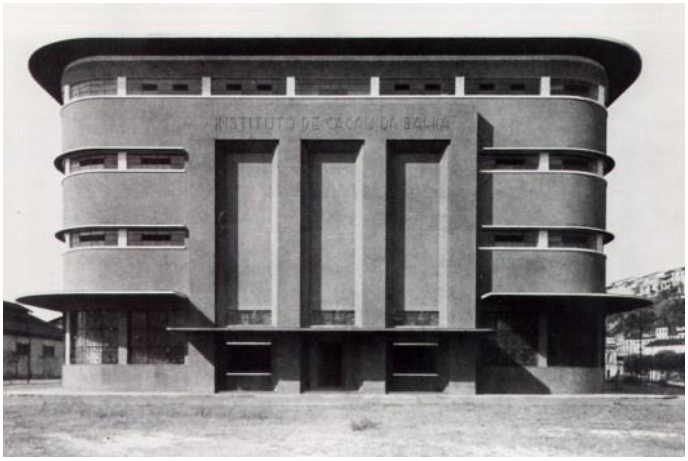


FIGURA 5-20 – Visão Parcial da Fachada do Instituto do Cacau da Bahia. Foto:extraído de Azevedo 2007.

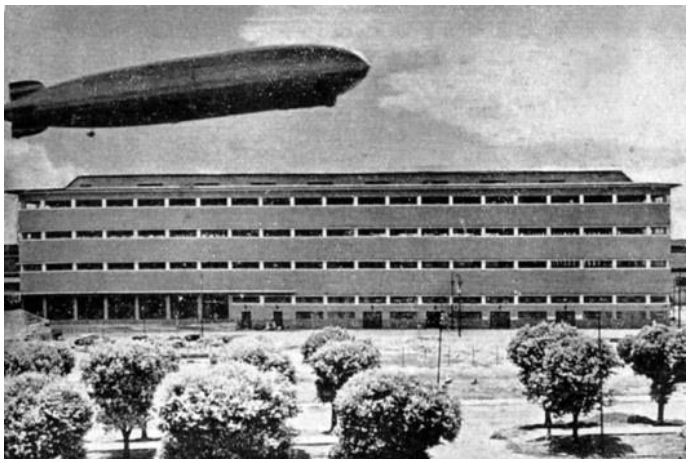


FIGURA 5-21 – Instituto do Cacau e o Zeppelin Graff. Foto: extraído de Azevedo 2007.

FIGURA 5-22 – Estrutura do Instituto de Cacau da Bahia caiu após incêndio — Foto: Reprodução/TV Bahia

FIGURA 5-23 – Estrutura do Instituto de Cacau da Bahia após incêndio — Foto: Daivisson Santos

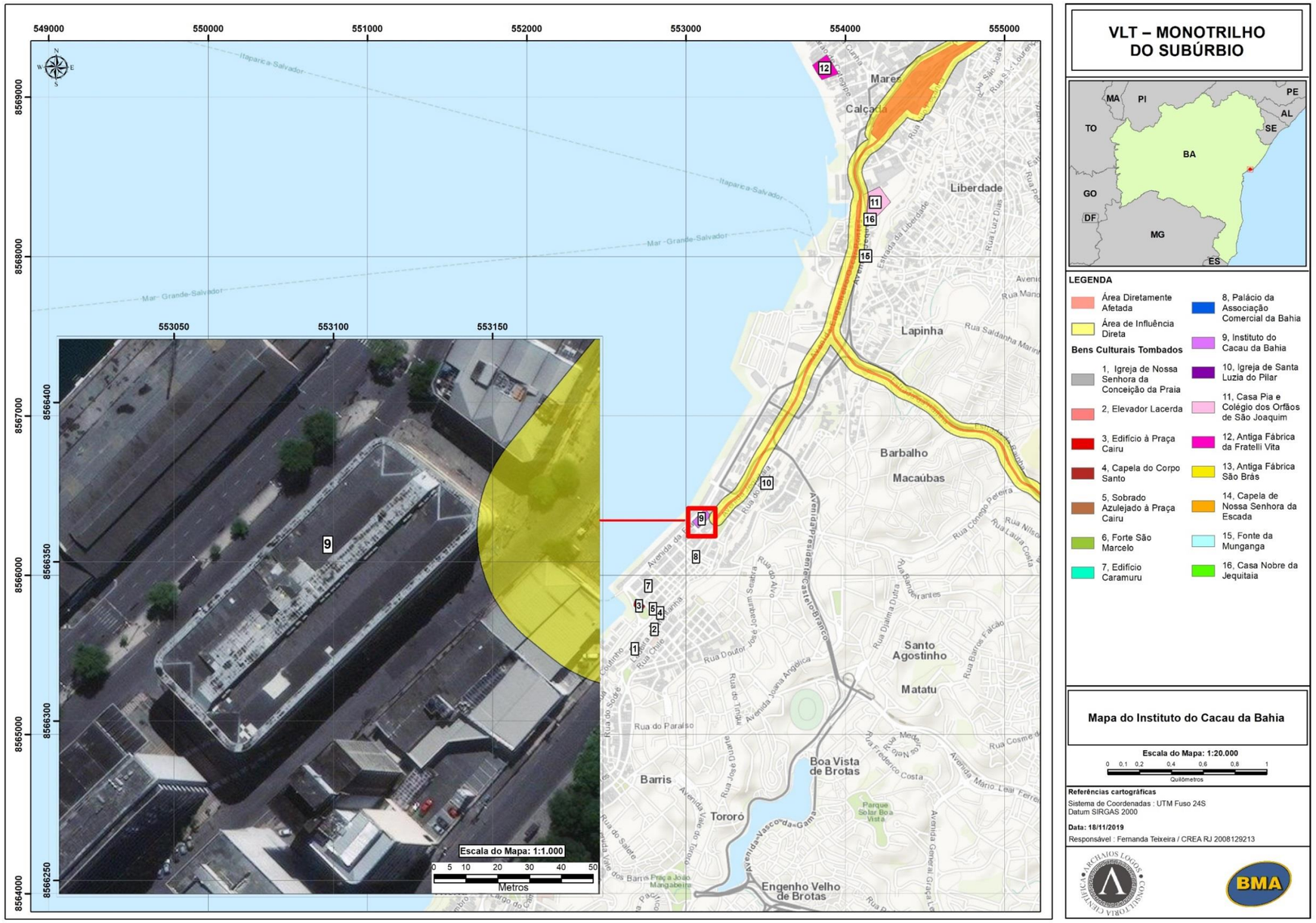


FIGURA 5-24- Mapa Localização do Instituto do Cacau da Bahia em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.10. Igreja de Nossa Senhora do Pilar e Santa Luzia

A Irmandade do Pilar foi instituída na Bahia em 1718, mas a edificação de sua igreja só tem início em 1756, quando recebeu autorização para o desmonte da encosta do terreno – que lhe era fronteiro – visando à construção do adro da igreja. Completa o conjunto arquitetônico o cemitério, edificado em 1799, num nível mais elevado do terreno, em feições neoclássicas.

A igreja caracteriza-se por possuir planta alongada, comum na arquitetura mineira, onde os corredores laterais à nave com coro são suprimidos e reduzidos, na capela-mor, a estreitas ligações com a sacristia transversal. Sua fachada apresenta portas e janelas coroadas por frontões retilíneos e curvilíneos sem entablamento, de tendência neoclassicizante, que não vingou na Bahia.

O corpo central apresenta, contudo, frontão de tratamento rococó e torre lateral com terminação à Mansard. No seu interior, destaca-se a talha neoclássica e as inúmeras pinturas em tela, atribuídas a José Joaquim da Rocha – séc. XVIII. Destaque também para as pinturas do forro atribuídas a José Teófilo de Jesus (IPHAN, 2019).

FIGURA 5-25 – Visão da fachada da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Foto: Lázaro Menezes (IPAC, 2019).

FIGURA 5-26 – Visão parcial da nave central da Igreja de Nossa Senhora do Pilar. Foto: Lázaro Menezes (IPAC, 2019).

5.11. Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim

Localizada na parte baixa de Salvador, no sopé da Montanha, da antiga Freguesia do Pilar, bairro da Calçada, à margem da Avenida Frederico Pontes, a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (ex Noviciado da Anunciada da Jequitaia) foi fundado em 1704 em terreno doado pelo bandeirante Domingos Afonso Sutão, porém só em 1709 é iniciada a construção do Colégio dos Jesuítas.

Como o mar chegava até sua frente, a ligação com a Cidade se fazia por barco, esta parte do Conjunto compreende Colégio, Capela e instalações de captação de água da encosta, transformadas em banheiro do Orfanato no século XIX.

A construção conventual foi desenvolvida em torno de um grande claustro em dois pavimentos. A igreja ocupa um dos lados do claustro, tendo o eixo da nave paralelo à fachada principal.

Analisadas separadamente, sua planta e fachada seguem as características das igrejas da irmandade do começo do século XVIII. Igreja de nave única onde os corredores foram substituídos pela galilé e galeria do claustro. O corpo central da fachada não corresponde a nave com coro elevado, mas sim à galilé e tribunas superpostas, conciliando as duas torres com nova fachada romana de frontão clássico, ladeado por volutas. A pintura do teto, alusiva à Anunciação da Virgem, bem como os quadros para altares são do artista José Teófilo de Jesus. Vários irmãos trabalharam na talha no período de 1722 a 1748, mas a talha atual dos altares, púlpitos, tribunas e coro é neo-clássica.

Por força de sucessivos aterros o Monumento está hoje afastado do mar, tendo à sua frente uma pequena praça.

Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artística Nacional, é considerado um dos maiores monumentos de arquitetura civil de Salvador, ocupa uma área de cerca 6.000 metros quadrados. Com a porta da Igreja no centro, duas laterais de entrada, oito janelas com grades de ferro no pavimento térreo e dezesseis no superior, largas e rasgadas com púlpitos de grades de ferro. Um pátio interno, o maior da cidade, com seus 2.112 metros quadros, para o qual os corredores deitam suas janelas, e no pavimento térreo também suas portas. O pátio por muito tempo, no século XIX, era destinado para exercícios de ginástica e recreio das crianças.

FIGURA 5-27 – Visão Parcial da Fachada da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: Google Street View.

FIGURA 5-28 – Visão Parcial da Fachada da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: Google Street View.

FIGURA 5-29 – Desenho de J. Macadrai, feito entre 1880 e 1883 onde é possível ver Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Fonte: http://www.bahia-turismo.com/salvador/igrejas/sao-joaquim.htm.

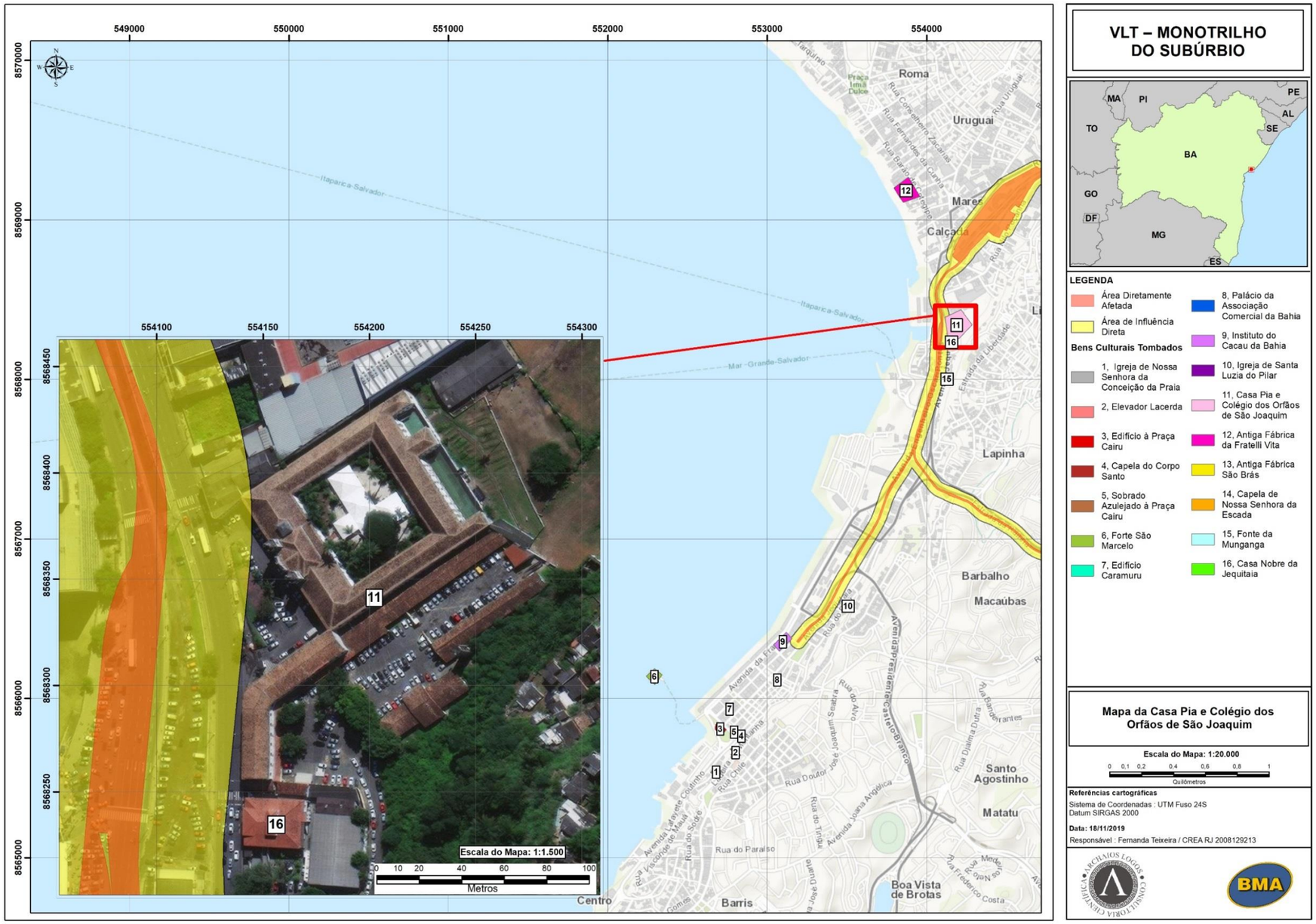


FIGURA 5-30- Mapa Localização da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.12. Antiga Fábrica da Fratelli Vita[12]

Em 1902 os irmãos Francisco e Giusepe Vita, imigrantes italianos, fundaram uma fábrica em Salvador, em imóvel próximo ao porto, na então chamada Calçada do Bonfim.

A Fratelli Vita foi a primeira empresa a fabricar uma gasosa com o guaraná, como matéria-prima, a fruta de origem amazônica, então tida como o elixir da juventude eterna.

Com as dificuldades de vasilhames para os produtos, decorrentes do desabastecimento provocado pela I Guerra Mundial, os irmãos Vita apostaram numa fábrica de vidros e cristais.

Foi assim que se iniciou a produção de cristais, tendo as primeiras peças sido produzidas em 1920. Suas mais marcantes características eram brilho, transparência, cores, desenhos delicados e o timbre de seus sons. Dentre os produtos, destacavam-se taças, copos, compoteiras, e jarros, todos fabricados manualmente.

Devido ao seu sucesso comercial também de suas bebidas, uma filial da empresa foi aberta em Recife, sob a responsabilidade de Francesco Vita.

Os cristais, por sua vez, eram premiados internacionalmente em competições.

Durante o apogeu da fábrica de cristais, na década de 1950, os irmãos Vita financiaram o trio elétrico Dodô e Osmar em 1951 e a candidatura de Martha Rocha no Miss Brasil de 1954. Esta última se tornaria, aliás, garota propaganda da companhia. Ainda, quando da transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro a Brasília, a primeira-dama Sara Kubitschek encomendou à empresa um jogo de taças com o brasão da República impresso a ouro.

Em 1962, devido à falta de mão-de-obra especializada, ações trabalhistas e problemas de tecnologia (como a perda de grande quantidade de cristais ainda no forno), Miguel Vita, filho de Giuseppe, fechou a fábrica.

Na década de 1970, a Brahma comprou, juntamente com outros bens e imóveis da empresa, a marca Fratelli Vita, hoje utilizada, por exemplo, em uma marca de água mineral fabricada pela Ambev.

Os Vita mantiveram na família, no entanto, uma das maiores coleções particulares de cristais do Brasil.

Na década de 2000, Jário Vita, filho de Miguel e neto de Giuseppe, reiniciou a produção de cristais da Fratelli Vita, em primeiros momentos destinados a exposições, já que a marca foi comprada pela Brahma somente para a produção de bebidas, estando a grife liberada para o uso em cristais. Uma dessas exposições se deu na Pinacoteca do Estado de São Paulo em 2000, e outra, em Portugal em 2001.

[12] Texto extraído de http://blogs.ibahia.com/a/blogs/memoriasdabahia/2012/08/01/as-deliciosas-e-desejadas-bebidas-da-fratelli-vita/

O imóvel está situado na Rua Barão de Cotegipe, nº. 142, Bairro da Calçada e atualmente abriga, um campus da faculdade Estácio FIB, o qual é denominado Fratelli Vita.

FIGURA 5-31 – Visão parcial da parte posterior Antiga Fábrica da Fratelli Vita. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC).

FIGURA 5-32 – Fachada Frontal do imóvel após a reforma (atual Campus da Faculdade Estácio de Sá. Fonte: Google Street View.

5.13. Antiga Fábrica São Brás

A Fábrica São Braz está situada no bairro de Plataforma, voltada para a Baía de Todos os Santos, próxima à Enseada do Cabrito, nos limites do Parque Metropolitano de Pirajá. Neste local existiu a tapera do chefe Mirangaoba, senhor da aldeia de São João que no início da colonização foi transformada no primeiro aldeamento indígena promovido pelos jesuítas no Brasil.

Provavelmente foi construída sobre o local onde existiu um engenho de açúcar, provavelmente o Engenho São João. Neste engenho, o Padre Antônio Vieira proferiu sermão dirigido à Irmandade dos Pretos de Nossa Senhora do Rosário. Além disso, o território onde se encontra a fábrica assistiu às invasões holandesas no século XVII, e às investidas dos portugueses nas batalhas pela independência da Bahia.

A Fábrica São Braz foi construída no final do século XIX, tornando-se uma das fabricas têxteis mais importantes da história da industrialização baiana, em particular de Salvador. Pertenceu à CIA Progresso e União Fabril, de propriedade do senhor Bernardo Martins Catharino desde 1932 e tinha seu escritório localizado à Avenida Estados Unido, no Edifício União.

A Fábrica São Braz encontra-se desativada desde 1968 e atualmente está em avançado estado de deterioração, contudo ainda é possível identificar as características arquitetônicas e construtivas dos edifícios.

A Fábrica São Braz foi tombada pelo estado da Bahia a partir do Decreto nº. 8.357/2002 em 05/11/2002 e tem seu entorno protegido num raio de 200 m.

FIGURA 5-33 – Visão Parcial da Fachada da Antiga Fábrica São Brás. Fonte: http://www.ipatrimonio.org/?p=46801#!/map=38329&loc=-12.901826000000005,-38.490769,17

FIGURA 5-34 – Visão Parcial da Fachada da Antiga Fábrica São Brás. Fonte: https://outrofoco.wordpress.com/2010/07/13/um-pouco-de-historia-plataforma/

FIGURA 5-35 – Visão Parcial aérea da Antiga Fábrica São Brás. Fonte: http://www.ipatrimonio.org/?p=46801#!/map=38329&loc=-12.901826000000005,-38.490769,17

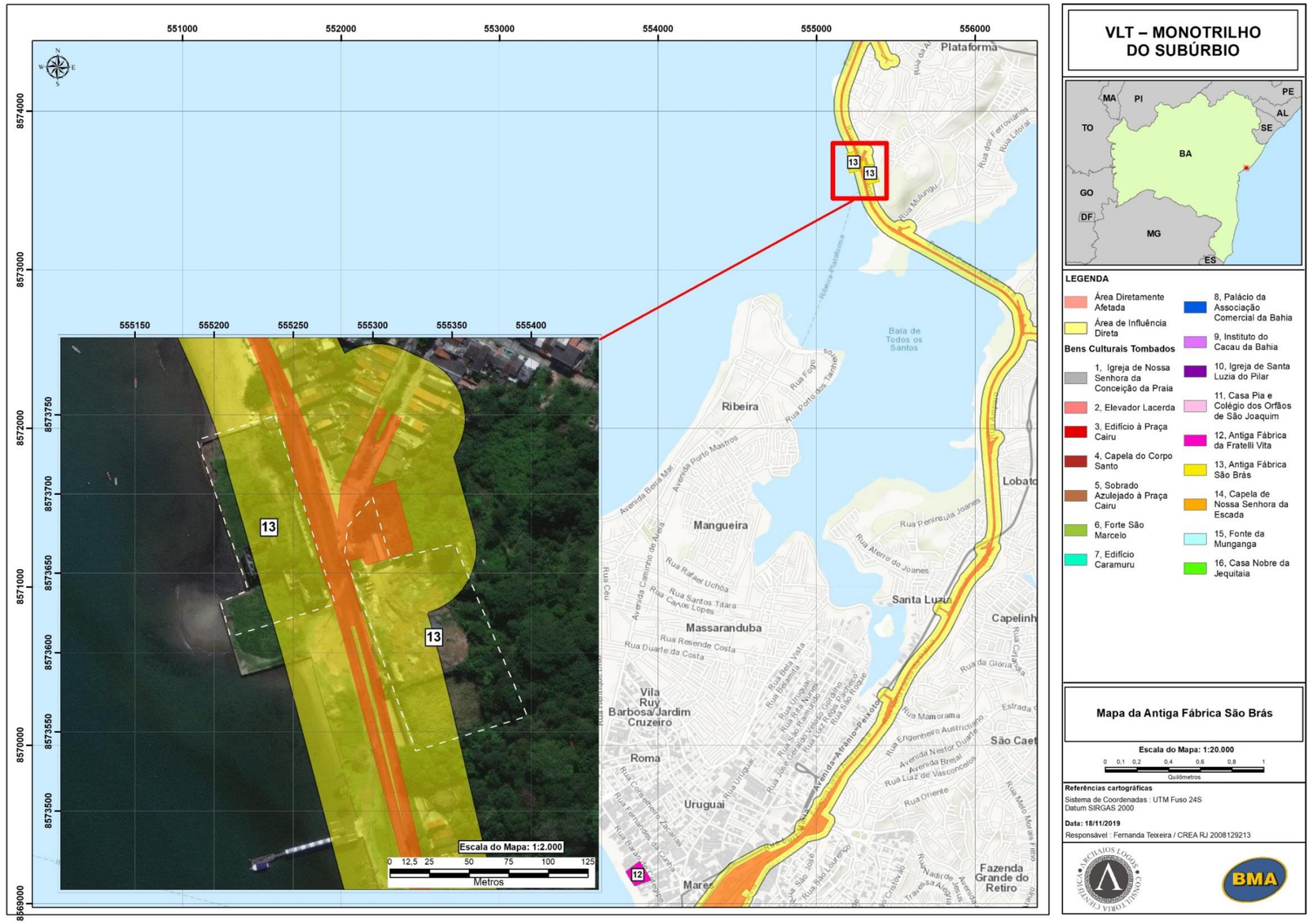


FIGURA 5-36 - Mapa Localização da Antiga Fábrica São Brás em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.14. Capela de Nossa Senhora da Escada

A Capela de Nossa Senhora da Escada está localizada na Avenida Suburbana no bairro de Escada sobre uma pequena colina voltada para o mar, à margem do acesso ferroviário do subúrbio.

Construída provavelmente de 1536, junto a antiga aldeia indígena de Itacaranha, em terras que a partir de 1562 passaram a pertencer ao português Lázaro Arévolo, que a reconstruiu com pedras de calcário, tornando-a a primeira igreja erguida com pedras na Bahia, foi também refúgio do Padre José de Anchieta, sendo doada aos jesuítas em 1572 e desde 1962 é tombada pelo IPHAN.

Construída em alvenaria de pedra e tijolo, a capela possui alpendre, nave, coro, capela-mor, sacristia e sineira em arco localizada ao lado da epístola. Sua planta é uma transição das antigas capelas rurais – de espaço único – e aquelas de partido em “T”, que justapõem sacristia e consistório à capela-mor (IPHAN, 2019).

Apresenta nave única e capela-mor e sacristia num corpo que se distingue do restante da edificação. O alpendre ou copiar, elemento frequente nas construções rurais dos primeiros séculos de colonização, foi substituído por um com tacaniça em lugar daquele em duas águas – então existente –, quando o SPHAN restaurou o prédio em 1966. É também desta época a fachada atual, que procura reestabelecer a concepção original do edifício.

O púlpito com bacia monolítica e sineira, tem acesso por escadarias externas. O altar-mor é do séc. XIX, pisos e forros do século XX. No seu interior, encontra-se uma imagem de Nossa Senhora, esculpida no séc. XVIII e que tem aos seus pés uma escada dourada onde estão dois anjos, justificando o nome desta localidade.

A devoção a Nossa Senhora da Conceição da Escada sobrevive há mais de 470 anos, e é festejada com procissão, missa festiva e novena. Uma placa colocada na parede lateral da capela indica: “Aos 16 de abril de 1638 aqui desembarcaram forças holandesas ao mando do Príncipe de Nassau”.

FIGURA 5-37 – Visão Parcial da Capela de

FIGURA 5-38– Visão Parcial da Capela de

Nossa Senhora da Escada. Daivisson Santos. **Nossa Senhora da Escada. Foto: Daivisson Santos.**

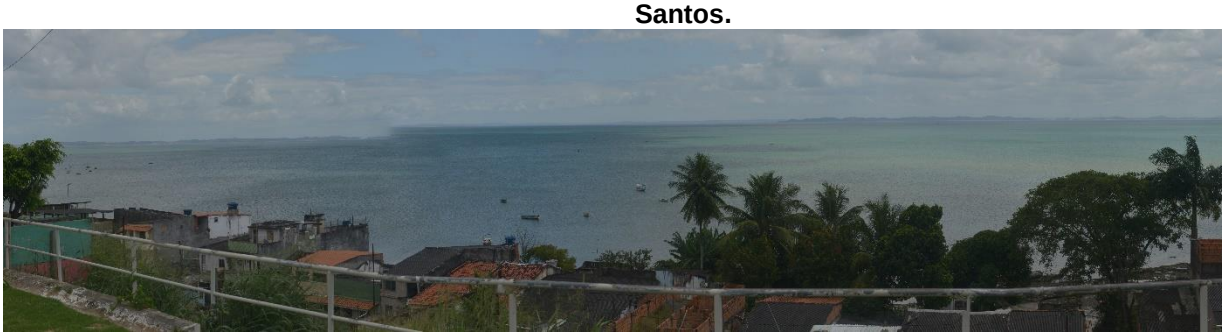


FIGURA 5-39 – Visão Parcial da Bahia de Todos os Santos a partir da Capela de Nossa Senhora da Escada Foto: Daivisson Santos.

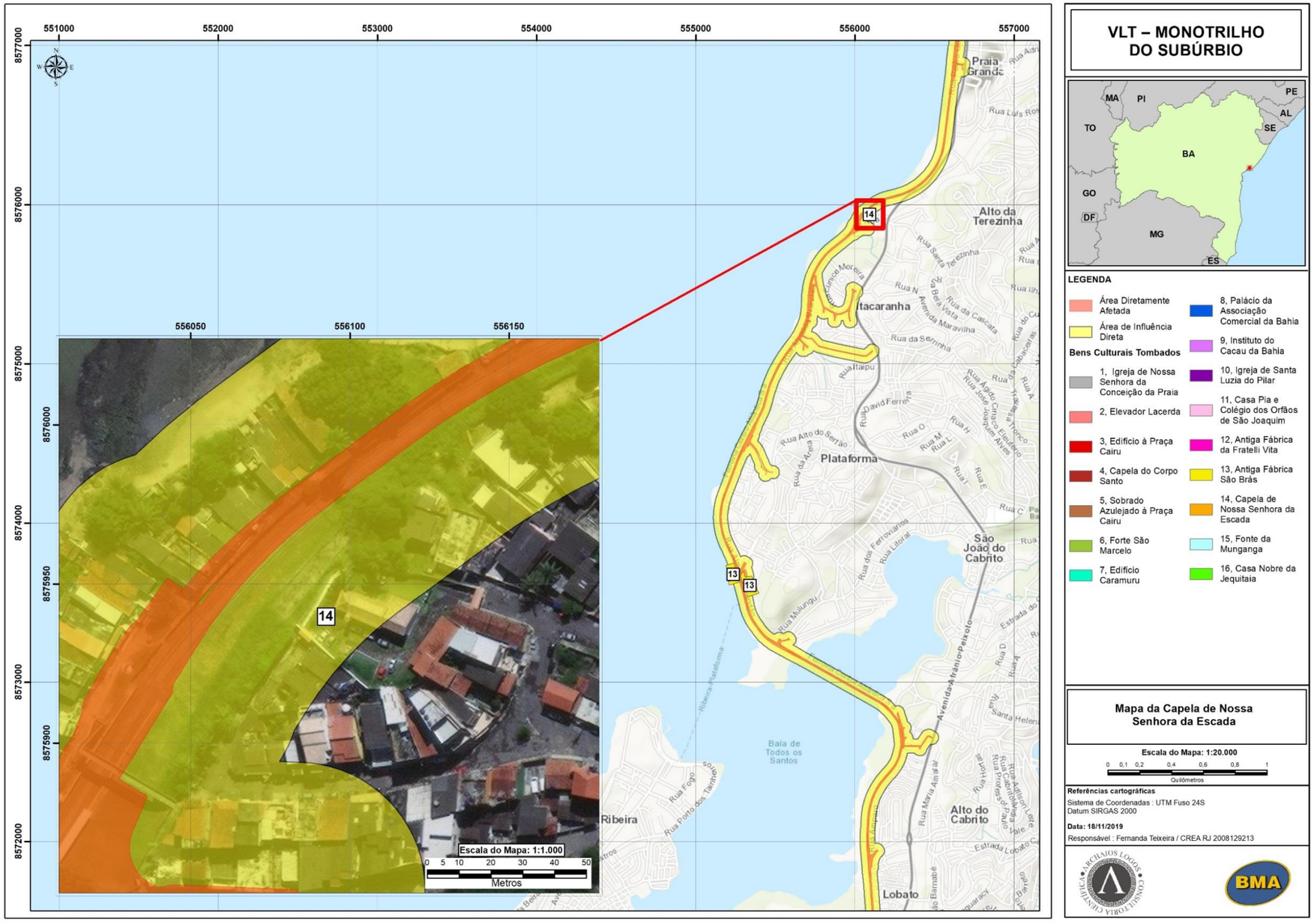


FIGURA 5-40 - Mapa Localização da Capela de Nossa Senhora da Escada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.15. Fonte da Munganga

Segundo Neto (2014) a introdução do sistema de abastecimento de água se configurou como uma nova prática cultural derivada do contexto do povoamento de Salvador no século XVI, as fontes, os chafarizes e o Dique do Tororó se constituíram em locais onde a população abastecia moradias e estabelecimentos comerciais.

A Fonte da Muganga está situada na avenida Frederico Pontes, ao lado do prédio n° 293 no sopé da montanha em cujo alto se situa o Bairro da Liberdade, configurando-se como elemento de notável mérito histórico-urbanístico.

Formada provavelmente por dois lances simétricos de arrimo terminados em voluta que continham as terras da montanha, uma desses lances teria sido destruído para construção de uma edificação vizinha, em uma cartela de seu frontispício duas datas estavam gravadas (1746 e 1800) que indicam provavelmente a sua data de construção e de alguma reforma ou restauração posterior.

Em 1829, foi citada por Domingos Rebelo, em sua “Coreografia do Império do Brasil”, dentre as vinte fontes públicas de Salvador por ele relacionadas. Em 1952 ainda funcionava, fornecendo água para os feirantes de Água de Meninos e saveiros que ancoravam na enseada vizinha.

Protegida por Tombamento Estadual a partir do Decreto nº 28.398/1981 a Fonte da Munganga possui também seu entorno protegido - Raio de 200 m.

FIGURA 5-41 – Fonte da Munganga. Foto: Daivisson Santos.

FIGURA 5-42 – Fonte da Munganga. Foto: Daivisson Santos.

5.16. Casa Nobre da Jequitaia – Casa à Avenida Frederico Pontes

Localizado na Avenida Frederico Pontes ao lado da Casa Pia e Colégio dos Órfãos da Bahia a Casa Nobre da Jequitaia configura-se como um sobrado suburbano com galerias laterais, construído em alvenaria de pedra e pilares e lajes de concreto no interior; estas resultantes das modificações executadas pelo Ministério da Guerra, em 1940, que alteraram substancialmente seu agenciamento interno.

Possui térreo, pavimento nobre e sótão, com volume formado por um corpo central, ladeado por duas galerias de pé-direito mais baixo. A fachada principal apresenta, no térreo, óculos com cruzetas de ferro entre as portas da loja e, no primeiro pavimento, janelas rasgadas com balcão.

O sotão é transversal, caracterizado pela forma alongada, disposta perpendicularmente ao eixo principal do telhado. É o primeiro exemplo conhecido de casa com galerias laterais na Bahia. O partido primitivo apresenta uma reestruturação funcional da casa colonial, com circulações periféricas e acesso ao pavimento nobre através de jardim lateral, podendo ser apontada como a raiz das casas de alpendre lateral, difundidas nos finais do séc. XIX.

FIGURA 5-43 – Visão parcial da fachada da Casa Nobre da Jequitaia. Fonte: Google Street View.

FIGURA 5-44 – Fachada Frontal do imóvel após a reforma. Foto: Paul R. Burley.

5.17. Casa do Conde da Palma

O imóvel situado à Rua São José de Baixo, n° 69 foi residência de Don Francisco de Assis Mascarenhas, sexto Conde da Palma, Governador da Capitania da Bahia entre 1818-1821, foi tombado pelo IPHAN em 1943 em função de sua importância histórica. Atualmente o imóvel abriga a Escola Municipal Grêmio São Joaquim e o logradouro mudou da Rua Militão Lisboa n° 80, para Rua São José de Baixo, n° 69.

FIGURA 5-45 – Visão parcial da lateral da Casa do Conde da Palma. Foto: Google Street View .

5.18. Solar Bandeira

O Solar Bandeira está localizado na rua Augusto Guimarães, nº 126, no Bairro da Soledade e foi construído à margem do caminho que conduzia à Estrada das Boiadas, pouco abaixo do local em que o jesuíta Gabriel Malagrida fundou, em 1738, um recolhimento para “arrependidas das meretrícias e donzelas pobres”, atual Convento da Soledade.

Construído na segunda metade do século XVIII pelo senhor de engenho Pedro Rodrigues Bandeira, um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia e um dos financiadores do movimento da Independência da Bahia o solar Bandeira tornou-se um dos mais importantes palácios de Salvador, o único solar soteropolitano originalmente edificado por representantes da abastada classe de produtores de açúcar do século XVIII.

A concepção da fachada principal e o jardim voltado para a Baía de Todos os Santos eram reconhecidos como uma das áreas mais aprazíveis por diversos estrangeiros que visitavam a capital nos séculos XVIII e XIX. [...] o jardim do Solar Bandeira chegou a ser classificado de “maravilha e orgulho da Bahia”.

O imóvel possui dois pavimentos, sótão com trapeira, ou janela sobre telhado, se destacando ante o casario local e abrigando detalhamento peculiar no antigo jardim. A frontaria da casa mantém harmonia do ritmo de vãos, valorizados por molduras de lioz – pedra calcária branca e dura usada em cantaria e estatuária. Lamentavelmente, construções mais altas na vizinhança obstruíram a vista para o mar e a cidade baixa. A planta do solar é típica da época, mas, depois, seus cômodos foram subdivididos, a fim de abrigar famílias independentes, em regime de aluguel, e favorecer o uso comercial.

Onde antes havia declividade e hoje há uma casa. Seus canteiros perderam a forma geométrica, ao gosto do século XIX. Apesar do atual aspecto de abandono, embaixo da copa de árvores, foram encontrados muro, conversadeiras de mármore e apoio de plantas, além de pedaços de louça policromada de origem mourisca.

FIGURA 5-46 – Visão Parcial da Fachada do Solar Bandeira. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC).

FIGURA 5-47 – Visão Parcial da Fachada do Solar Bandeira. Foto: Elias Mascarenhas (IPAC).

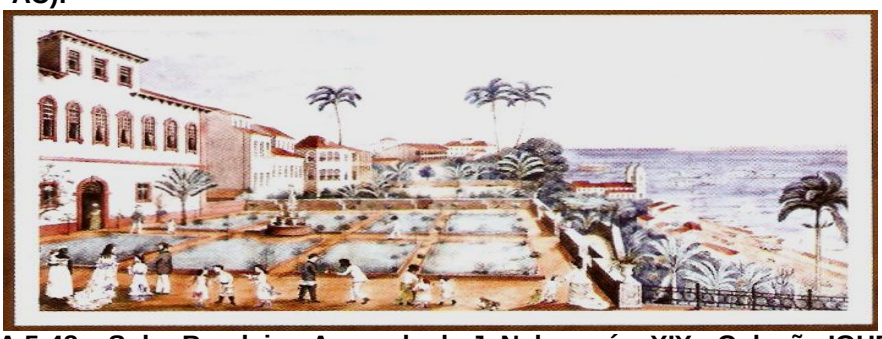


FIGURA 5-48 – Solar Bandeira. Aquarela de J. Naher, séc. XIX - Coleção IGHB.

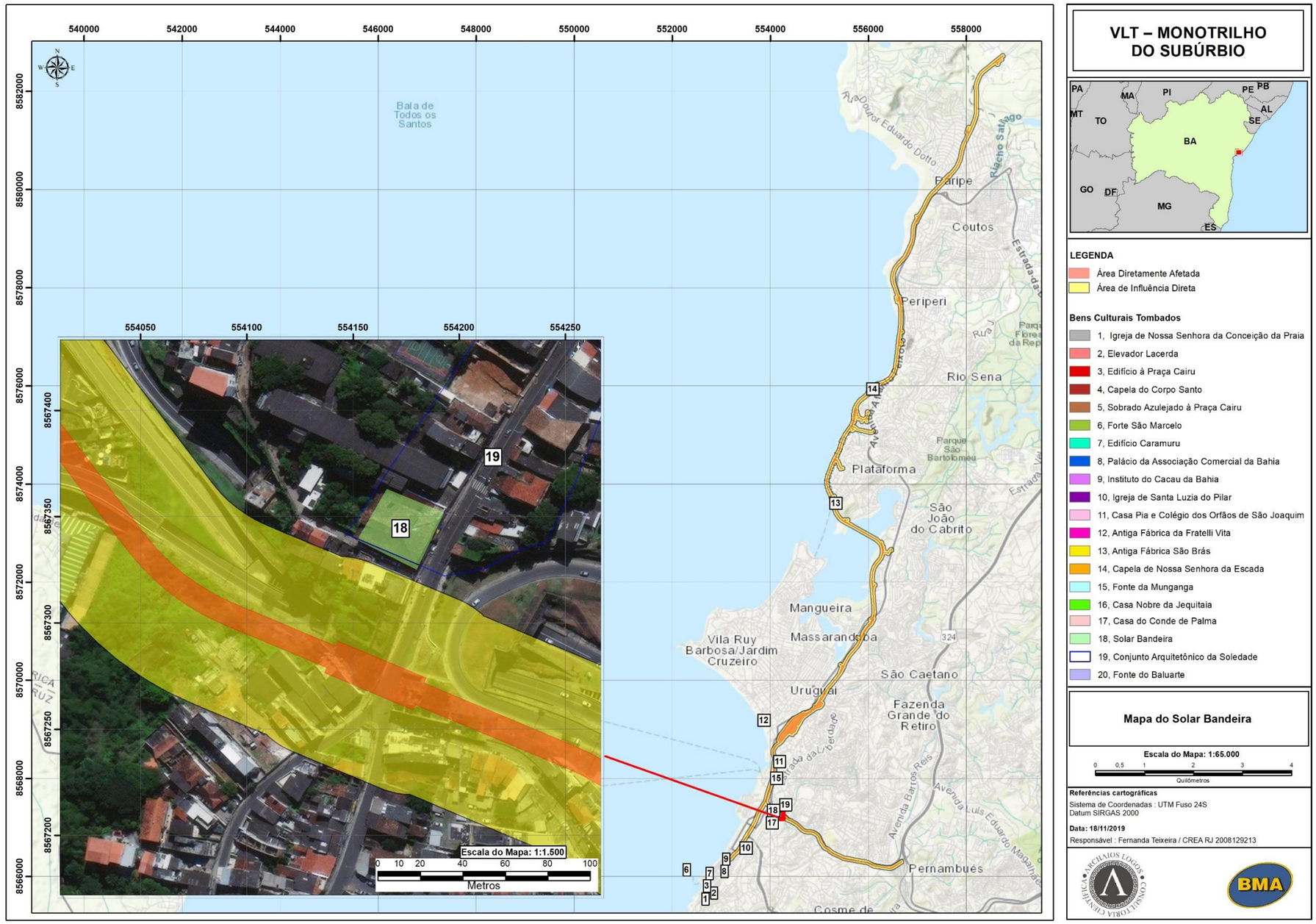


FIGURA 5-49 - Mapa Localização do Solar Bandeira em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.19. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Soledade

O Convento da Soledade inaugurado em 28 de outubro de 1739, a partir da obra do jesuíta Gabriel Malagrida, pertencia à freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, erguida em 1642 e congregava à época 3528 fiéis/fregueses (FERREIRA, 2006).

Gabriel Malagrida chegou à Bahia em 1736 com a missão de fundar um recolhimento para mulheres jovens. A confraria de Nossa Senhora da Soledade, que tomava conta da capela, cedeu um terreno em anexo e Malagrida iniciou a construção do recolhimento da regra de Santa Ângela de Bréscia.

O Convento de Nossa Senhora da Soledade foi inaugurado em 28 de outubro de 1739. A confraria, que pleiteava a administração do recolhimento, com o intuito de controlar os bens e as esmolas da casa, perdeu, sob protestos, a posse da capela, passada para o Convento (FERREIRA, op.cit).

O Conjunto arquitetônico e urbanístico da Soledade foi tombado a partir do reconhecimento da sua importância no contexto do tecido urbano da cidade. Já havia casas nessa localidade no ano de 1747 e esta ocupação teria sido motivada pela existência do abastecimento de água potável nas proximidades – na Fonte do Queimado – e pela instalação do seu convento, sendo ainda o mais importante acesso norte da época, ligando a zona dos Currais Velhos (Barbalho) à Estrada das Boiadas (Estrada da Liberdade). (IPAC, 2019).

Inicialmente, o conjunto incluía um recolhimento para donzelas pobres e uma casa religiosa da Ordem das Ursulinas do Sagrado Coração de Jesus.

A sua localização urbana e mais o fato da Soledade ser um sítio elevado, gozando de boa ventilação, portanto, indicado para saúde e tendo também posição privilegiada quanto à paisagem, de onde se podia alcançar a vista da Baía de Todos os Santos, fez com que no final do século XVIII e início do XIX este núcleo já estivesse densamente habitado por uma classe de alto poder aquisitivo.

A Igreja possui nave única, corredores laterais e sacristia. A torre, recuada, é do século 18. A fachada atual, em estilo rococó, é provavelmente do século 19, com algumas modificações do século 20. Existe também um santuário fora da Igreja.

O conjunto arquitetônico tem muito em comum com os dos conventos do Desterro, Lapa e antiga Mercês. Fica no alto da Ladeira da Soledade. A vizinhança inclui alguns sobrados do século 19 e fica próxima à Lapinha. Ao fundo do Convento, ficam as áreas verdes do Vale do Queimado.

O Colégio Nossa Senhora da Soledade, dirigido pelas Ursulinas, instituiu o curso primário em 1896. Atualmente inclui educação infantil, fundamental e médio. As instalações foram ampliadas no século 20.

Entre as edificações do Conjunto, destacam-se os prédios conhecidos por “Solar Bandeira”, representativo do século XVIII e o Convento da Soledade, edificado em 1739, com seu mirante e igreja.

O atual estado de conservação do Conjunto da Soledade, em geral, está muito ruim, alguns casarões apresentam escoras de ferro e foi possível perceber a demolição de parte da fachada de um casarão azulejado localizado na ladeira da Soledade n° 146.

FIGURA 5-50 – Conjunto Arquitetônico da Soledade. Fonte: IPAC.

FIGURA 5-51 – Visão Parcial do Convento e do Colégio Nossa Senhora da Soledade. Google Street View .

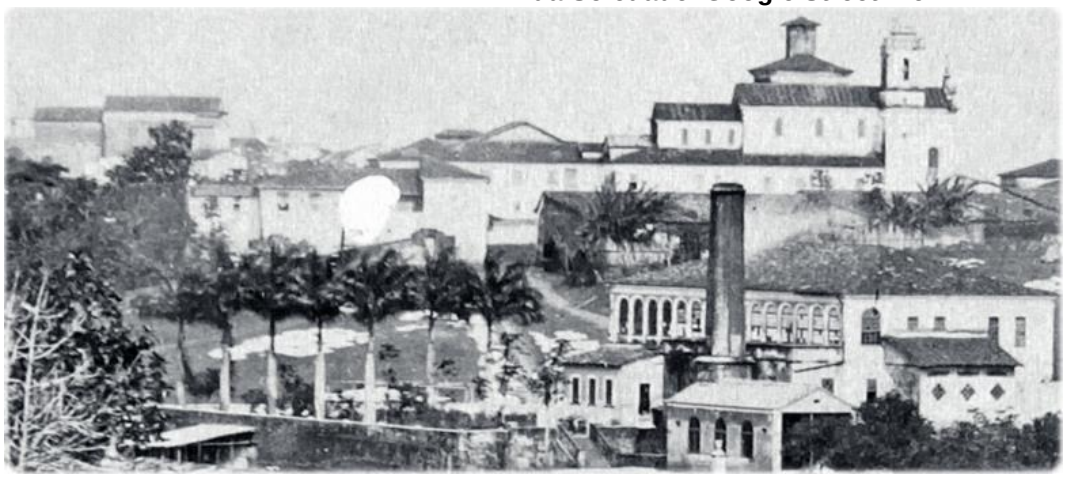


FIGURA 5-52 - O Convento da Soledade, visto do Queimado, cerca de 1880. Fonte: Guia Geográfico Salvador Antiga.

FIGURA 5-53 – Imóvel com escoras de localizado na Ladeira da Soledade n° 131.Fonte: Google Street View.

FIGURA 5-54 – Imóvel com escoras de localizado na Ladeira da Soledade n° 146. Google Street View.

FIGURA 5-55 – Imóvel demolido localizado na Ladeira da Soledade n° 146. Google Street View.

FIGURA 5-56 – Imóvel abandonado e demolido localizado no Largo da Soledade. Google Street View.

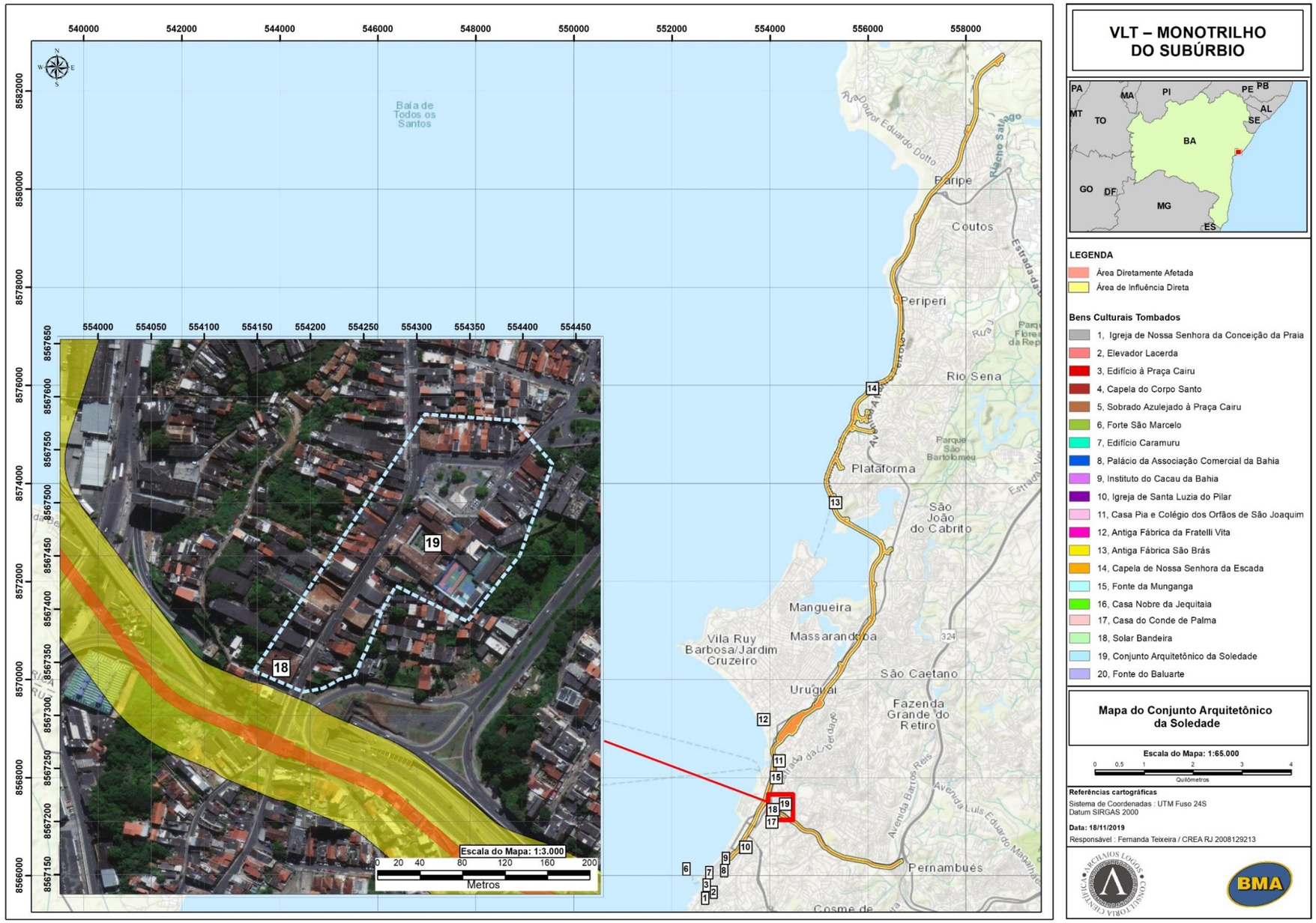


FIGURA 5-57 - Mapa Localização do Conjunto Arquitetônico da Soledade em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.20. Fonte da Água Brusca ou do Baluarte

A Fonte da Água Brusca ou do Baluarte situa-se na Ladeira da Água Brusca aos fundos do baluarte ou fortaleza na freguesia Santo Antônio Além do Carmo. Originária do século XVIII, nesta fonte:

> [...] os chafarizes localizavam-se dentro de um pequeno compartimento cujo ingresso é controlado por portas, o que faz supor que fosse uma fonte privada. Seu frontispício apresenta frontão barroco de volutas semelhantes às das igrejas baianas do século XVIII, especialmente da igreja de N.S. do Loreto, na ilha dos Frades (NETO, 2014)

De acordo com o IPAC (2019) não foi possível encontrar nenhuma referência sobre esta fonte nos primeiros cronistas da cidade. Apesar de situada à margem de uma tradicional via de acesso à península de Itapagipe, é possível que fosse uma fonte privada, como existiu muitas na cidade, o que explicaria o silêncio daqueles cronistas.
Devido às obras de alargamento e elevação da “grade” da ladeira, encontra-se hoje mutilada e em nível inferior à rua.

Contíguos à fonte foram construídos na década de 70 do século XX barracões e oficinas que prejudicam ainda mais sua ambiência.

FIGURA 5-58 – Frontispício da Fonte do Baluarte. Foto: Roberto Nascimento.

FIGURA 5-59 – Localização da Fonte do Baluarte. Foto: Roberto Nascimento.

5.21. Painel Quetzalcoatl

Considerando a urgência e a importância de se documentar os painéis e murais artísticos de Salvador a partir de 2008 foi realizado o Projeto de Mapeamento de Murais e Painéis Artísticos de Salvador, coordenado pela pesquisadora Neila Maciel, para a Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB que também mapeou, num segundo momento os principais monumentos históricos, chafarizes, esculturas, estátuas, bustos, hermas, efígies e memoriais que são referências para toda a sociedade soteropolitana.

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SECULT, através da Fundação Gregório de Mattos – FGM notificou, em 07 de junho de 2018 os responsáveis legais e proprietários dos bens culturais artísticos, integrados aos seus imóveis, a abertura do processo PR FGM n. º 247/2018, que visou o tombamento municipal de painéis do artista Carybé, dentre os quais o painel Quetzacoatl, processo 11/2018, onde a partir daquela data estava inserido no regime de tombamento provisório.

O Bem em questão está localizado na Fachada do Edifício Ilhéus, Av. Estados Unidos, nº 137, Comércio e é composto por um painel de 8m x 5m, confeccionado com mosaico e pedra. Quetzalcoatl foi executado em 1956 por Carybé, artista argentino e radicado na Bahia, que, segundo Maciel (2009) o painel traz referências de outras culturas indígenas da América Latina. Os indígenas representados ostentam seus traços culturais nos objetos, nas roupas, nas pinturas corporais. É uma das poucas exceções ao tema da cultura baiana, traço característico da obra de Carybé. O estado de conservação do painel pode ser considerado como bom.

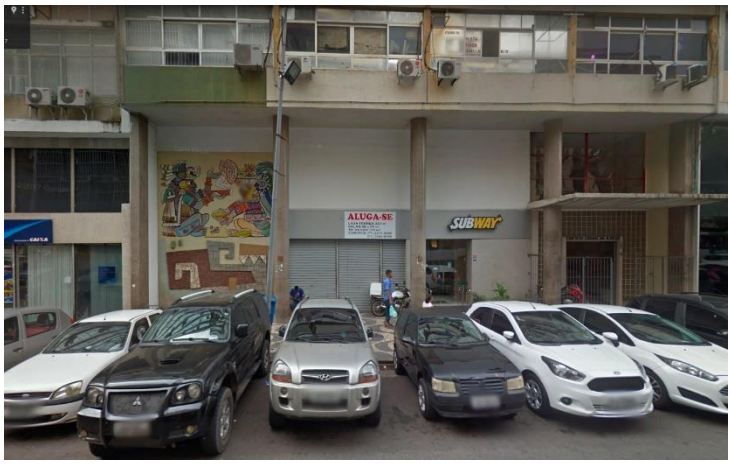


FIGURA 5-60 – Localização do Painel Quetzalcoatl na fachada do Edifício Ilhéus . Fonte: Google Street View.

FIGURA 5-61 – Detalhe do Painel Quetzalcoatl. Foto: Daivisson Santos.

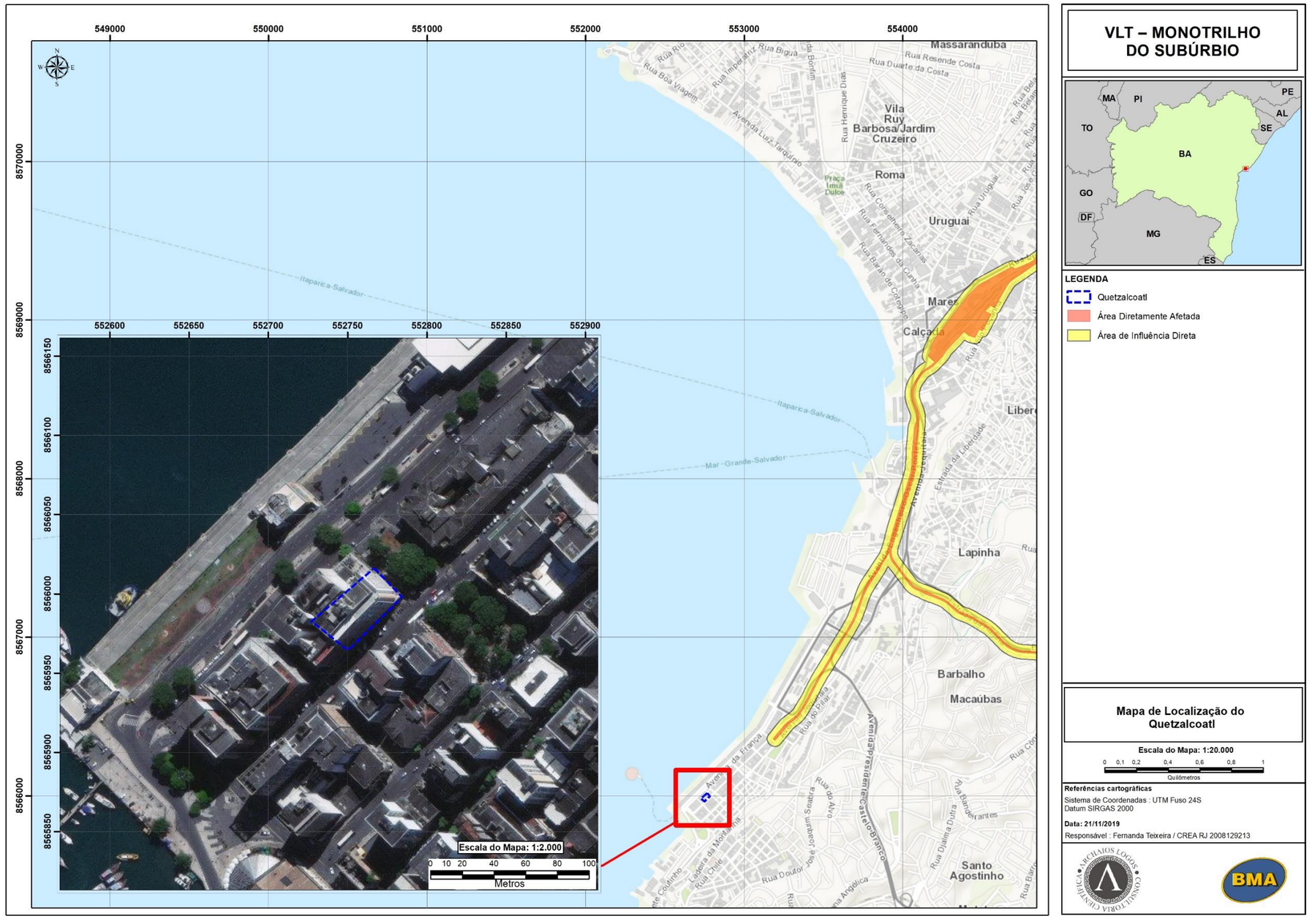


FIGURA 5-62 - Mapa Localização do Painel Quetzacoatl em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.22. Templo Afro *Ilé Asé Kalé Bokun*

O Terreiro *Ile Aşé Kalè Bokùn* foi fundado por seu primeiro babalorixá, Severiano Santana Porto, em 1933 na rua Antônio Balbino, n° 98A no bairro de Plataforma.

Considerado o mais antigo e um dos poucos terreiros da nação Ijexá existentes no Brasil, sua origem remonta a uma linhagem tradicional de terreiros Ijexá, que possui raízes na historiografia de descendentes de africanos no município de Salvador.

Como na escravidão a escolha de ficar juntos ou não, não pertencia aos negros, estes eram misturados nos navios, havendo assim uma união de Nações, destacando-se suas peculiaridades. Nascendo assim outras nações: Jeje-Ijexá, Jeje-Oyó, Jeje-Nagô, e assim por diante. Porém o *Ile Aşé Kalè Bokùn preservou as origens da Nação Ijexá.*

As raízes da nação Ijexá remontam à terra de Ilexá, no continente africano, os Ijexá são um sub-grupo étnico dos Iorubas e foram classificados entre os sudaneses, que cultuavam os Orixás como os meios de ligação entre os homens e o Deus maior, Olorum, dividiam a língua iorubá e eram conhecidos como guerreiros.

O resultado foi a construção de modelos ritualísticos de nações de candomblé, espécie de modelo, onde questões étnicas reforçadas como motivo de separação dentre os diversos grupos africanos aqui entrados, foram prescindidas por questões ritualísticas sem perder suas referências, ao contrário, no processo de constituição das religiões afro-brasileiras, elementos congo, angola, jeje, malês e nagôs se ajudaram mutuamente, resultando na construção de uma religião que, se na maioria das vezes abriu mão da organização clânica, não abdicou, por exemplo, do conceito de família para manter-se viva no Novo Mundo (SOUSA JÙNIOR, 2011).

Segundo Moura (1992) a intensificação do tráfico de escravos para o Brasil no século XVIII, em função da mineração, multiplicou a presença de grupos originários da Costa da Mina e de Angola; no século XIX, até 1850, entrou também um número considerável de bantos da costa de Moçambique. Os Ijexá estão entre os chamados ‘últimos africanos’.

Em salvador os Ijexá circulavam inicialmente pela região central da cidade, a exemplo do Dique do Tororó, Vasco da Gama, Mata Escura. No século 19, migraram para a Península de Itapagipe, que agrega, atualmente, os bairros de Boa Viagem, Bonfim, Ribeira, entre outros. Severiano Porto (ou Severiano de Logun Edé), viveu nessas paragens e, em 1933, se fixou no Subúrbio Ferroviário.

A Prefeitura de Salvador, através da Fundação Gregório de Mattos publicou o Decreto nº 30.2016 em 20 de setembro de 2018 que aprovou o tombamento do conjunto monumental do Terreiro Ile Aşé Kalè Bokùn, para efeito de sua inscrição no Livro do Tombamento de Imóveis e Sítios, como patrimônio cultural do município, na forma da Lei 8.550, de 28 de janeiro de 2014, regulamentada pelo Decreto n. 27.179, de 29 de abril de 2016.

O tombamento refere-se à área de 1.217,08 m², com suas unidades imóveis composta pela casa principal, ile orixá, salão de festas, roncó, fonte, assentamentos, folhas e árvores. Assim como todo o acervo do terreiro que compõem os elementos necessários à

sua dinâmica ritual que quando somados aos seus bens móveis, resguardam valor de referência da sua memória ancestral**,** conforme dossiê técnico de instrução do processo da Fundação Gregório de Mattos nº 217/2016.

Atualmente o Terreiro *Ile Aşé Kalè Bokùn é encabeçado pela Ialorixá* Vânia Amaral, sobrinha neta da ialorixá Estelita Lima Calmon falecida em 2016 e, também neta do fundador Severiano Porto.

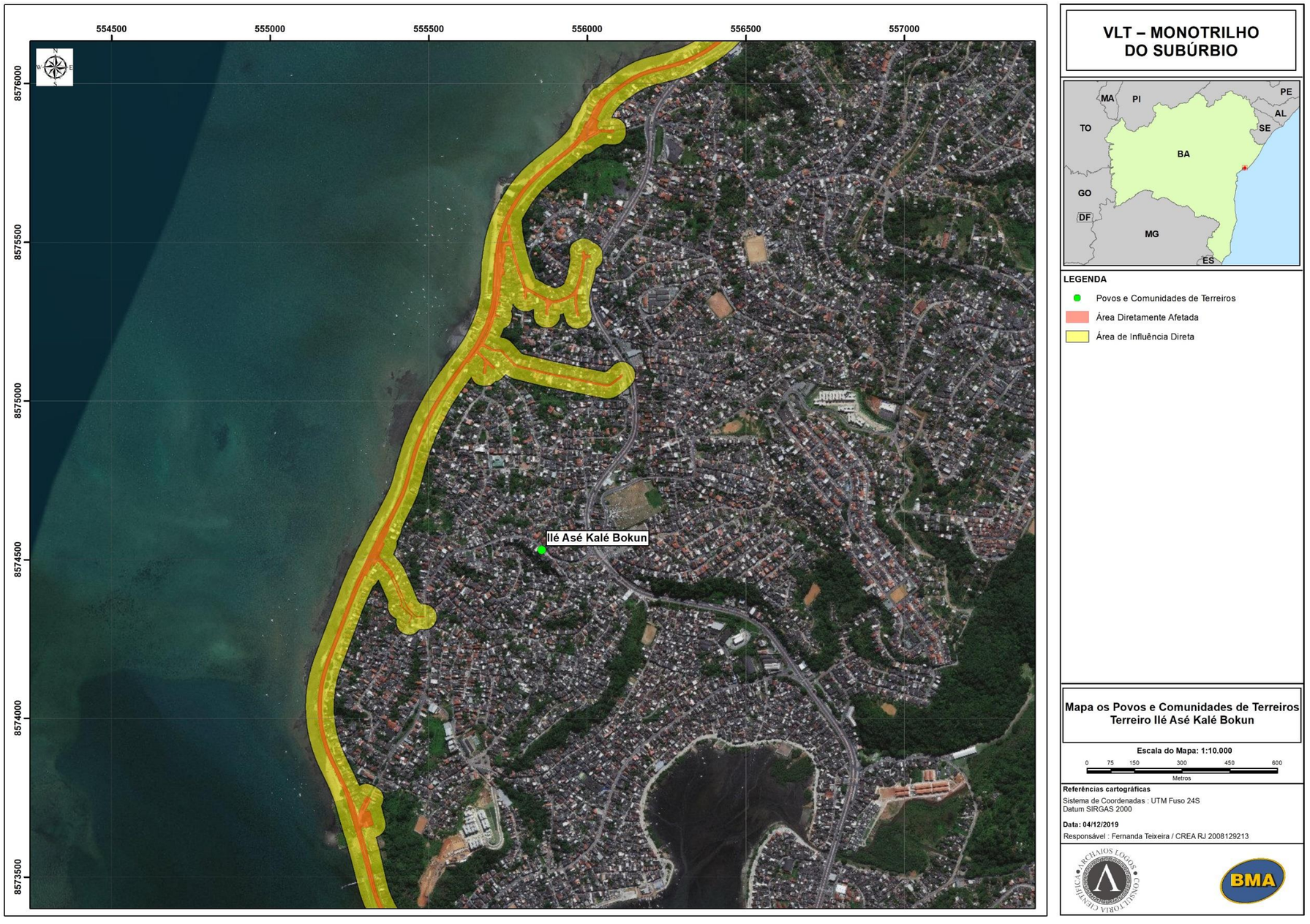


FIGURA 5-63 – Mapa Localização do Terreiro *Ile Aşé Kalè Bokùn* em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

5.23. Templo Afro Ilé Asé Maroialaji (Alaketu)

O Terreiro Ilé Asé Maroialaji (Alaketu) foi fundado por Maria do Rosário que seria descendente da princesa africana Otampé Ojarô, chegada escrava para o Brasil e aqui libertada e está localizado à Rua Luiz Anselmo, bairro de Vila Laura em Salvador.

É um dos terreiros mais antigos do Brasil, havendo relatos orais que apontem sua fundação no século XVII, aproximadamente em 1616 e um documento formal que liga o terreiro que é a escritura do terreno da roça extraída por ocasião do inventário do neto da fundadora da casa em 1867.

Sobre suas origens, existe um mito de fundação apontando que as primeiras donas do Alaketu eram gêmeas e foram capturadas na beira do rio de Minas Santé no reinado do Ketu. Vieram para o Brasil não como escravas e ali foram criadas até a idade de dezesseis anos, quando voltaram para a África. Casaram com 22 anos de idade e voltaram para o Brasil abrindo então o terreiro do Alaketu no dia 8 de maio de 1616 (MOURA, 2009).

Segundo Castillo (2011), com base em documentos levantados em sua pesquisa e em dados historiográficos o nome do terreiro significaria gente de Ketu, corruptela de *ará Ketu*, ou então seria uma menção à denominação dada ao rei daquele reino, *aláketu*. A consagração do terreiro a Oxóssi, talvez a mais importante divindade iorubá, também revela ligações com Ketu. Ainda, “o sobrenome da fundadora do terreiro, Ojaró, é uma das cinco linhagens do reino, mais conhecida como Aro”.

A história do Terreiro Ile Mariolage confunde-se com a história da vinda forçada de africanos provenientes do reino de Ketu a partir do final do século XVIII, ocasião em que estes povos foram devastados por seus vizinhos daomeanos e enviados como escravos para o Brasil. Como não havia nagôs de Ketu no Brasil no século XVII, uma vez que o tráfico de escravos vindos da região onde foi o Reino de Ketu, hoje Nigéria e Benin, não havia se iniciado ainda, pode-se concluir que a origem da fundação no século XIX é bastante plausível.

O Terreiro ocupa cerca de 1.500 m^2 no centro do que era a “roça” pertencente à família Régis desde início do século XIX. Com uma área de vegetação reduzida — o “mato” onde estão árvores sagradas —, possui em seu espaço “vários santuários individuais e assentamentos, a cozinha ritual, três residências de membros da família e o templo principal” (IPHAN, 2004, p.11), no qual estão o salão de cerimônias públicas (ou “barracão”) e, ainda, os santuários principais de Oxalá e Xangô; os aposentos para recolhimento e obrigação — também denominado de ‘camarinha’ ou ‘runcó’ — e outros para estar e guarda de objetos.

Há ainda os assentamentos de Okê, Ogum e Oxóssi onde estão enterrados os objetos sagrados trazidos pela família de Otampê Ojaró.

O Terreiro do Alaketu segue a tradição nagô, do povo Iorubá onde o comando da casa se dá por sucessão em linha matrilinear, de modo que é exercido por uma mulher que mantenha laços de parentesco com a fundadora. Dentre as Ialorixás, destaca-se Olga Francisca Régis, Olga do Alaketu, a quarta sacerdotisa a ocupar o trono desta casa

dedicada a conservar a tradição mais pura do candomblé. Olga do Alaketu é sobrinha-neta de Dionísia (Mãe Dionísia), falecida em 1953, e sua sucessora, conhecida internacionalmente por ter filhos de santo em outros países da América do Sul e na Europa.

Por sua importância para a cultura e a perpetuação da memória africana no País, o Terreiro Ilé Asé Maroialaji (Alaketu) foi reconhecido como Território Cultural Brasileiro pela Fundação Palmares e em 30 de setembro de 2008 foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) através do processo nº 1484-T-01, 2005. O referido bem está inscrito sobre o n° 557 no Livro do Tombo Histórico, volume II, caráter do tombamento: anuência/compulsório; e, no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume II, foi inscrito sobre o n° 142; caráter do tombamento: anuência/compulsório.

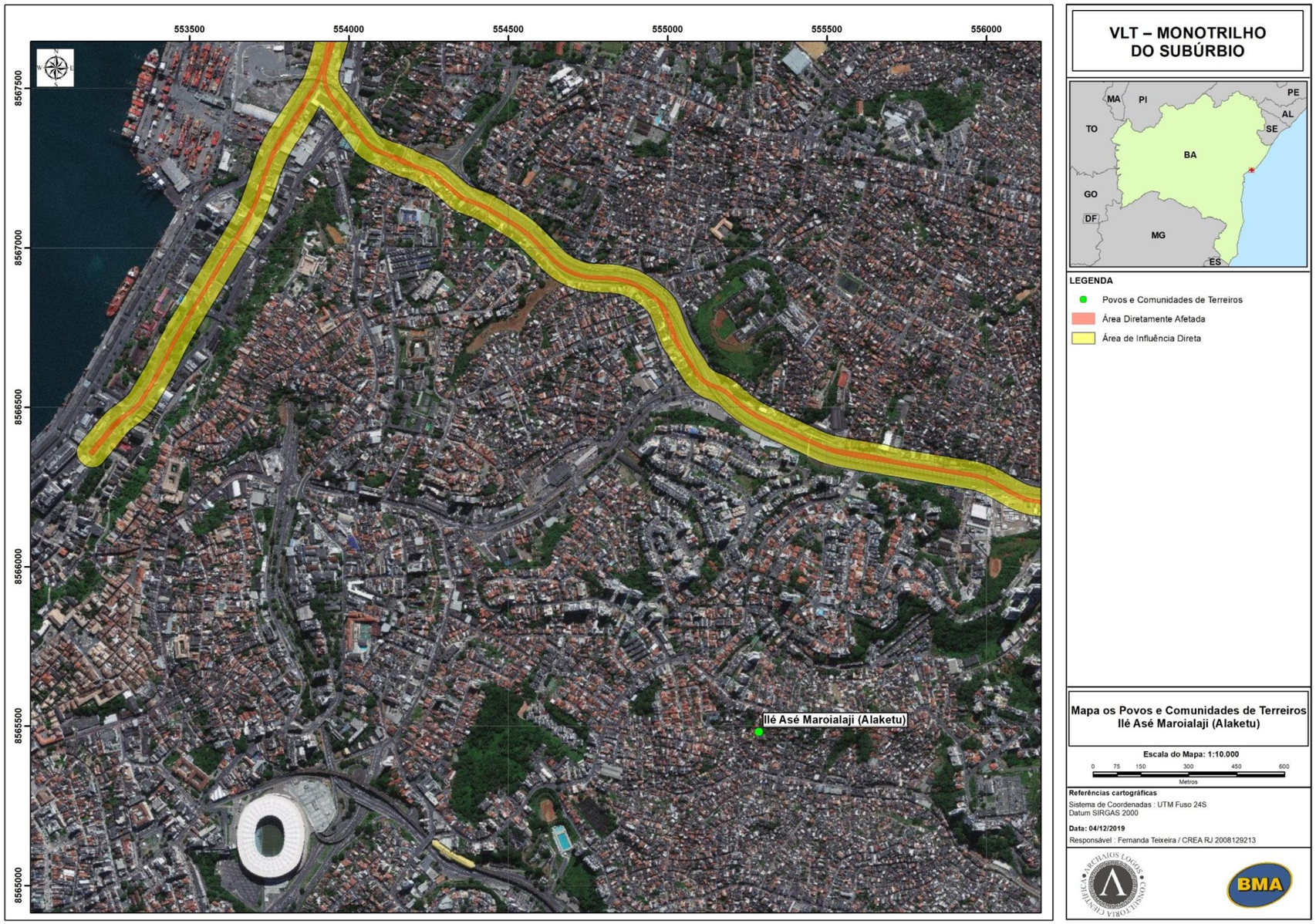


FIGURA 5-64 - Mapa Localização do Terreiro Ilé Asé Maroialaji (Alaketu) em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

6. CONJUNTOS IMÓVEIS TOMBADOS SOB ÂMBITO FEDERAL LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

O espaço urbano é uma síntese das ações do homem acumuladas, ao longo do tempo, a partir das suas expressões concretas que, de acordo com Andrade e Brandão (2009), acabam marcando nas formas das cidades, estilos, tendências, perspectivas e dinâmicas de períodos passados.

As formas das ações antrópicas acabam praticamente substituindo a natureza no meio urbano, que se torna artificializada e influenciada por suas técnicas e passam a compor a paisagem de um determinado local, assim o espaço e a paisagem são produtos da sociedade, de suas infindáveis e tão diversas realizações (SANTOS, 1988).

A paisagem, então, passa a ser produzida, reproduzida constantemente no espaço, sofrendo interferências humanas e assim constituindo a herança cultural de uma sociedade.

Pode-se identificar, portanto, na cidade de Salvador do século XXI marcas e heranças dos séculos passados coexistindo com as novas formas produzidas pela sociedade contemporânea, tendo em vista o atendimento às demandas e necessidades da sociedade atual.

A metrópole soteropolitana atravessou a segunda metade do século XX e ingressou no século XXI exibindo acentuadas características de uma metrópole fragmentada, na qual o urbanismo moderno convive, por vezes, com espaços de pobreza absoluta (ANDRADE & BRANDÃO, 2009).

A proteção de Conjuntos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória, dos referenciais culturais, é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra a ser atendida pelo serviço público. A preservação e revitalização de tais áreas são ações que se complementam e, juntas, podem valorizar conjuntos de bens que se encontrem ameaçados ou deteriorados interferindo na qualidade de vida de uma população.

Parte do empreendimento, objeto deste diagnóstico, será implantado na área de entorno do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa de Salvador, área contígua à encosta que divide as cidades Baixa e Alta, onde está localizado o conjunto eclético considerado o mais importante do País. Inscrito no Livro do Tombo Histórico n° 618, volume 3, folhas 68/69 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico n° 166, volume 2, folhas 83/84 em 10 de maio de 2013.

O polígono de proteção do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa, onde está localizado o bairro do Comércio, vai do quebra-mar da Marinha, incluindo o Porto dos Saveiros e o Mercado Modelo, até o final da Ladeira do Pilar. A

área é dividida em quatro setores: o do entorno da Praça Cairu, o heterogêneo – que reúne alguns edifícios chamados por Lúcio Costa de “arranha-céus baianos” –, o eclético – a área mais antiga, com casario que fica aos pés da encosta – e o Largo do Cais do Ouro e Pilar (DUARTE, 2009).

Na área de influência indireta do empreendimento está localizado o Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador, contido na poligonal do centro histórico de Salvador, que é um dos mais importantes exemplares do urbanismo ultramarino português, implantado em acrópole, se distinguindo em dois planos: as funções administrativas e residenciais no alto e o porto e o comércio à beira-mar.

Aliada a uma topografia singular, a paisagem dessa área é formada basicamente por edifícios dos séculos XVI ao XIX, na qual se destacam os conjuntos monumentais da arquitetura religiosa, civil e militar. Pela riqueza de suas construções, foi inscrita no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico n° 086, volume 1, folha 29 em 19 de julho 1984. Em 5 de dezembro de 1985, sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial foi ratificada pela Unesco (IPHAN, 2019).

Os limites dos Conjuntos Arquitetônicos, Paisagísticos e Urbanísticos Tombados pelo IPHAN podem ser visualizados no mapa a seguir.

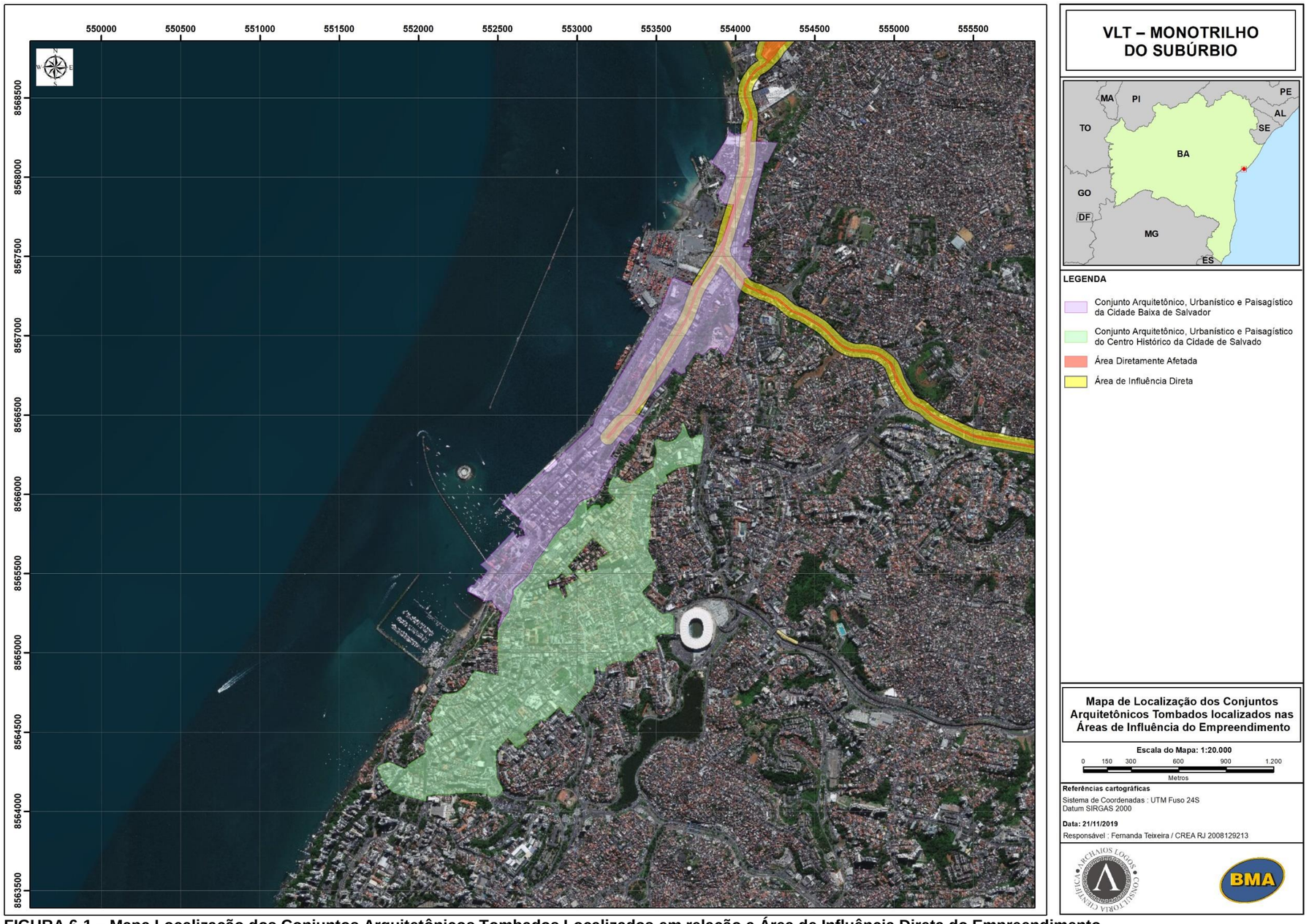


FIGURA 6-1 – Mapa Localização dos Conjuntos Arquitetônicos Tombados Localizados em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

7. BENS CULTURAIS VALORADOS SOB ÂMBITO FEDERAL

Constituem bens valorados acautelados em Âmbito Federal os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA conforme estabelecido pela Lei n° 11.483, de 31 de maio de 2007, onde foi determinado que caberia ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

Conforme a referida Lei, a preservação e a difusão da Memória Ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante dois aspectos: o primeiro através da construção, formação, organização, manutenção, ampliação e equipamento de museus, bibliotecas, arquivos e outras organizações culturais, bem como de suas coleções e o segundo através de acervos e a conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta RFFSA.

Porém, ainda conforme a lei supracitada, caso o bem seja classificado como operacional, o IPHAN deve garantir seu compartilhamento para uso ferroviário.

Nas áreas de influência do VLT – Monotrilho do Subúrbio foram localizados bens valorados acautelados em âmbito federal, móveis e imóveis, oriundos da antiga Estrada de Ferro *Bahia and San Francisco Railway* (Bahia ao São Francisco) que atualmente pertence à Companhia Baiana de Trens Urbanos (CBTU), que podem ser vislumbrados no **QUADRO 7-1**.

QUADRO 7-1 – Bens Valorados sob âmbito Federal localizados nas áreas de influência do Empreendimento. Fonte: IPHAN (2019).

Município	Bem Valorado	Tipo de Bem
Salvador	Edifício do posto médico da Estação Ferroviária	Imóvel
	Material rodante, composto de 4 locomotivas e 1 vagoneta	Móvel
	Documentação fotográfica, composto de imagens datadas entre 1940 e 2000, aproximadamente.	Móvel
	Acervo documental , composto de programas, planos, projetos, relatórios, boletins da Ferrovia Leste e da RFFSA, entre outros.	Móvel
	Acervo bibliográfico, composto de aproximadamente 12 mil itens	Móvel
	Acervo de bens móveis (objetos), composto de mobiliário em estilo neomanoelino pertencente à antiga Diretoria Regional (escrivaninhas, mesas de reunião, mesas de apoio, cadeiras, bancos, armários e etc.); relógios de pêndulo; cofres; miniaturas e modelos de locomotivas; máquinas de datilografia; lanternas; relógios e placas de estação; painéis fotográficos; catracas; ferramentas de oficina; bilheteiras; serviços de mesa (louças e cristais) e equipamentos de cozinha e sanitários, entre outros.	Móvel

O único bem imóvel identificado na AID do empreendimento é o antigo posto médico da estação calçada que foi inscrito na Lista do Patrimônio Ferroviário do IPHAN em 11 de

novembro de 2009 e atualmente pertence ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito – DNIT (vide Figura 71).

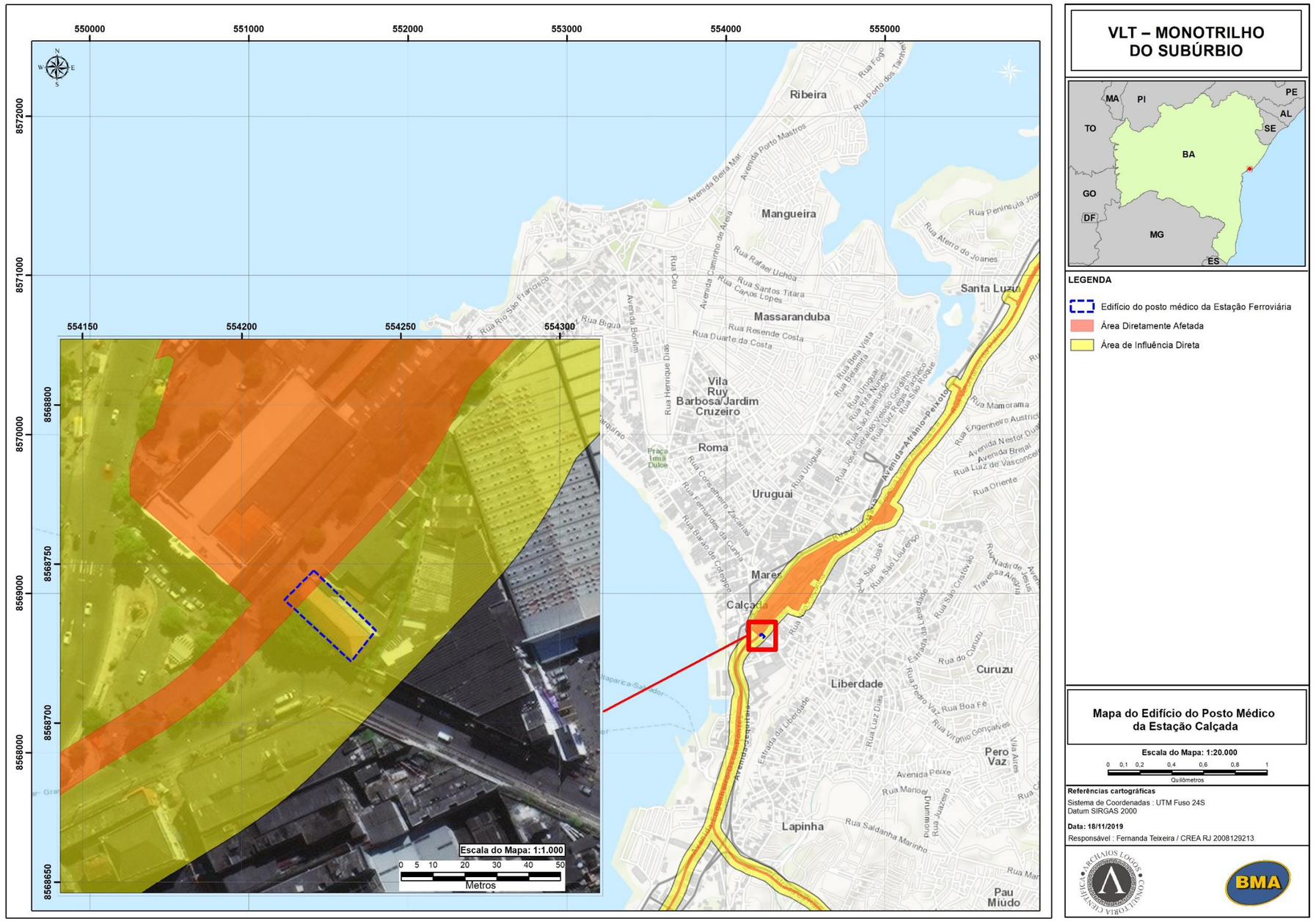


FIGURA 7-1 – Mapa Localização do Antigo Posto Médico da Estação Calçada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

8. ESTRADA DE FERRO BAHIA AND SAN FRANCISCO RAILWAY – BREVE HISTÓRICO

Até meados do século XIX o transporte da produção agropecuária baiana se dava por estradas carroçáveis em péssimo estado de conservação, onde a lentidão e a baixa capacidade de transporte de mercadorias das tropas de muares eram obstáculos ao desenvolvimento econômico da região (SAMPAIO, 2006).

As embarcações a remo e à vela amenizavam a situação, transportando passageiros e realizando o escoamento da produção; mas não era um transporte regular, seguro e pontual. Dependia das forças da natureza ou do homem, o que reduzia sua eficiência.

Neste contexto, a necessidade de um complexo sistema de transporte para favorecer o comércio entre o Recôncavo, o porto de Salvador, e outros pontos dentro e fora da capital foi se consolidando, segundo Fernandes (2006) a ideia de uma estrada de ferro que saísse da capital da então Província da Bahia e alcançasse a margem direita do rio São Francisco, com ponto final na cidade de Juazeiro, era defendida por políticos influentes, que tinham interesses políticos e comerciais na região, e o povo esclarecido, para o qual alcançar o rio era uma questão de importância nacional.

Uma ferrovia faria a articulação com a navegação, onde a cidade de Juazeiro seria um porto estratégico para o escoamento da produção agropecuária, distribuindo, pelas povoações lindeiras ao rio e pelas terras cortadas pela estrada de ferro, as manufaturas provenientes da capital, propiciando o intercâmbio dos produtos locais e de outras regiões férteis, como a província de Minas, transportaria o gado proveniente, principalmente, do Piauí.

> A proposta de construção de uma ferrovia baiana para atingir o rio São Francisco tinha a importante função social de integrar os sertanejos com a capital, tirando-os do isolamento a que foram condenados por três séculos. Para as indústrias, principalmente inglesas, criava um novo mercado, facilitando a distribuição de suas manufaturas. Para os políticos, representava um instrumento de poder na região mais árida do Estado da Bahia, com uma população castigada pelas secas constantes que assolavam periodicamente o sertão e que foram, com freqüência, utilizadas em campanhas eleitorais. O trem levava, para aquela região sofrida, a esperança de vida, cumprindo um papel humanitário. Por isso, as ferrovias, mesmo com intenções político-partidárias, eram tão importantes para o povo do sertão (Fernandes, op.cit).

A *Bahia and San Francisco Railway* (Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco ou Estrada de Ferro Inglesa) foi inicialmente uma proposta que surgiu através da Junta da Lavoura, que não conseguiu reunir o capital suficiente para obra, renunciando o privilégio para um de seus membros, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, que transferiu a concessão para a empresa inglesa *Bahia and San Francisco Railway* Company (Cavalcante, 2017).

Construída entre 1860 e 1863 e possuía sua linha tronco ligado a estação Calçada em Salvador à Estação de São Francisco em Alagoinhas divididas em 4 seções de 20 quilômetros cada:

> A primeira seção foi demarcada da Jequitaia ao antigo engenho de Aratu. A segunda compreendia o trecho entre Aratu e o Engenho Novo, próximo à aldeia do Joanes, onde o terreno é menos acidentado do que na primeira, e os cortes e aterros não necessitavam grandes obras de contenção; a terceira, do Joanes até Feira Velha; a quarta, de Feira Velha até um ponto além do rio Jacuimirim; a quinta seção, até Pojuca e a sexta, de Pojuca até Alagoinhas. A sexta seção, a mais longa, de 12,958 milhas (23,96km), seguia o vale do rio Catu, confluente do rio Pojuca até chegar as 20 léguas (120km), aproximadamente meia légua além da cidade de Santo Antônio de Alagoinhas (LEÃO, 1862 in Fernandes, op.cit).

Ainda conforme Fernandes (op. cit) as principais construções da estrada de ferro inglesa foram o Viaduto de Itapagipe (Ponte de São João – que faz ligação entre as estações de Lobato e Almeida Brandão - Plataforma) e as estações da Calçada e de Alagoinhas, respectivamente, o marco zero e o ponto final da ferrovia.

FIGURA 8-1 – Viaduto de Itapagipe (Ponte de São João) da Bahia and San Francisco Railway, foto de Guilherme Gaensly tirada entre 1870-1880. Fonte: Cavalcante, 2017.

FIGURA 8-2 – Ponte de São João atualmente. Fonte: *Google Street View.*

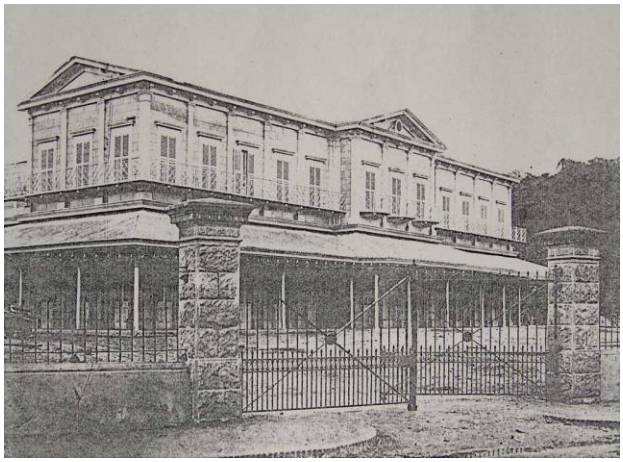


FIGURA 8-3 – Estação da Calçada em 1860. Fonte: Bahia: velhas fotografias: 1858-1900 Gilberto Ferrez. Banco da Bahia Investimentos S.A. / Livraria Kosmos Editora Salvador, 1988.

FIGURA 8-4 – Estação da Calçada atual. Fonte: Google Street View.

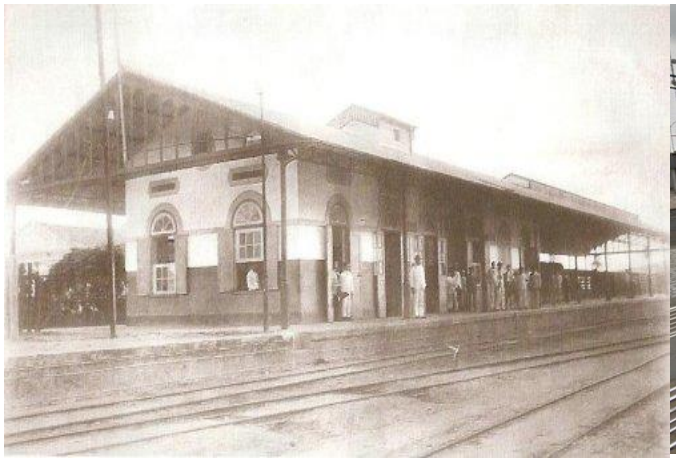


FIGURA 8-5 – Estação primitiva de Alagoinhas, possivelmente anos 1910. Autor desconhecido. Fonte: GIESBRECHT (2019).

FIGURA 8-6 – Vista atual do conjunto imóvel que compõe a Estação de Alagoinhas. Fonte: *Google Street View.*

A antiga Estrada de Ferro *Bahia and San Francisco Railway* (Bahia ao São Francisco) funcionou de 1860 a 1911, quando foi entregue *à* concessão da Companhia *Chemins de Fer Federaux du L'Est Bresilien,* de capital francês. Em 1935, a VFFLB foi criada pelo Governo para ficar com o acervo dos franceses, já sem interesse de mantê-la. Em 1975 foi definitivamente incorporada pela RFFSA como uma de suas divisões, depois de ter sido uma das constituintes desta, em 1957. O último trem de passageiros de longo percurso passou pela linha nos anos 1980, e atualmente pertence à Companhia Baiana de Trens Urbanos (CBTU) desde 1996 (GIESBRECHT, 2019).

9. BENS CULTURAIS NÃO TOMBADOS, REGISTRADOS OU VALORADOS LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

Neste tópico serão apresentados os bens culturais que mesmo não sendo amparados por dispositivos legais de proteção nas esferas Federal, Estadual e/ou Municipal, configuram-se como legados à memória coletiva e locais de formação de identidade.

Tais bens se apresentam como monumentos (mesmo não sendo erigidos com essa finalidade), vestígios da cultural material carregados de elementos, frutos da herança do passado de ocupação e testemunhos da evolução ocorrida nos limites do município de Salvador que auxiliam na perpetuação voluntária, ou não, da identidade coletiva da sociedade baiana.

9.1. Forte de Santo Alberto[13]

O Forte de Santo Alberto ou Forte da Lagartixa, remonta à antiga Torre de São Tiago onde foi erguida uma muralha e aterro um aterro em 1590. Concluído em 1610 sob a invocação de Santo Alberto como Reduto ou Estância de Santo Alberto da Praia, composto por um polígono quadrangular regular com 30 palmos de lado e dois baluartes circulares nos vértices pelo lado de terra, artilhado com duas peças.

A atual edificação data de 1694 (GARRIDO, 1940:92), cruzando fogos com o Forte de Além do Carmo, de quem é contemporâneo, tinha a função de proteger o ancoradouro e a aguada das embarcações em Água de Meninos.

Segundo Souza (1885) por seu pequeno desenvolvimento, foi considerada inútil estrategicamente, em 1809 por uma Comissão nomeada pelo Conde da Ponte para examinar as defesas de Salvador que aconselhou a sua demolição.

Mais tarde ficou conhecido como Forte da Lagartixa (GARRIDO, 1940:93), provavelmente devido a um tipo de canhão assim denominado à época (BARRETTO, 1958:176).

Afastado do mar pelas obras de ampliação e modernização do porto de Salvador, em 1958 abrigava o Serviço Veterinário do Exército (BARRETTO, 1958:176), atualmente está localizado na Avenida Jequitaia, na Área de Influência Direta – AID do empreendimento.

[13] Texto compilado do site http://fortalezas.org/

FIGURA 9-1 – Forte de Santo Alberto Visto da Av. Jequitaia. Foto: Daivisson Santos.

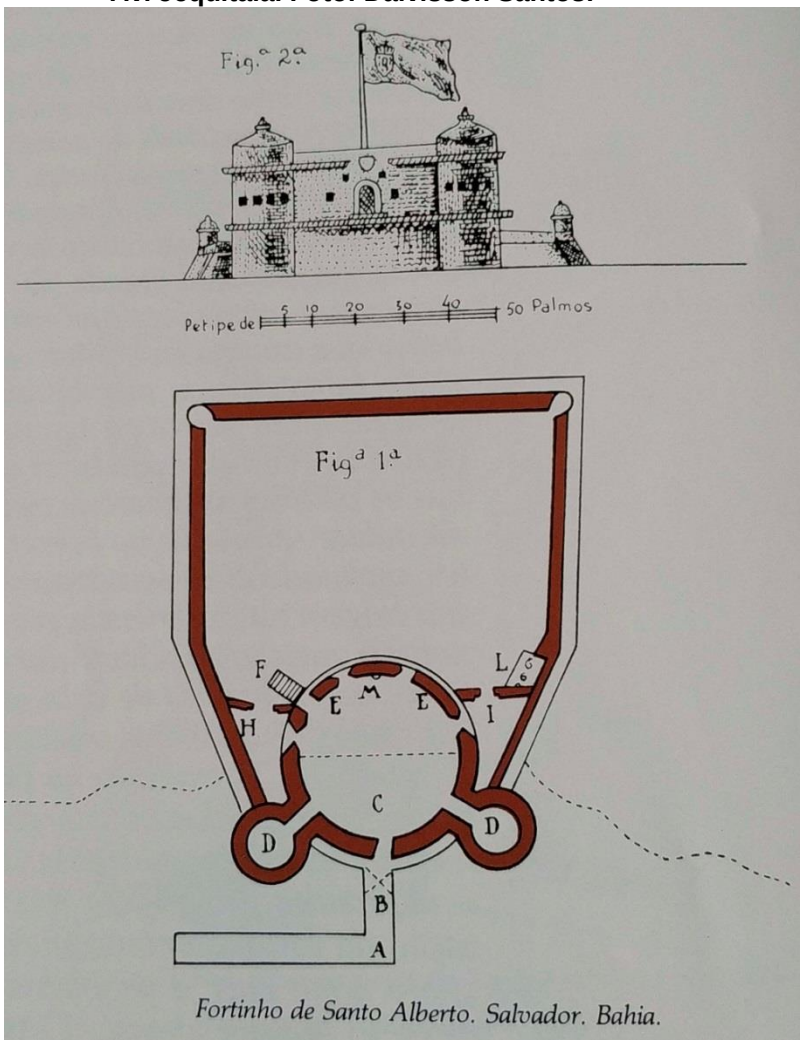


FIGURA 9-2 – Planta do Forte de Santo Alberto. Fonte: Fortalezas do Brasil.

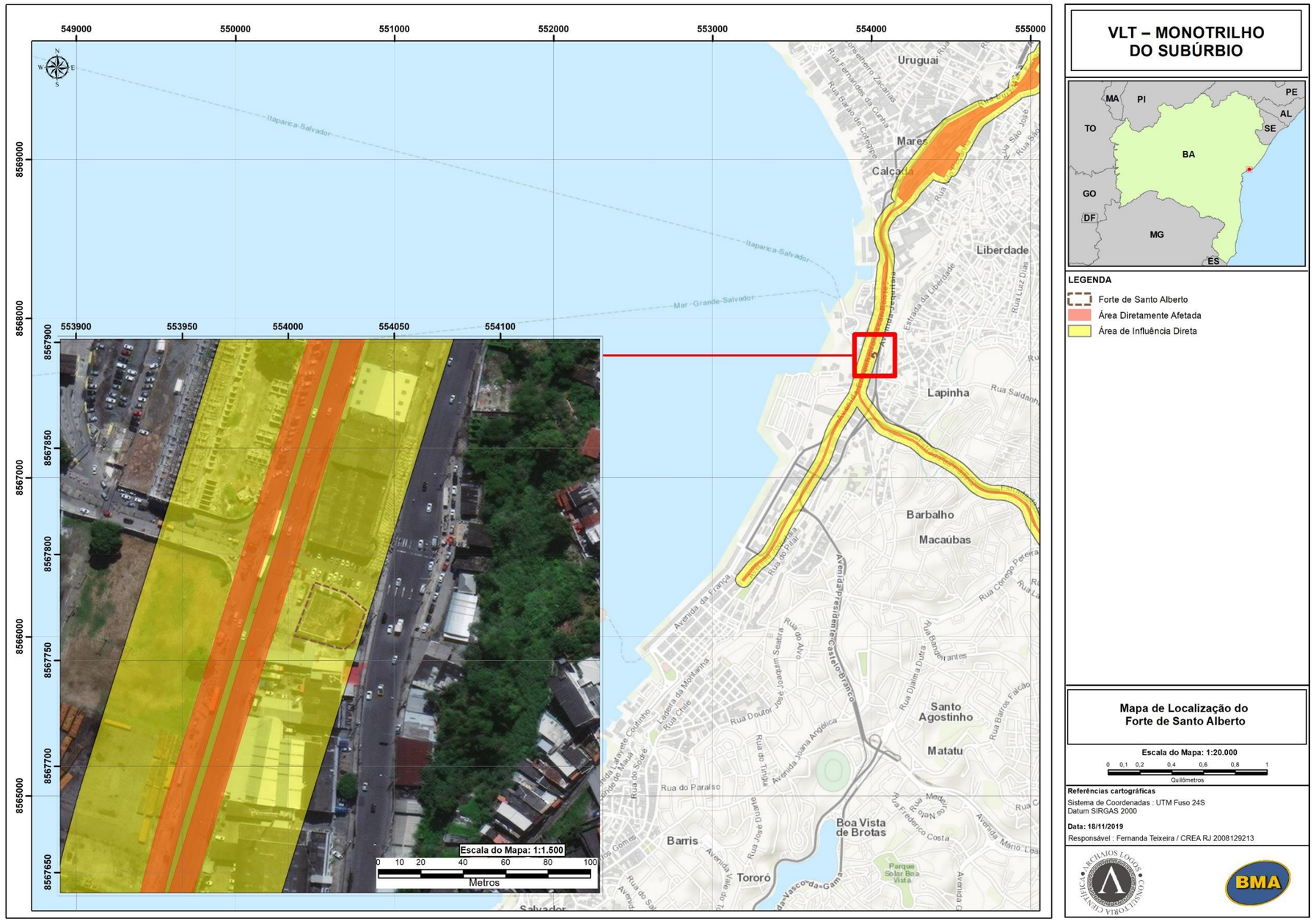


FIGURA 9-3 - Mapa Localização do Forte de Santo Alberto em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

9.2. Forte de São Joaquim da Jequitaia[14]

O Forte de São Joaquim de Jequitaia foi o último forte erguido para a defesa de Salvador, embora em data que não foi possível apurar, segundo Garrido (1940) formava um quadrilátero com o desenvolvimento próximo de 78 braças, das quais formam o plano de fogo 327 palmos, montando 11 peças, sete de calibre 24 e quatro de 18 com as edificações do antigo Arsenal de Guerra e da Estação Central dos Caminhos de Ferro.

Segundo Souza (1885) em 1809 uma Comissão nomeada pelo Conde da Ponte para examinar as defesas de Salvador considerou que:

> ...suas construções estão reparadas e bem conservadas; mas cumpre observar que o plano, todo lajeado e bem construído, em que se movem os reparos, além da sua escassa largura (26 1/2 palmos) é superior ao nível de terrapleno, formando um degrau de dois palmos de altura, e não tem a declividade própria; donde resulta que o serviço da colocação das peças em bateria deverá ser penoso e difícil no caso em que os reparos saltem fora da plataforma com a impulsão do recuo, o que aliás a pouca largura desta permite prever. Conviria, pois, fazer-lhe as reparações que a devem corrigir. Além disso convém cimentar o terraço para consolidá-lo, ladrilhar o chão das casas e pintá-las.
> Finalmente resta-me observar que transformação da atual prisão do Forte em depósito de pólvora parece de utilidade; e que é bem sensível a falta d'água no recinto do Forte, necessidade que pode ser sanada ou com a colocação de uma pena d'água derivada do encanamento da cidade (o que é melhor), ou com a abertura de uma cisterna que receba as águas dos telhados convenientemente encanadas." (Op. cit., p. 60)

Esteve ocupado pela *Societé Construction du Port* de Bahia, que ergueu os seus escritórios sobre o seu terrapleno, desfigurando-o por completo (CAMPOS, 1940. apud: PEDRO II, 2003:163, nota 296).

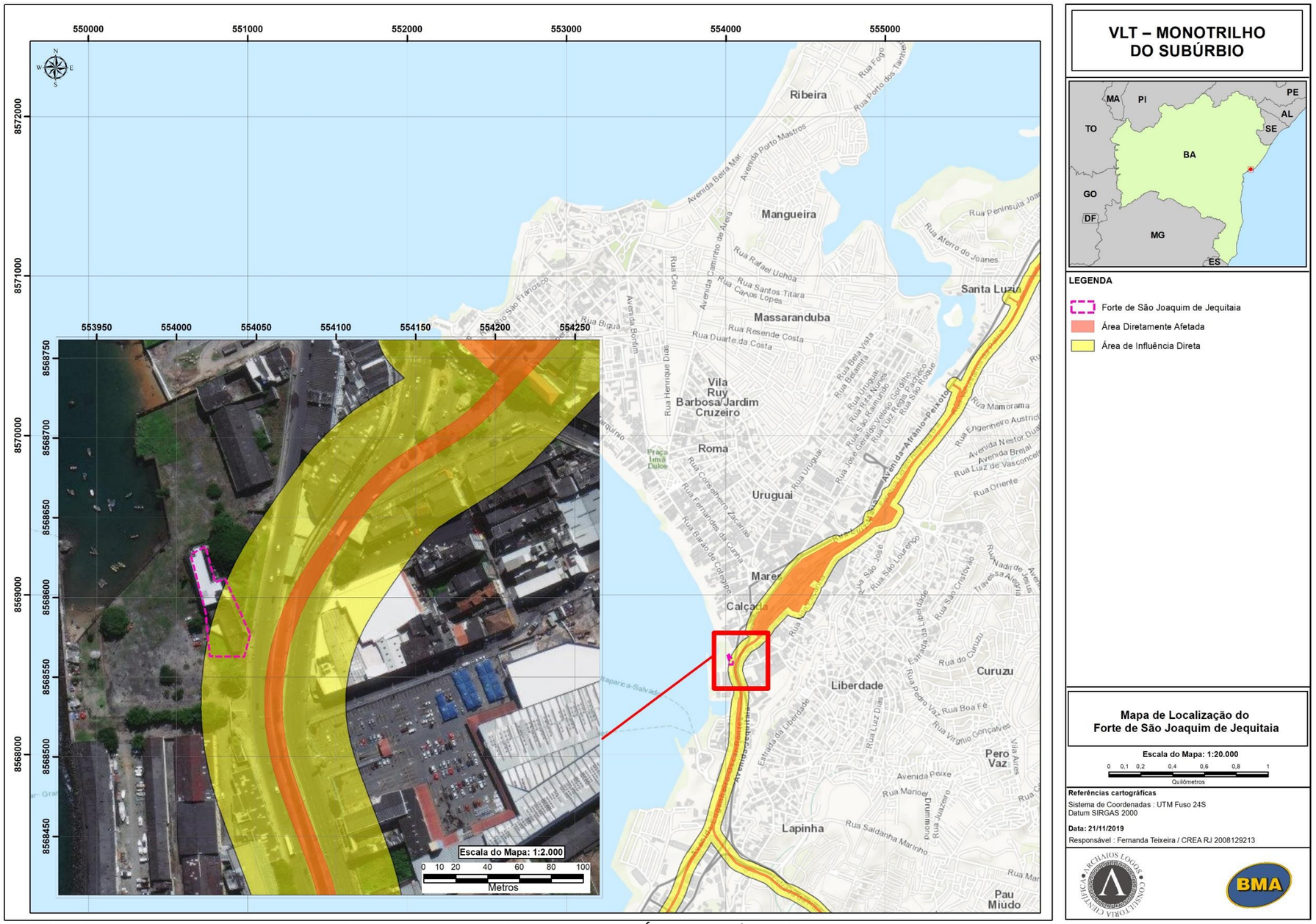
BARRETTO (1958) denomina-o também como Forte de São Joaquim, localizando-o entre o Forte de Santo Alberto e o Forte de São Filipe de Monte Serrat (Forte de Nossa Senhora de Monte Serrat) informando que sua planta tinha o formato de um polígono quadrangular, e acrescenta que, à sua época (1958), estava ocupado pelo CPOR - Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (Op. cit., p. 187).

BARRETTO (1958) denomina-o também como Forte de São Joaquim, e acrescenta que, à sua época (1958), estava ocupado pelo CPOR – Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (op. cit., p. 187). Absorvido pela antiga sede da PETROBRAS, atualmente é difícil de ser visto e está localizado na Área de Influência Direta do Empreendimento – AID.

[14] Texto compilado do site http://fortalezas.org/ e do site https://deivissonlopes.wordpress.com/

FIGURA 9-4 – Torre do Forte de São Joaquim da Jequitaia em 2003. Fonte: http://fortalezas.org/

FIGURA 9-5 – Forte de São Joaquim da Jequitaia atualmente. Fonte: google street view.



VLT – MONOTRILHO DO SUBÚRBIO

LEGENDA

- Forte de São Joaquim de Jequitaia
- Área Diretamente Afetada
- Área de Influência Direta

Mapa de Localização do Forte de São Joaquim de Jequitaia

Escala do Mapa: 1:20.000

0 0,1 0,2 0,4 0,6 0,8 1
Quilômetros

Referências cartográficas

Sistema de Coordenadas : UTM Fuso 24S
Datum SIRGAS 2000

Data: 21/11/2019

Responsável : Fernanda Teixeira / CREA RJ 2008129213

FIGURA 9-6 - Mapa Localização do Forte de São Joaquim da Jequitaia em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

9.3. Estação da Calçada[15]

A Estação da Calçada, inaugurada em 1860, com o nome de *Jequitaia*, representava o marco zero da Estrada de Ferro *Bahia and San Francisco Railway,* estabelecendo a ligação do Porto de Salvador até a Cidade de Alagoinhas.

Projetada e concebida em Londres pelo inglês John Watson em 1855, possui sua estrutura em ferro fundido, trazida da Inglaterra e foi complementada com forros e assoalhos feitos em madeira. Décadas mais tarde, em 1938, a estrutura ganhou o reforço de alvenaria de bloco e a marquise fundida em concreto armado.

Em 1937, teve início a duplicação do trecho Calçada-Paripe (concluída em 1953) e, no ano seguinte, a empresa ganhou as três primeiras locomotivas diesel-elétricas do Brasil. Em 1952, foi inaugurada a Ponte São João, com 461 metros. Em 1948, foi iniciada a eletrificação da ferrovia, beneficiando também os moradores do subúrbio que, até então, não-tinham acesso à luz elétrica. E finalmente, em 1957, a estrada de ferro foi integrada à Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Em 1982, a via férrea foi reformada e em 1988 passou a fazer parte, junto com os outros trens urbanos nacionais, da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Havia um ramal de linha que saía da Estação da Calçada e se dirigia ao porto de Salvador, sem paradas intermediárias. Até o início dos anos 1970, este prolongamento percorria toda a extensão do cais do porto, mas, com a construção do terminal de containers, naquela mesma década, o ramal ferroviário passou a chegar somente àquele terminal.

Nos anos 1980 somente os trens de minério de Magnesita, que só podiam trafegar de madrugada em função da Feira de São Joaquim, é que trafegavam para o porto, pois a empresa Magnesita tinha um terminal de exportação ao lado do parque de containers.

Com a construção do terminal novo do porto de Aratu, dentro da Baía de Todos os Santos, porto especializado na descarga e embarque de granéis sólidos, líquidos e gasosos, a linha férrea do ramal além da Calçada deixou de ter utilidade e foi desativada na segunda metade da década de 1990.

Em 2005, o trecho ferroviário entre as estações da Calçada e Paripe foi transferido para a Prefeitura de Salvador, e finalmente em maio de 2013, o sistema foi transferido para o Estado, juntamente com as obras do metrô, passando a ser administrado pela CTB – Companhia de Transportes do Estado da Bahia.

A Estação da Calçada e todos os edifícios que compõem seu entorno funcional estão localizados na Área Diretamente Afetada – ADA do empreendimento e serão alvo de pesquisas mais detalhadas conforme o Projeto de Avaliação de Impactos ao Patrimônio

[15] Texto compilado do site https://diariodesalvador.com/uma-passeio-no-trens-do-suburbio-de-salvador-da-calcada-plataforma/ e do site http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_monte%20azul/salvador.htm

Arqueológico, protocolado na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 05 de novembro de 2019.

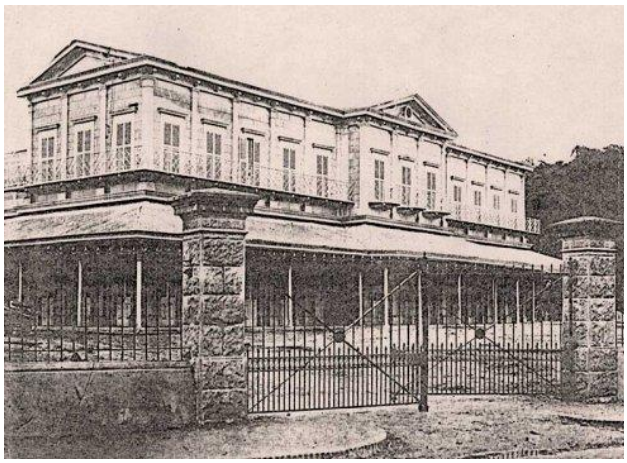


FIGURA 9-7 –Estação da Calçada em Fins de Contrução.
Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_monte%20azul/fotos/salvador8611.jpg

FIGURA 9-8 – Estação da Calçada atualmente. Foto: Daivisson Santos.

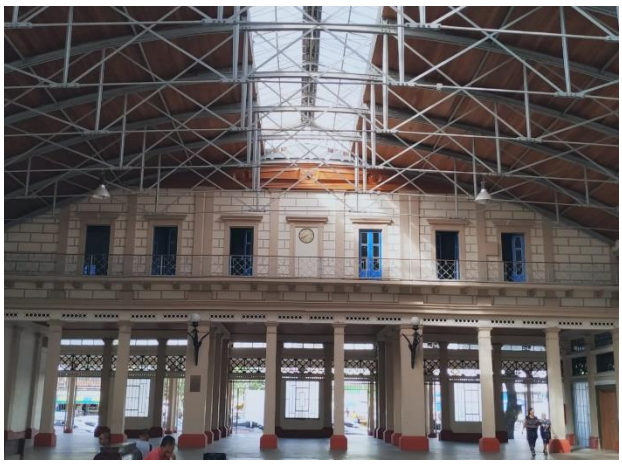


FIGURA 9-9 –Vista Parcial do interior da Estação da Calçada. Foto: Daivisson Santos.

FIGURA 9-10 – Locomotiva a vapor inoperante na Estação da Calçada. Foto: Daivisson Santos.

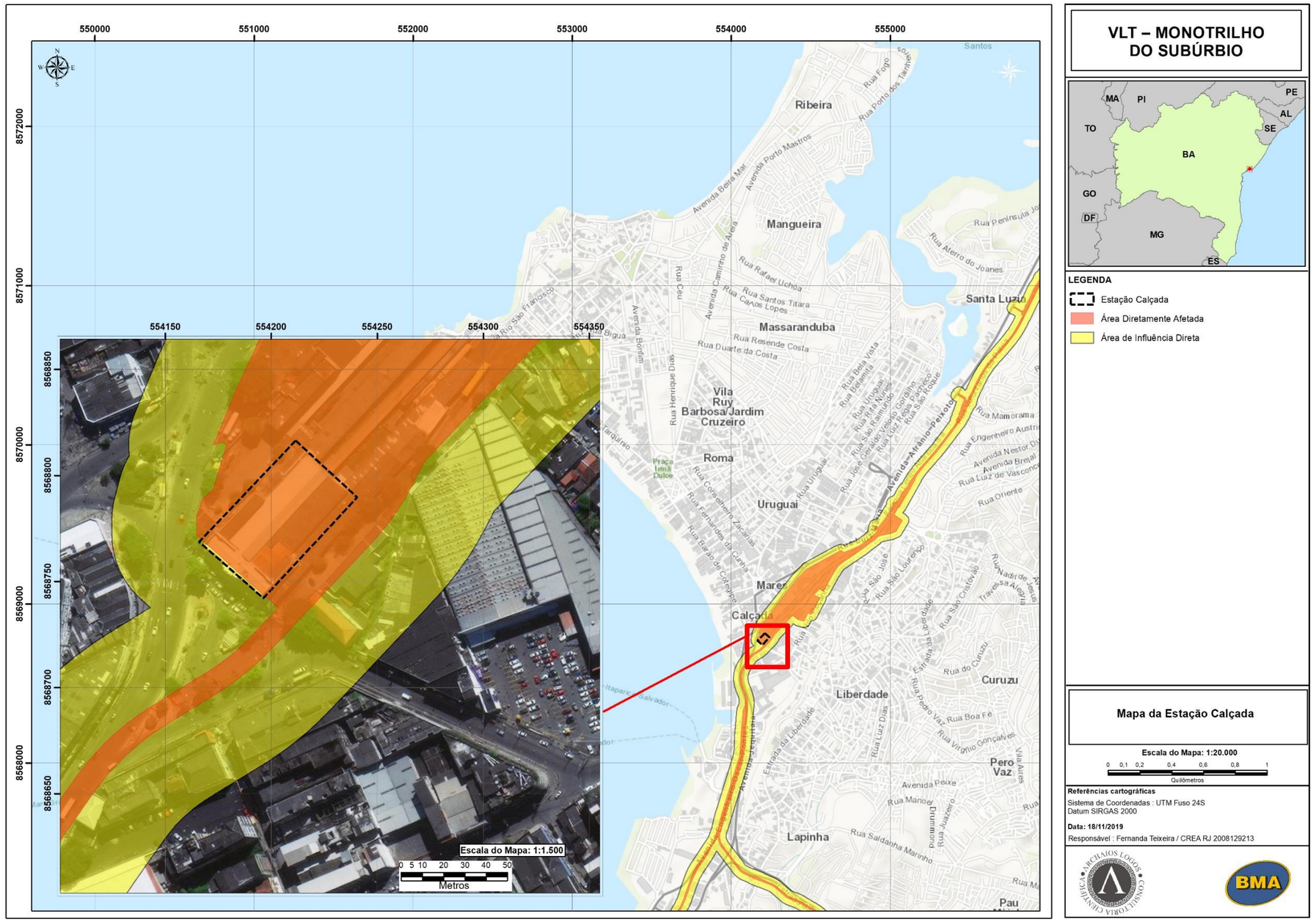


FIGURA 9-11 - Mapa Localização da Estação Calçada em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

9.4. Estação de Periperi[16]

A Estação Periperi foi construída em 1860 numa área da Fazenda Periperi que pertencia ao Coronel Frederico Costa e mais tarde passariam a pertencer à família Visco. Seu conjunto funcional era composto também pela casa do agente de estação e por oficinas da Estrada de Ferro *Bahia and San Francisco Railway.*

O atual prédio histórico da estação Periperi foi construído em 1938 acompanhando o desenvolvimento de Periperi, num primeiro momento, como região de veraneio para a população de classe alta de Salvador e posteriormente como bairro residencial em função da instalação dos operários da Viação Férrea Leste Brasileira em seu entorno onde foram edificadas aproximadamente 20 casas, dando surgimento a uma rua linear de barro denominada de Primeiro de Setembro ou rua da Estação, como é popularmente conhecida (AMARAL, 2007).

Em 1981 a estação foi substituída pelo edifício atual e em 2008 tanto a estação quanto a casa do agente de estação foram recuperadas e, sobretudo cuidadosamente mantidas nos padrões históricos e culturais, conservando o ambiente interno aos empregados e externo aos usuários. Periperi recebeu um terminal totalmente recuperado, desde a passarela até os assentos nos quais os passageiros aguardam a chegada dos trens, além da implantação de bicicletários, banheiros e maior acessibilidade aos usuários.

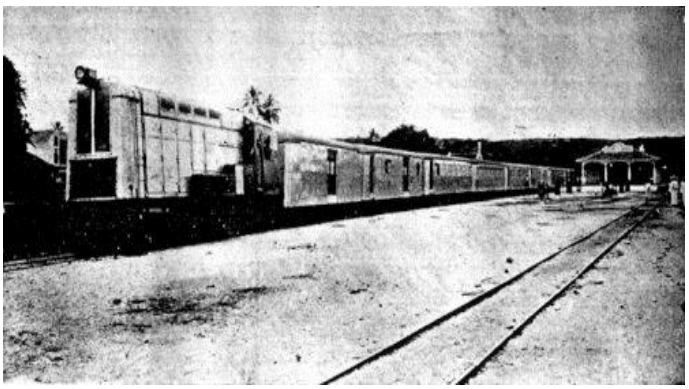


FIGURA 9-12 – A estação de Peiperi em 1944, como era na época. A estação aparece à direita na foto. Junto a ela, o "trem de alumínio". Fonte: www.vfco.com.br.

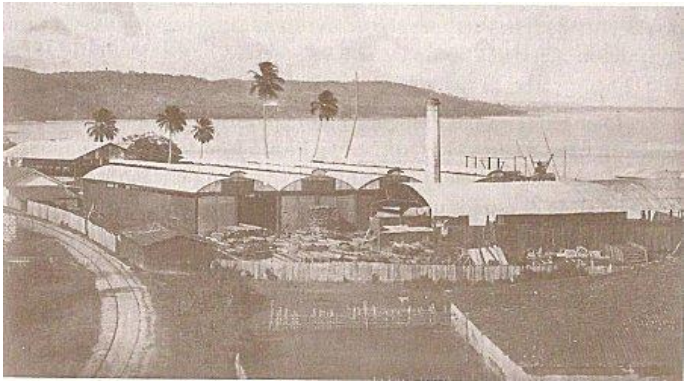


FIGURA 9-13 – Antigas oficinas de Periperi em 1861**. Foto: Camilo Vedani.**

[16] Texto compilado do site https://diariodesalvador.com/uma-passeio-no-trens-do-suburbio-de-salvador-da-calcada-plataforma/ e do site http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_monte%20azul/salvador.htm

FIGURA 9-14 – A estação de Periperi atualmente: Foto: Daivisson Santos.

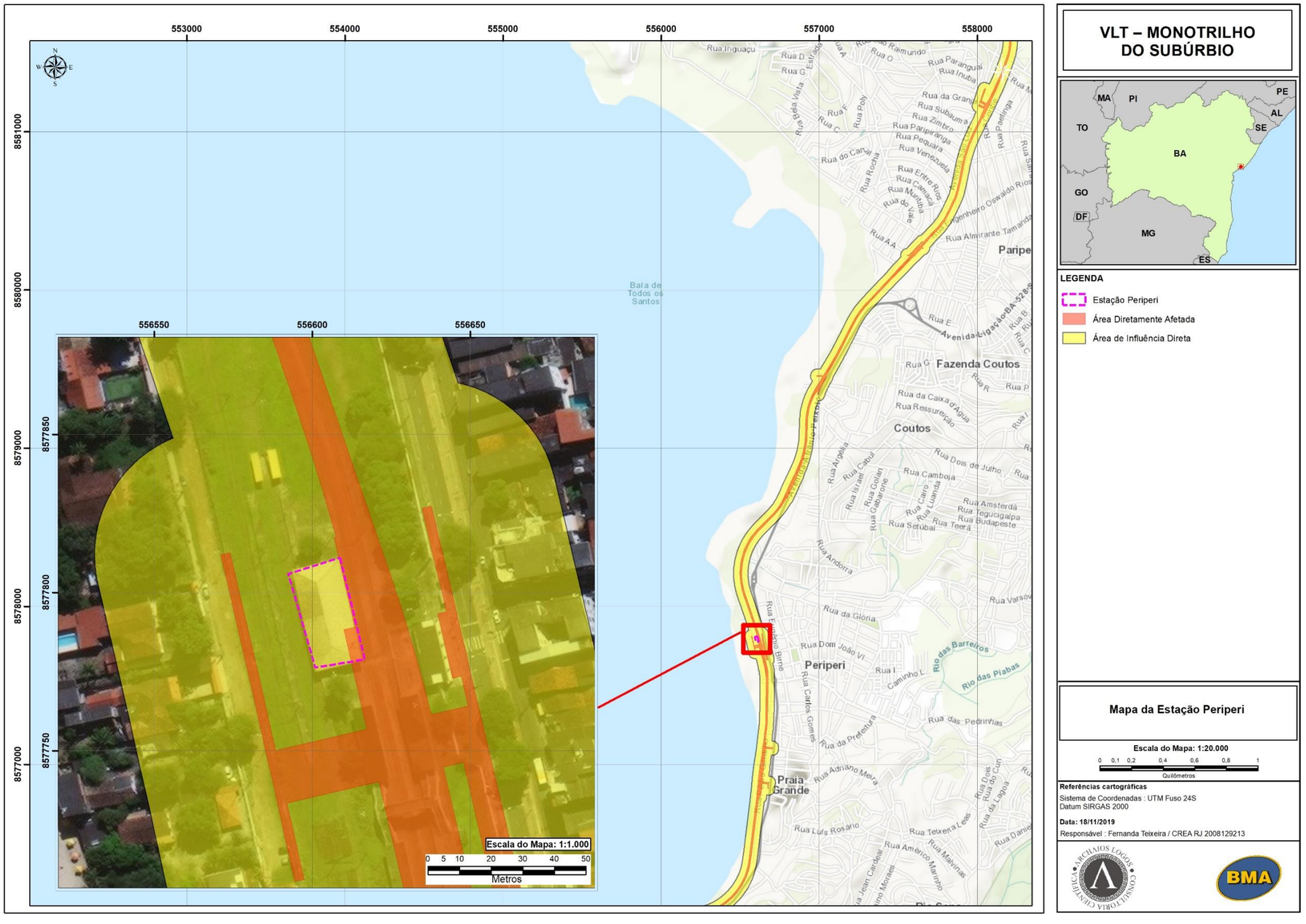


FIGURA 9-15 - Mapa Localização da Estação Periperi em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

9.5. Edifício Sede do Ministério da Fazenda

O Edifício Sede do Ministério da Fazenda está localizado na Avenida Jequitaia, n° 7 e durante a realização da pesquisa de dados secundários não foram localizadas informações sobre o seu histórico, restringindo o Diagnóstico ora apresentado a limitar-se apenas na confecção do mapa de localização em relação à área de influência do empreendimento.

FIGURA 9-16 – Vista da fachada do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em Salvador. Foto: Daivisson Santos.

FIGURA 9-17 – Vista parcial do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em Salvador. Foto: Daivisson Santos.

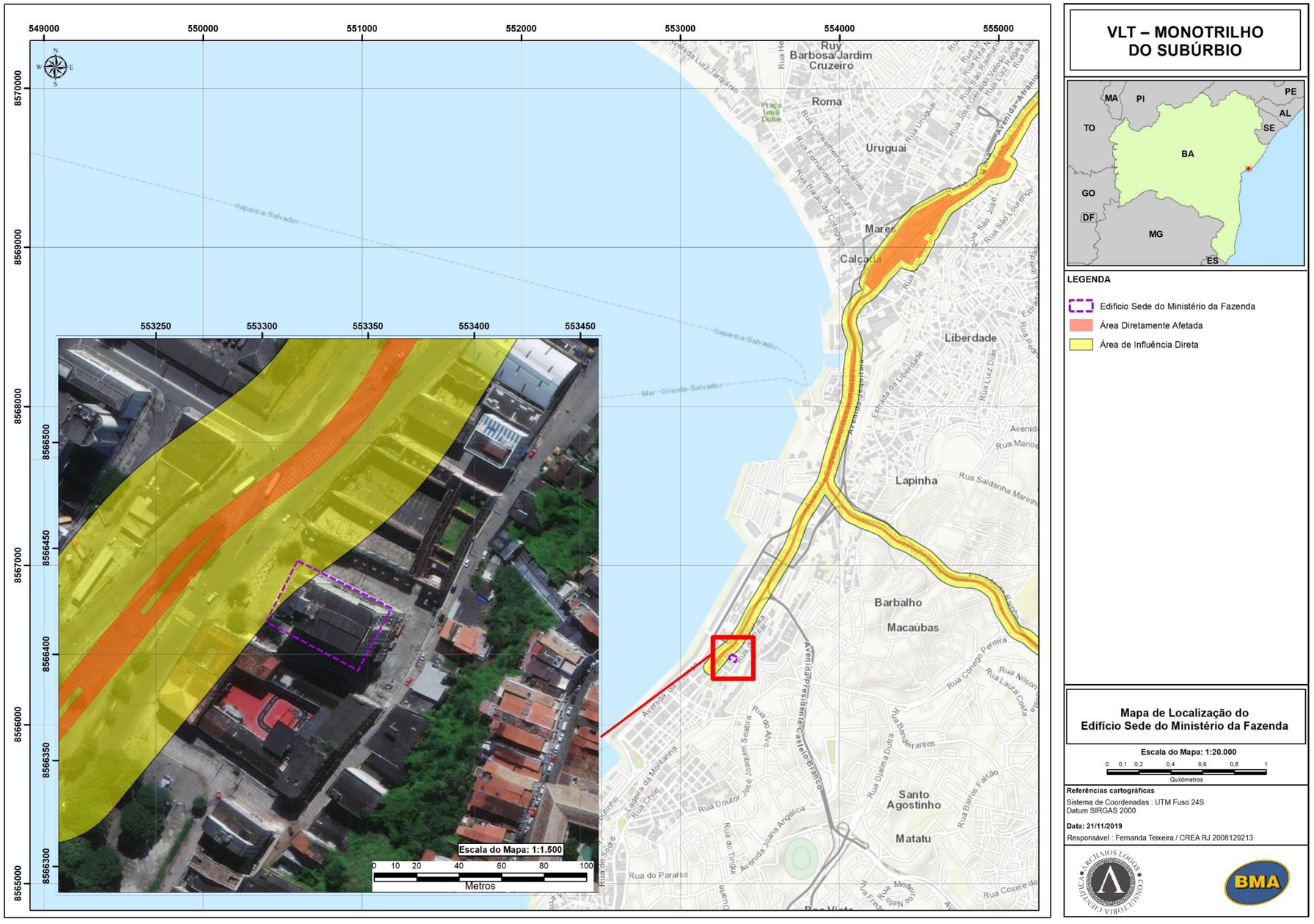


FIGURA 9-18 - Mapa Localização do Edifício Sede do Minstério da Fazenda em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

10. BENS CULTURAIS EM PROCESSO DE TOMBAMENTO LOCALIZADOS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

10.1. Feira de São Joaquim

A feira de São Joaquim foi criada na década de 1920 enquanto uma feira móvel e teve sua trajetória iniciada com a Feira do Sete, assim chamada porque ficava ao lado do sétimo armazém das Docas.

Os produtos, como farinha, cerâmica, frutas e artesanatos, vinham do Recôncavo Baiano em saveiros. A prefeitura, na época controlava para que não se estabelecessem pontos fixos, mas, com o tempo, foi inevitável.

Segundo Júnior (2006) a Feira do Sete terminou por transformar-se na Água de Meninos, cujo crescimento espontâneo marcou a diversidade das instalações, entretanto apenas na década de 1960 que foi implantada em seu local atual, depois de um incêndio que causou a destruição da antiga Feira de Água de Meninos em 1966.

A antiga feira de Água de Meninos estava localizada próxima ao Porto de Salvador e área marítima com dutos de petróleo, a especulação teria visto um potencial econômico na região. Entretanto, até hoje, não se confirmou que o incêndio foi criminoso, sendo atribuído a uma empresa de combustível da época a culpa pelo vazamento de gás que teria provocado o início das chamas.

Atualmente a feira de São Joaquim é a maior feira livre da capital baiana e está distribuída, segundo Viegas (2007) num espaço de 35mil m², divididos em dez quadras com 22 ruas e 7,5 mil feirantes, que se configura como um marco de tradição e resistência do município de Salvador.

A feira já atravessou vários momentos e com o passar do tempo vem seguindo as tendências de modernização das feiras livres, porém mentem seu caráter de local de manifestações culturais e mantenedor de tradições específicas da sociedade soteropolitana, que a levou à abertura de processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 2007 através do processo T – 1547.

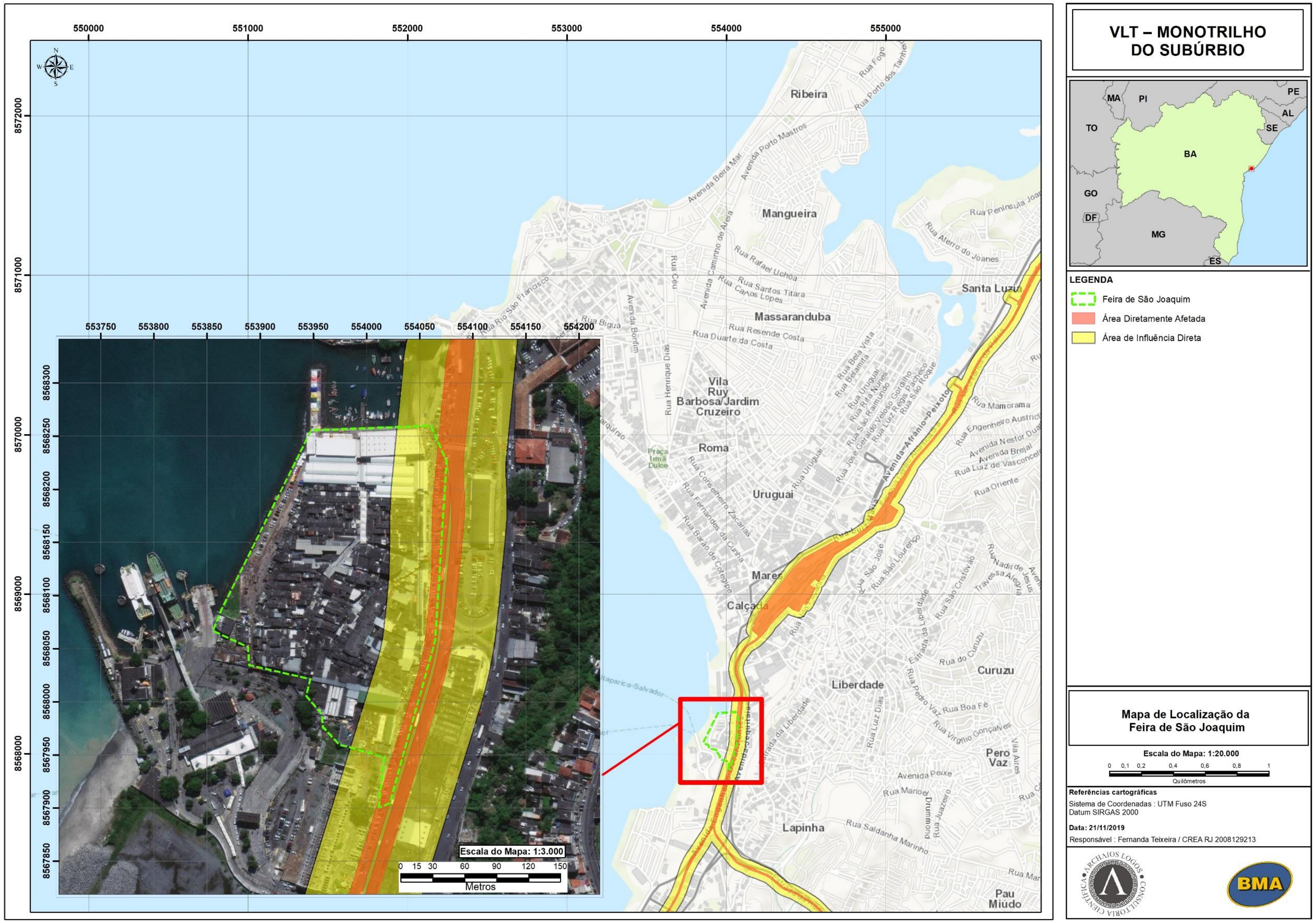


FIGURA 10-1 - Mapa Localização da Feira de São Joaquim em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

11. COMUNIDADES TRADICIONAIS LOCALIZADAS NAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DO EMPREENDIMENTO

O presente Diagnóstico compreende a identificação, localização, caracterização e descrição preliminar dos meios de produção dos chamados Povos e Comunidades Tradicionais identificados nas áreas de influência direta e indireta do VLT – Monotrilho do Subúrbio, que será implantado nos municípios de Salvador e Simões Filho, no estado da Bahia, em conformidade com as diretrizes propostas no Ofício 212/2019 emitido pelo Ministério Público Estadual da Bahia.

A área em estudo está inserida numa região que dispõe de uma base de recursos naturais, renováveis e não-renováveis extremamente diversificada, onde grupos específicos, inseridos em determinados territórios, mantém suas práticas sociais e utilizam tais recursos como instrumento de legitimação, reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Para a confecção do presente diagnóstico foram consideradas as culturas, estratégias de produção e reprodução social, as histórias, os saberes tradicionais, as formas de organização social e as práticas e inovações destes grupos, que foram geradas e depois transmitidas através da dita tradição. Foram realizadas também abordagens nas diferentes cadeias produtivas inseridas nesse contexto, permitir uma visualização das atividades produtivas de forma integral e sistêmica destas comunidades.

Devido às dimensões das áreas de influência do empreendimento, apresentaremos de forma sintética e generalizada as populações tradicionais identificadas nas áreas próximas à diretriz do VLT, apresentando sua localização geográfica, vias de acesso e os seus meios de produção, seus processos históricos relevantes, relativos à ocupação e fixação territorial.

Nos trabalhos de campo foram realizadas visitas técnicas em locais onde existiam a possibilidade de encontro dessas comunidades nas áreas de implantação do VLT, e foram realizadas entrevistas com os principais líderes dos movimentos, no mês de setembro de 2019.

Devido às dimensões e riqueza regional da área em estudo, o presente Diagnóstico pode apresentar lacunas em relação à ocupação por estes povos e comunidades nas áreas do empreendimento.

Baseados em dados primários e secundários buscamos descrever de forma sintética os fatos históricos relacionados à presença de povos e comunidades tradicionais, descrevendo sua vulnerabilidade atual, visando uma delimitação destes grupos na região de implantação do empreendimento e a construção de um quadro referencial regional preliminar.

Acreditamos que um quadro de distribuição preliminar dessas comunidades aponte as principais potencialidades e fragilidades existentes, nas estratégias de planejamento ambiental do empreendimento.

De acordo com o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, em seu artigo 3º, são considerados povos e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
Levando em consideração a importância do território e as práticas inseridas em seu interior para a elaboração da identidade de um grupo, privilegiamos na pesquisa identificar comunidades que surgiram em terras tradicionalmente ocupadas e por elas habitadas em caráter permanente, utilizando-as para suas atividades produtivas, grupos que preservem os recursos ambientais necessários a seu bem-estar e garantam sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Foram considerados ainda como povos e comunidades tradicionais aqueles grupos que produzem conhecimentos tradicionais que os diferenciam, de forma específica, das sociedades nacionais onde estão inseridas. Segundo Garcés (2007) estes conhecimentos constituem sistemas dinâmicos que se atualizam constantemente, que estão estreitamente relacionados com os ambientes físicos e socioculturais destas sociedades, podendo ou não constituir bens coletivos das mesmas e são geralmente transmitidos através da oralidade.

Diferente dos povos indígenas e das comunidades quilombolas, que possuem títulos de reconhecimento expedidos e seus territórios são delimitados por órgãos competentes, os chamados povos e comunidades tradicionais da região em estudo, apesar de ocuparem a região há muito tempo, não possuem proteção institucionalizada para a delimitação de seus territórios, as comunidades não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.

Devido a sua falta de identidade oficial enquanto grupo, autores como NUGENT (1993) e Silva (1998) os consideram os caboclos amazônicos como um “grupo invisível”, pois continuam sendo ignorados e excluídos de qualquer processo decisório sobre o desenvolvimento regional.

Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente as mesmas vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e frequentemente são as que mais perdem e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental.

Com base nestes conceitos pescadores artesanais e catadoras de marisco, foram localizados e considerados nas áreas de influência do empreendimento como povos ou comunidades tradicionais, pois os mesmos se caracterizam como grupos que compartilham entre si um patrimônio e um pacote de recursos comuns, dentre eles o território, sobre os quais estão estabelecidos os direitos e valores da coletividade.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram divididos em dois momentos. Inicialmente, procedeu-se à pesquisa bibliográfica e à consulta a órgãos públicos em busca de informações que nos possibilitassem detectar previamente povos e comunidades tradicionais presentes na área prevista para a efetivação do empreendimento.

Procedeu-se então à elaboração das entrevistas privilegiando as informações acerca dos usos econômico, social e cultural dos espaços ocupados por essas comunidades.

O trabalho de campo foi planejado em torno da observação participante do cotidiano das comunidades e da coleta de dados por meio de imagens e entrevistas com os líderes das associações locais e outras pessoas indicadas pelos membros para fornecer informações.
A opção pela entrevista se deve ao fato de ser esse método mais flexível, pois existe a possibilidade da parte do entrevistador de esclarecer perguntas não compreendidas, além de ser mais adequada para a revelação de assuntos complexos. Uma outra vantagem é que sendo a entrevista um momento interativo, o pesquisador pode observar expressões e hesitações do entrevistado que contribuem para a verificação da validade das respostas (BAUER, 2002).

Optou-se pela realização de entrevistas individuais semiestruturadas com perguntas abertas, aplicadas através da técnica dirigida por meio do contato direto, na qual o pesquisador dirige o processo evitando que o entrevistado se desvie da resposta. Os tópicos selecionados incluem questões relativas ao uso, ocupação e representação dos espaços, vida doméstica, rituais, festas e referenciais de descendência e origem das comunidades.

As entrevistas se dividiriam em dois tipos: entrevistas semi-estruturadas de “verificação de fatos”, aplicada às pessoas legitimadas pela comunidade para descreverem o fato desejado; e entrevistas de “verificação de crenças quanto aos fatos”, realizadas com o objetivo de comporem uma amostragem para saber a versão das pessoas em relação aos fatos. Além de possibilitarem o conhecimento de diferentes “versões”, o contraste entre os depoimentos coletados nos dois tipos de entrevistas podem apontar continuidades, descontinuidades ou mesmo contradições. Concordamos que “na reconstrução do passado, a linguagem auditiva, que se baseia essencialmente no uso da voz, exercerá um papel fundamental. Pois é como discurso que a memória evidencia todo um sistema de símbolos e convenções produzidos e utilizados socialmente” (FREITAS, 2002, p. 47).

Evidentemente, os fatos apresentados serão avaliados quanto a sua credibilidade, sendo coligidos com outras fontes e referências sobre o tema e submetidos à análise de discurso.

Para o trabalho de campo, dentro das possibilidades e limitações em que foi realizado, estabelecemos um modelo de abordagem onde foram delimitados *buffers* de 40m,100m, 400m e 1 km para cada lado do trilho.

O estabelecimento deste modelo nos possibilitou a criação de uma perspectiva de impacto que varia entre < 25% a > 75%, considerando os fatores socioambientais e de

implantação do empreendimento, entretanto, este modelo pode sofrer algumas alterações com a definição final do traçado, assim a ocorrência de impactos efetivos e quais comunidades de fato serão atravessadas pelo empreendimento ficarão mais claras.

QUADRO 11-1 – Perspectiva de Impacto do Empreendimento.

PERSPECTIVA DE IMPACTO DO EMPREENDIMENTO	
< 25% de impacto	Comunidades localizadas acima de 1km do trilho.
Entre 25 e 50 % de impacto	Comunidades localizadas entre 500m e 1km do trilho.
Entre 50 e 75% de impacto	Comunidades localizadas entre 100m e 400m do trilho.
> 75% de impacto	Comunidades localizadas até 40m do trilho.

Geralmente essas comunidades mantêm organizações econômicas, sociais e expressões culturais que remetem aos referenciais de sua ligação com a descendência. É a partir de suas características e do reconhecimento por outros que essas comunidades são então identificadas como tradicionais.

12. POVOS E COMUNIDADES DE TERREIRO

Povos e Comunidades de terreiro são constituídos por famílias que possuem características comuns, vínculo e procuram manter as tradições de matriz africana num determinado espaço, conhecido popularmente como terreiro.

Este espaço motiva o respeito aos ancestrais, os valores de generosidade e solidariedade, o conceito amplo de família e uma relação próxima com o meio ambiente através da religiosidade. Dessa forma, essas comunidades possuem uma cultura diferenciada e uma organização social própria, que constituem patrimônio cultural afro-brasileiro (SEDS, 2019).

Essas matrizes culturais e religiosas foram se adequando e deram origem a territórios tradicionais, com diversas denominações, em diferentes partes do país, onde faz parte das práticas religiosas das casas tradicionais de matriz africana e terreiro: o candomblé, o batuque, o tambor de mina, a pajelança, a umbanda, a macumba, o catimbó, a jurema sagrada, dentre outros.

A constituição de territórios próprios, no qual a convivência em comunidade e o acolhimento independente do grau de parentesco sanguíneo, ou da ausência deste parentesco e a classe social do qual pertencem não são levados em consideração, pois no momento em que estão inseridos nesta comunidade por meio do ritual de iniciação, passam a fazer parte de uma família de axé, em que a hierarquia, o respeito ao mais velho são fatores fundamentais para a preservação da tradição e costumes ali conservados e repassados por meio da oralidade.

A identificação como pertencente a uma casa de tradição de matriz africana ou casa de terreiro é auto declaratória, seguindo os mesmos princípios da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para povos indígenas e tribais.

Em 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) desenvolveram pesquisa voltada para o reconhecimento e a valorização das comunidades tradicionais de terreiro no Brasil.

Estes povos tradicionais de matriz africana e de terreiros, se reconhecem como unidades de resistência africana, e representam a continuidade do processo civilizatório africano no Brasil, tonando-se assim, uma importante referência de africanidade presente na sociedade brasileira, pois representam identidades negras reconstruídas na diáspora a partir dos universos fragmentados pela escravidão (SOUSA JÚNIOR, 2011).

A religiosidade se fez presente desde a vinda dos africanos e africanas para o Brasil, onde três grandes matrizes culturais – *Yorùbá, Bantu* e *Ewé Fon* – conseguiram preservar muito de suas cosmovisões e saberes e que estão inseridos na história do Brasil e no modo de vida da sociedade.

Para a identificação Povos e Comunidades de Terreiro que possam ser impactados pela Implantação do VLT, inicialmente se procedeu à pesquisa bibliográfica para localização nas áreas de Influência do empreendimento, onde foram identificados 13 (treze) terreiros, todos localizados em sua Área de Influência Indireta – AII, conforme **QUADRO 12-1**.

QUADRO 12-1 – Terreiros Localizados na AII do Empreendimento.

TERREIROS LOCALIZADOS NA AII DO EMPREENDIMENTO		
NOME	**BAIRRO**	**MUNICÍPIO**
Ilê Axé Torrunde Ajagum	Paripe	Salvador
Ilê Axé Oya Oju Baba Omin	Paripe	
Ilé Asé Opô Oyá Bazané	Periperi	
Ilê Axé Odé Ibú	Periperi	
Ilé Asé Kalé Bokun	Plataforma	
Terreiro Makiatunga	Calçada	
Terreiro Unzo Kawungemym	Calçada	
ILê Axé Jitolu	Liberdade	
Ilé Asé Dewaleji	Caixa D'água	
Antonio Reis de Alcântara	Barbalho	
Ilé Asé Maroialaji (Alaketu)	Vila Laura	
Babalorixá Carlos de O. Botas	Cidade Nova	
Ilé Asé Osun Dari Olowo Baluayê	Ilha de São João	Simões Filho

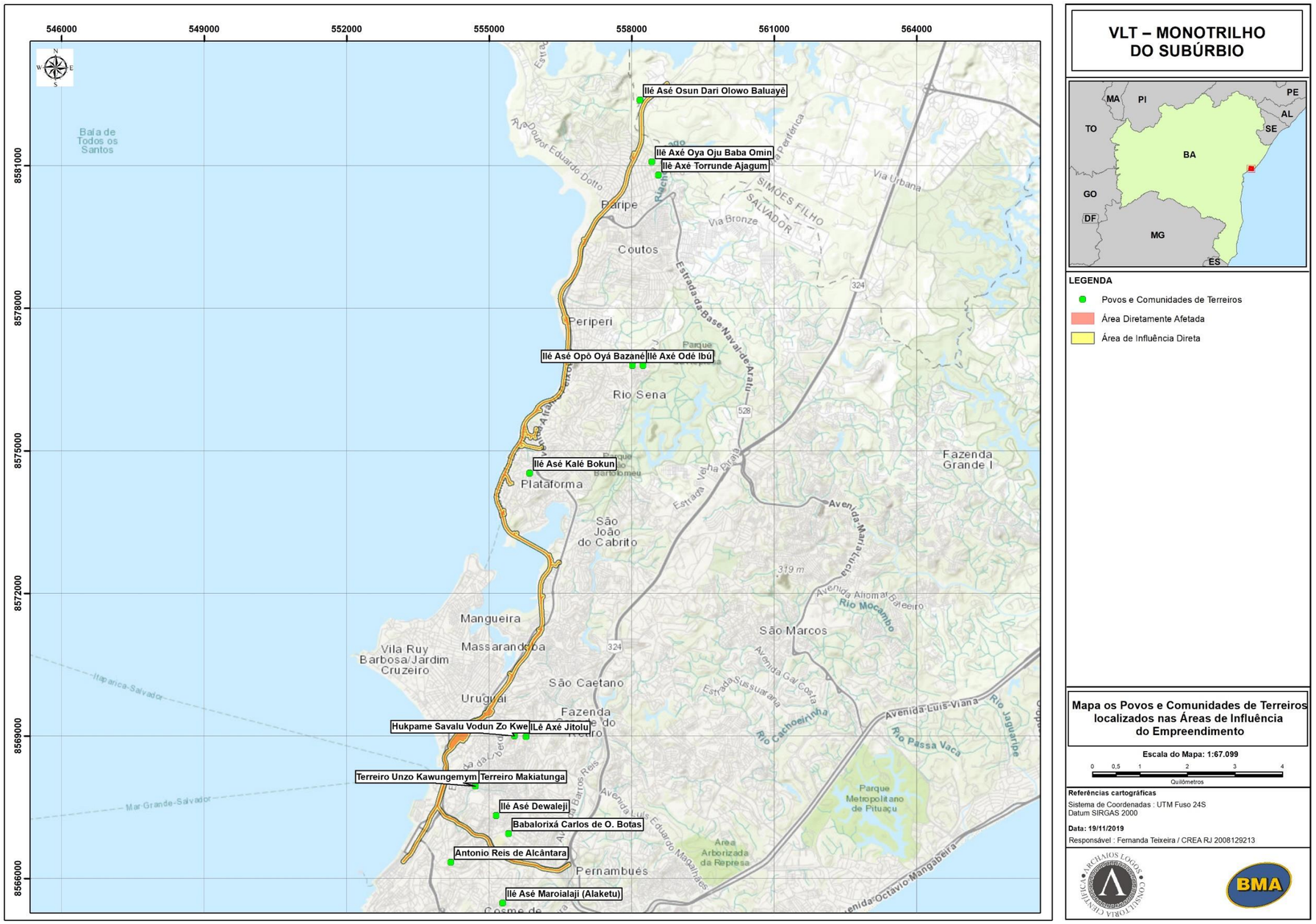


FIGURA 12-1 – Mapa Localização dos Terreiros em relação a Área de Influência do Empreendimento.

13. CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL ENTRE AS COLÔNIAS DE PESCADORES E A PESCA ARTESANAL BAIANA

As colônias de pesca, como são denominadas, iniciou o marco regulatório da atividade pesqueira perante o Estado em meados de 1919. Naquele período a preocupação com a segurança do litoral e da proteção dos grandes rios brasileiros, no período das guerras mundiais, fez com que o comandante Frederico Villar, da marinha da guerra, saísse do Rio de Janeiro com a missão de cruzador José Bonifácio dividindo o litoral e os rios do Brasil em “Zonas de Pesca”, combinando a distância e o número de pescadores (CARTILHA DOS PESCADORES, 2004).

A ordenação das colônias de pescadores tinha como objetivo mobilizar os pescadores para a proteção e vigilância do litoral e dos grandes rios brasileiros estivesse garantida em caso de alguma invasão, já que os pescadores conhecem o mar e os rios estrategicamente, devido aos seus saberes adquiridos pelos seus ancestrais. A fundação das colônias foi realizada de acordo com a divisão política dos Estados brasileiros, dessa forma em cada Estado foi separada as áreas de zoneamento, que se inicia com a unidade Colônia Z1 (da zona um) e assim por diante.

O primeiro estatuto das colônias de pesca, em 1923, deixa claro que os interesses econômicos e sociais dos pescadores foram minimizados, pois foi criada uma associação de pessoas ligadas à pesca, onde o interesse maior era a defesa costeira nacional. A primeira confederação dos pescadores no Brasil foi criada em 1920 e resultou no fortalecimento do sistema nacional de representação dos pescadores. Somente a partir do decreto-lei nº 794 de 1938, o código de Pesca, que se tratou especificamente da organização dos pescadores e suas associações de classes (BRASIL, 1938, *apud* SILVA, 2013).

Com esse decreto-lei a estrutura do sistema sindical dos pescadores passou a possuir três graus distintos de pescadores, a saber: em primeiro grau as colônias de pescadores que reúne e associa pessoas físicas, que representam a si mesmas; em segunda instância as federações que reúnem as colônias de pescadores e que possuem interesses em comum, aquelas são jurídicas e representam os pescadores de sua base territorial e, a última que representam as colônias de pescadores no âmbito nacional (CARTILHA DOS PESCADORES, 2004).

Embora a estruturação de um sistema sindical tenha sido organizada para proteção dos recursos hídricos, havia também o interesse na regularização para o desenvolvimento econômico. Entretanto, os direitos na constituição da pesca como atividade econômica não garantiram a equidade das categorias para o desenvolvimento social e econômico. Assim, a partir de 1973 as colônias passaram a uma reformulação geral, posteriormente, através da Constituição Federal de 1988, passaram também, através dos incentivos fiscais, promover o assistencialismo para aqueles que eram mais prejudicados e ampliar os benefícios aos pescadores (BRASIL, 2013 *apud* SILVA, 2013).

Atualmente, segundo a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), o Brasil possui 870 colônias, 759 associações, 127 sindicatos e 47 cooperativas, atendendo cerca de 730 mil pescadores (SEAP, 2009 *apud* SILVA, 2013). Dessas organizações representativas dos pescadores artesanais, o estado da Bahia compõe-se de 89 colônias, 184 associações,16 sindicatos e 6 cooperativas. Essas entidades surgem devida à vulnerabilidade das colônias de pescadores resultando em boa parte necessitar mais do assistencialismo do governo, já que a concentração da presidência das colônias, passou para o controle de empresários que detém o controle da exploração da mão de obra (BRASIL, 2013 *apud* SILVA, 2013). Estando, desta forma, a maioria dos pescadores artesanais em situação de desequilíbrio em relação aos setores e o crescimento da pesca predatória. Segundo Maldonado (1986, p. 49), o assistencialismo que caracteriza as colônias faz com que elas não funcionem como associações de classes, onde os direitos dos pescadores sejam discutidos ou zelados. As cooperativas, segundo Maldonado (1986, p. 53), tendem principalmente a se formar quando os pescadores se sentem usados e explorados por intermediários, o que os faz se unir para conseguir preços mais justos e comercialização mais direta e sistemática para o seu produto.

A pesca no estado da Bahia é predominantemente artesanal, em Salvador essa modalidade de pesca é representada por seis colônias de pescadores, além das associações, sindicato e cooperativas. De acordo com Silva (2013) em entrevista por telefone com o coordenador da Superintendência os dados imputados no Registro Geral de Pesca não retratam a realidade, pois o pescador se inscreve na colônia de pescadores com a qual ele tem afinidades socioculturais. Muitos pescadores se registram em municípios limítrofes às suas residências ou atividade de trabalho. E, muitos outros realizam a pesca de subsistência com vendas parciais do excedente para suprir as necessidades básicas domésticas.

Em Salvador as colônias de pescadores se denominam por: Z-01 – Rio Vermelho; Z-02 – Itapagipe; Z-03 – Bom Jesus dos Passos; Z-04 -Ilha de Maré; Z-06 – Itapuã; Z-67 – Subúrbio Ferroviário são as que estão presentes dentro do limite do referido município. Para o presente estudo, trataremos das Colônias de Pescadores Z-02 e Z-67.

13.1. A Colônia de Pescadores Z-02 Itapagipe e Z-67 Subúrbio Ferroviário

A Colônia de Pescadores de Itapagipe (Z-02) está localizada no subúrbio ferroviário de Salvador em frente à península de Itapagipe, no bairro de São João do Cabrito – Plataforma, a colônia foi fundada em 1937. Segundo Santos (2013) a notícia do jornal A Tarde, publicação de 22 de julho de 2013 informa que a colônia possui cerca de 400 pescadores cadastrado e enfrenta problemas como: embarcações defeituosas, falta de equipamento e insegurança.

Embora para o presente estudo não tenha sido possível entrevistar o presidente da colônia, em campo, dialogando com os pescadores artesanais da região, ao lado da colônia há uma Cooperativa de Pescadores, que possui cerca de mil trabalhadores do mar associados, tendo a maior participação das mulheres, como as marisqueiras que representam cerca de 70% dos associados, e representa pescadores residentes nos

bairros próximos a linha ferroviária se estendendo da baia de Itapagipe até o bairro de Paripe.

De acordo com as informações locais, é na baia de Itapagipe que os associados ou não associados, mas moradores do subúrbio de Salvador se encontram e realizam suas atividades pesqueiras. Da FIGURA 13-1 a **FIGURA 13-4** apresentam a caracterização local de trabalho e partilha dessa população, a seguir.

FIGURA 13-1 - Pescadores artesanais na baía de Itapagipe, foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-2 - Área dos pescadores artesanais da Colônia Z-02 Itapagipe. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-3 - Local onde os pescadores da colônia estacionam seus barcos e onde realizam os concertos. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-4 - Marisqueiras na baía de Itapagipe. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

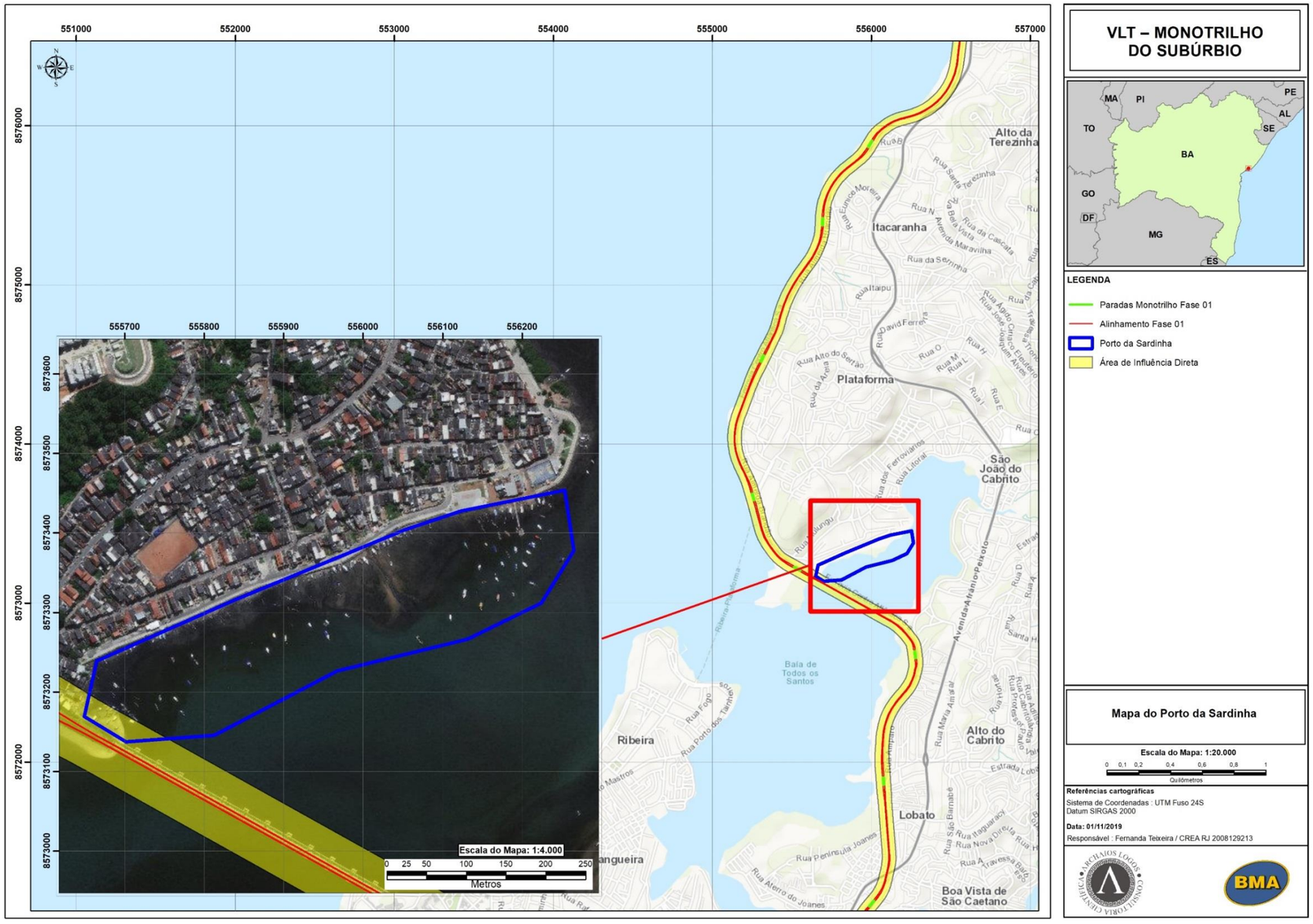


FIGURA 13-5 - Mapa Localização do Porto da Sardinha, área de atuação da colônia de Pescadores Z-02 em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

A Colônia de Pescadores Z-67 Subúrbio Ferroviário está localizada no bairro de Paripe, a colônia de pescadores possui jurisdição de São João do Cabrito até São Thomé de Paripe. A Colônia possui em torno de 850 pescadores cadastrados, segundo Silva (2013, p. 62). De acordo com Silva, todas as 40 embarcações dos pescadores da colônia de pescadores Z-67 todas realizam sua atividade pesqueira barra fora, para capturarem melhores espécies de pescados. Os produtos pesqueiros são comercializados no mercado local e alguns pescadores possuem clientela fidelizada como restaurantes.

De acordo com Silva (2013) parte das atividades realizadas nas duas colônias, a Z-02 Itapagipe e Z-67 Subúrbio Ferroviário, a predominância das atividades realizadas são por marisqueiras cadastradas, mas de acordo com a autora, embora cerca de 70% envolva essa atividade realizada por mulheres, as demais atividades de pesca são realizadas por pescadores autônomos. De acordo com Silva (2013) a região suburbana da Bahia e nos bairros que são interceptados pela linha ferroviária, o número de mulheres marisqueiras é muito maior. As atividades independentes são realizadas por populações dos bairros do interceptados pela ferrovia e tem como objetivo principal a subsistência e o excedente são comercializados ou serve para relações de compadrio.

É importante observar que o sistema de produção econômica de livre iniciativa tem-se duas grandes unidades econômicas de mercado: os indivíduos e as firmas. Na economia pesqueira artesanal da área de influência direta, observa-se a relação entre pescadores ou marisqueiras e atravessadores. Os consumidores intermediários, os atravessadores, são as unidades consumidoras que demandam o produto e ofertam os fatores da produção (capital e insumos pesqueiros). Os atravessadores intermediam a cadeia produtiva atual em Salvador, eles demandam os produtos advindos do mar, capturados pelos pescadores e ofertam os produtos para os consumidores finais, na maioria das vezes, restaurantes regionais.

O processo produtivo pesqueiro ou cadeia produtiva possui três etapas: captura, processamento ou beneficiamento e comercialização. Com a captura dos pescados é que o pescador artesanal oferta seus produtos. Devido à falta de infraestrutura (terminais pesqueiros, locais para beneficiamento adequado, pontos de venda e gerenciamento da produção) muitos pescadores não beneficiam sua produção, exceto aquelas (marisqueiras) que estão registradas nas colônias. Quando os produtos pesqueiros são beneficiados, pelos pescadores, a maioria não realizam conforme as orientações da vigilância sanitária para manter a melhor qualidade do produto. Mas, é importante ressaltar, que a maioria não se beneficiam, por não estarem registrados e trabalham de maneira informal conforme as normas de segurança e, dessa forma, são excluídas da cadeia produtiva, mas, observa-se também que ao estabelecerem relações com algum atravessador, o produto será vendido, mesmo que o produto não gere lucros efetivos para o seu benefício.

No caso das marisqueiras, elas são as que conseguem completar a cadeia produtiva, pois elas mariscam e realizam o beneficiamento em suas residências e juntam até adquirir uma quantidade expressiva para venda.

13.2. O Ofício de Mariscar

O ofício de mariscar é considerado uma das categorias que envolve a pesca artesanal. Por pesca artesanal, entende-se aquela que utiliza instrumentos simples e se caracteriza pelos saberes e práticas repassados de geração para geração. Pode ser exercida de várias formas, seja com rede de arrasto, com linhas, com manzuá ou mariscando (BRASIL, 2013).

O Ministério da Pesca e Aquicultura (BRASIL, 2013) e a Bahia da Pesca (BAHIA, 2013), descrevem a pesca artesanal como uma atividade econômica que é realizada pelos pescadores de forma autônoma ou de regime de economia familiar, podendo ser realizada através em parceria, com o uso ou não de embarcações de médio e pequeno porte e petrechos sem sofisticação, repassados aos mercados e vendas locais ou através das atividades domésticas para suprir as necessidades de subsistência de grupos familiares.

Segundo a Bahia Pesca (BAHIA, 2013), a atividade pesqueira na Bahia é majoritariamente artesanal. E, pode-se caracterizar o ofício do profissional do mar, atribuindo, neste sentido, referência a todas modalidades de pescas artesanais, como aquele que é dono dos seus instrumentos de trabalho, que aplica seus saberes na produção com tecnologia simples, com baixo custo de produção, realizando a atividade com grupos de trabalhos por referenciais de parentesco ou com associados da colônia de pescadores, sem vínculo empregatício.

13.2.1. As Marisqueiras do Lobato

Durante a realização do presente estudo, encontramos em uma das idas e vindas da viagem de trem suburbano um grupo de marisqueiras que seguiam do Lobato até a baia de Itapagipe. Foi acordado com elas da equipe técnica acompanha-las em sua atividade diária, com o objetivo de se entender a organização feminina da mariscagem.

As mulheres relataram que é comum muitas mulheres marisqueiras dos bairros interceptados pela ferrovia saírem sentido na baia de Itapagipe para mariscar logo pela manhã, mas no caso delas, entretanto, devido as obrigações domésticas, iniciarem as atividades após as 9h30, todos os dias. De acordo com as falas, a prática da mariscagem é uma atividade repassada por gerações, elas acompanham suas mães na mariscagem desde pequenas. E, assim, dos filhos que não estão matriculados na escola, os pequenos as acompanham junto ao grupo de mulheres que se revezam nos cuidados com as crianças.

Observa-se que a organização do trabalho artesanal não se estrutura na forma de postos de trabalhos integrados, como se costuma verificar nas grandes produções comerciais; mas se estabelecem por meio da tradição inscrita na herança familiar, em que a mulher assume o papel central. Também, conforme situação em análise, a mulher conduz a dinâmica das atividades cuja organização exige a compreensão da noção de autonomia e de tempo natural. Trata-se de um modo de vida, em que o conteúdo do trabalho não é fragmentado, empobrecido, alienado, pois o pescador artesanal domina todo o processo de seu trabalho.

A questão do gênero é marcante na divisão do trabalho de extração de mariscos, realizada principalmente por mulheres e crianças. De acordo com as marisqueiras do Lobato, seus maridos ocupam atividades de “biscates” (trabalhos informais na região) e quando podem também pescam, mas o domínio da atividade é realizado pelas mulheres, em sua maioria. Verifica-se uma organização sexuada do trabalho arraigada na tradição da comunidade pesqueira e da organização familiar. Essa prática é distinta daquela que está inscrita na colônia de pesca, ou das existentes em processos industriais, mas fazem parte da atividade domiciliar e da atividade informal para suprir necessidades básicas com a venda do excedente. As narrativas não identificam uma subordinação do trabalho feminino, mas uma naturalização dessas relações, em que a praia, o mangue, a baia são as extensões dos aspectos biológicos do corpo da mulher. Nesse sentido, envolvendo a compreensão do campo simbólico de Bourdieu (1996), o espaço do trabalho seria feminino, pois a baia é o berço de outras espécies pesqueiras e por que gera o alimento e a vida que se estendem nas relações familiares e domésticas. Essa relação presente nas falas femininas, traz a noção de uma relação e condição completamente maternal, pois é onde se reproduz a vida.

As mulheres detêm o saber e exercem práticas de todas as etapas da extração do marisco na baia ou nos mangues da região que se somam ao trabalho doméstico tradicional, configurando uma dupla jornada. O trabalho de homens na extração de mariscos ocorre quando esses não dispõem de recursos para adquirir canoas para participar da pesca, ou quando não exercem outras atividades remuneradas de trabalho.
Os saberes e práticas tradicionais compõem a organização do ofício, como: os locais adequados para a mariscagem, como por exemplo, no caso dessas mulheres, elas não coletam no bairro do Lobato, devido ao índice de contaminação e da violência presente naquele bairro. Além do local adequado e conhecimento das regiões do entorno, conforme demonstrado nas, a fabricação ou adaptação de instrumentos de trabalho e procedimentos de uso, elas adaptam as tampas de ventiladores como se fossem peneiras, entretanto, mais leves para carregarem consigo.

Há também a escolha do tipo de marisco em função do valor econômico, tais como relataram é comum coletarem o marisco e a ostra, os comercializam por quilo, em média o quilo do marisco é vendido a vinte e cinco reais, enquanto a ostra é vendida a quarenta reais o quilo. Segundo as marisqueiras do Lobato, a comercialização é realizada em suas residências, sob encomenda ou ainda quando precisam saem com um isopor pelas ruas oferecendo a quem possa se interessar. A renda mensal relatada por elas chega a cem reais por mês, dependendo da época do ano e da procura, alcançam até duzentos reais mensais com a venda dos mariscos coletados.

Dos conhecimentos intrínsecos a prática de mariscagem compõem uma série de saberes na organização do ofício, tais como: os períodos de pesca na sua relação com a natureza; a modalidade de limpeza e pré-cozimento (beneficiamento); a previsão dos ciclos lunares, marés, variações climáticas e interferências na reprodução dos mariscos; técnicas de mariscar; os riscos do trabalho devido a acidentes no trabalho com peixes venenosos e, das trocas com cantos, risadas, particularidades trocadas por elas nessa rede de relações femininas e/ou de parentesco que é realizada em grupo.

De acordo com elas, a prática da mariscagem acompanha o ciclo lunar, especificamente durante o período da lua nova e lua cheia, pois é quando encontram os melhores mariscos, entre as variações citadas, estão: maria preta, ostra, sururu, berbigão, bebe fumo e chumbinho.

É na lunação cheia e nova que a coleta é mais volumosa, mas durante os outros períodos lunares, elas aproveitam a oportunidade para coletar ostras, pois as retiram em pedras, com faquinhas que carregam para facilitar a extração. Beatriz Santana (23 anos, mãe de dois filhos, comunitária do Lobato) relata que

> "*essa é uma relação com o Criador, entre a criação da lua e do sol de forma variada que envolvem suas vidas, é o Criador que define essa relação com a Terra e determina a dinâmica das marés, rios, canais litorâneos e da baia. Somos filhas do Criador e filhas desse lugar*". É na lua nova e cheia que ocorrem a variação das marés, denominadas por ela por "maré grande". Durante a "maré baixa ou maré morta", dos quartos crescentes e minguantes, não ocorrem tanta variação e a maré é fraca.

É quando sua jornada aumenta e o sustento da família e a renda do lar é garantido. Nas outras fases, ela descansa, cuida dos filhos e da casa ou ainda sai atrás da coleta de ostras para garantir o sustento.

As marisqueiras não podem ampliar o tempo que regula as marés, mas podem intensificar o trabalho e eliminar todo tipo de pausas para aumentar sua produção e assim elevar os ganhos junto a comercialização local ou residencial. Quanto mais necessitam garantir a sobrevivência, mais se sobrecarregam de trabalho. Nesse caso, o aumento do ritmo e a ausência de pausas contingenciadas pelo tempo somados às condições sociais e econômicas de vulnerabilidade. Assim, a condição social persiste como condicionantes desse modelo de trabalho tradicional. Essa modalidade de trabalho artesanal sem conteúdos científicos, que envolve o conhecimento tradicional e transmitido de geração a geração no berço familiar ou ainda de compadrio com outras mulheres que realizam a mesma atividade, organizam também micro poderes simbólicos de quem domina este saber popular e se torna capaz de exercer atividades de coleta de mariscos, permeado de ritos, trocas, valores e aspectos pessoais de criação de lazer em meio ao trabalho e que compõem as práticas culturais relativos ao processo de trabalho artesanal e reorganizam uma modalidade de trabalho e de relações sociais estabelecidas, entre alianças, compadrio e relações de parentescos com afinidades próprias.

Das técnicas corporais, elas carregam consigo vários baldes de volumes distintos e organizam uma base maior as margens da baia, para entre idas e vindas, dos mariscos coletados e escolhidos, irem compondo um volume certo para a venda. Quando a maré está baixa, normalmente no início da manhã, elas não precisam se abaixarem ou mergulharem na água, a retirada do marisco pela manhã ainda é possível devido a maré estar baixa, através da flexão dorsal por longo tempo. Elas deambulam e cavam com movimentos dos membros superiores em ritmo acelerado, quase sempre em flexão dorsal, se deslocam por pedras, entre algas, pelo arenoso da baia, sob sol intenso e com os olhos fixos no arenoso para identificar os mariscos.

Segundo elas, a limpeza dos mariscos e a escolha deles durante a coleta é fundamental para a qualidade do produto a ser ofertado. A fase de limpeza e pré-cozimento, as marisqueiras trabalham sentadas, em bancos rudimentares e geralmente improvisados, durante longas jornadas. Dos riscos relatados, as contaminações das águas e de peixes venenosos são os principais citados. E, sobre as condições de higiene pessoal, estas se configuram com inscrições da cultura e produzidas em função da falta de acesso aos serviços de saneamento básico, no caso, muitas vezes as necessidades fisiológicas são realizadas no ambiente natural, típico de áreas isoladas e camponesas.

A percepção do tempo em relação ao trabalho é uma categoria central na vida da marisqueira. Nesse sentido, segundo elas, conhecer as complexas variações do tempo e suas relações com os movimentos das marés é fundamental na organização do trabalho de extração de mariscos, pois a coleta ocorre nos espaços ampliados pela maré baixa ou vazante. O tempo natural é formado de ciclos solar, lunar e das marés, e envolve também a determinação da relação com o tempo no trabalho e com a vida comunitária ou doméstica. Segundo elas, a maré e a lua são as chaves da realização do trabalho, "*a gente trabalha na baixa e descansa na enchente" (Valdinéia, 43 anos).* É a relação entre o ciclo da maré, o ciclo lunar que definem a jornada de trabalho; que em média ocupavam, antes dos filhos, até seis horas de coletas, mas atualmente ocupam cerca de duas a três horas de coletas, segundo os ciclos da natureza. E, também, como se entendem pertencentes a esse campo que é a extensão de suas casas e também de seu corpo.

FIGURA 13-6 - Chegada do grupo de marisqueiras na estação Plataforma. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-7 - Encontro da equipe técnica com o grupo de marisqueiras na estação Plataforma. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

FIGURA 13-8- Travessia entre a linha de trem para chegar na baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

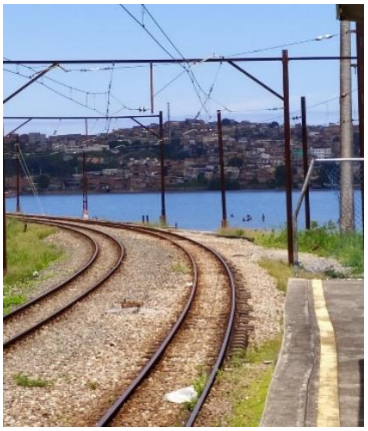


FIGURA 13-9 - Entre trilhos e margens - o caminho das marisqueiras do Lobato. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-10 – Instrumentos de mariscagem. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-11 – Escolha dos mariscos nos instrumentos adaptados. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-12 - Coleta separada de mariscos. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-13 - Armazenamento de mariscos coletados. Foto em 20/09/2019, de Teresa Cristina Silveira.

FIGURA 13-14 - Relações de parentesco entre marisqueiras na baia de Itapagipe e bairros do entorno da linha ferroviária. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

FIGURA 13-15 - Equipe técnica em campo com as marisqueiras do Lobato. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

FIGURA 13-16 - Grupos distintos de marisqueiras na baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

FIGURA 13-17 - Marisqueiras em ofício diário. Baia de Itapagipe/BA. Foto em 20/09/2019, de Daivisson Santos.

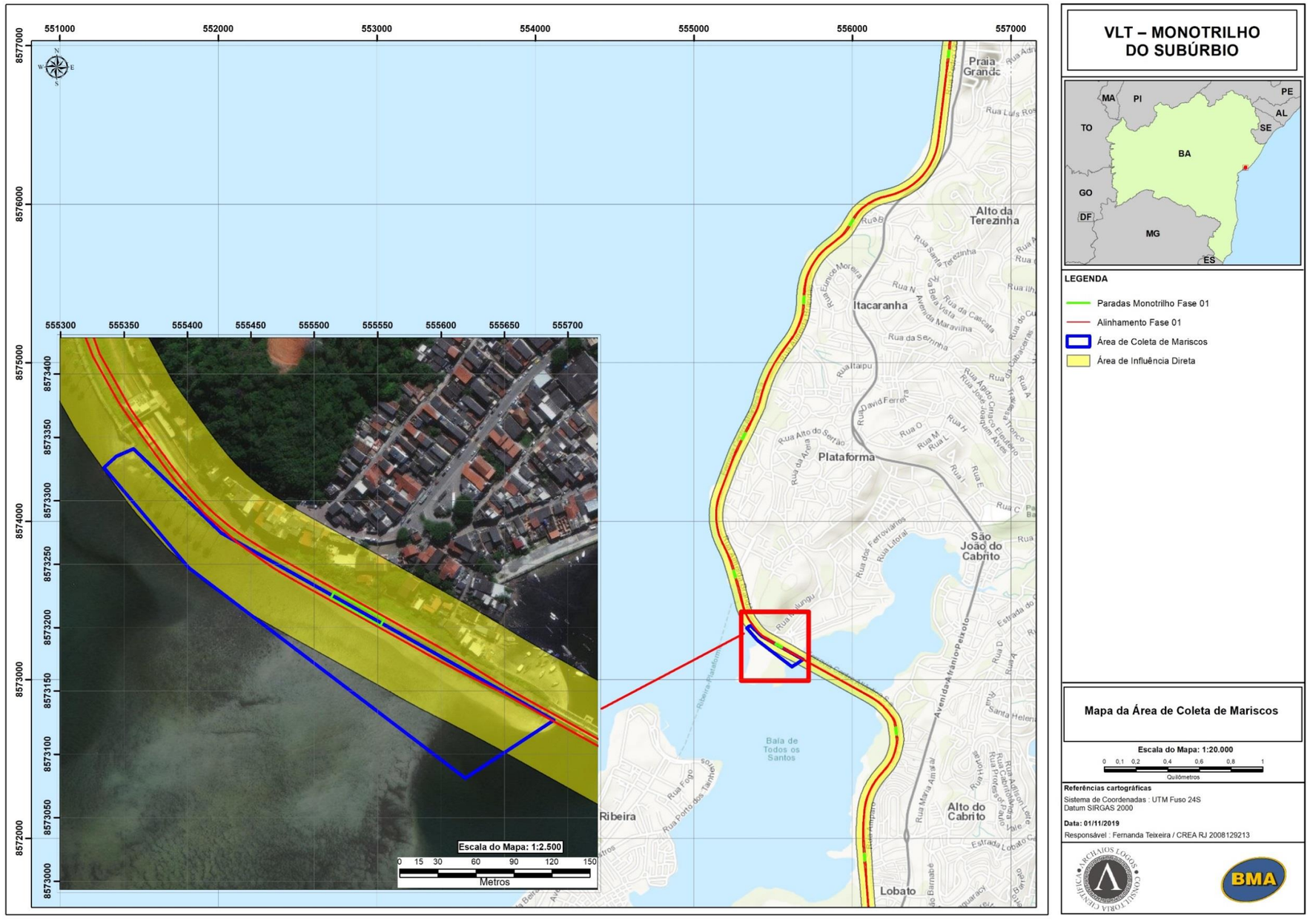


FIGURA 13-18 - Mapa Localização do Ponto de Mariscagem no Bairro de Plataforma em relação a Área de Influência Direta do Empreendimento.

14. IDENTIFICAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS

14.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

14.1.1. Contextualização

A metodologia utilizada na elaboração do presente diagnóstico tem por base um conjunto de pressupostos para o entendimento da questão e orientação das etapas e conteúdo dos estudos para identificação, classificação e avaliação dos impactos.

O conteúdo a que se refere o parágrafo anterior está intimamente atrelado ao tipo de empreendimento e identificação das ações que afetam o meio ambiente, nas fases de planejamento, implantação e operação, bem como o local onde o mesmo será inserido. Seu porte (tamanhos de suas áreas de Influência), as características físicas e o interesse ambiental da área são fatores determinantes para a maior ou menor relevância dos impactos.

Os impactos ambientais são definidos pelo Art. 1º, da Resolução nº 001, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V - a qualidade dos recursos ambientais".

Juntamente com o diagnóstico ambiental e caracterização do projeto, a identificação dos impactos tem como objetivo assegurar que todos aqueles potencialmente significativos – positivos ou não – sejam observados e levados em consideração.

Após a realização das atividades de levantamentos de dados secundários e de campo na área do VLT – Monotrilho do Subúrbio, foram localizados um total de 32 bens culturais e 13 comunidades tradicionais nas áreas de influência do empreendimento.

Assim, foram identificados, classificados e avaliados, adiante, os impactos do VLT (etapas de planejamento, implantação e operação) sobre os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos de suas Áreas de Influência. Concomitantemente, foram identificadas, quando necessário, as medidas mitigadoras, compensatórias e de controle, acrescidas de recomendações ou alterações no projeto, entre outras ações, que busquem evitar e/ou minimizar os impactos.

De maneira geral, esta pode ser uma tarefa complexa, uma vez que envolve um grande número de relações e consequências. Para o alcance dos objetivos dos estudos ambientais torna-se, assim, imprescindível uma clareza na linha metodológica de avaliação assumida e sua estruturação de análise das informações. De acordo com SÁNCHEZ (2013), não existe uma metodologia completa e ideal que atenda a todos os

diferentes estudos de impacto ambiental e suas respectivas fases, estando a critério da equipe técnica a seleção do método mais apropriado, ou parte dele, de acordo com as atividades propostas.

Para este relatório, estabeleceu-se como metodologia de identificação, classificação e avaliação de impactos o uso de Matriz de Interação. A escolha está baseada em alguns pré-requisitos básicos, tais como: integração dos aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos, eficiência, praticidade, e facilidade na avaliação da relevância e significância dos impactos por fases do projeto (planejamento, implantação e operação). Por meio da montagem da matriz, são identificadas as principais interferências ambientais que inter-relacionam as diversas ações impactantes em suas várias fases, considerando os diferentes componentes ambientais a serem afetados (população, atividades produtivas, aspectos físicos, vegetação, fauna, qualidade do ar, entre outros).
O uso da Matriz de Interação tem as seguintes características:

Interdisciplinaridade: com o objetivo de alcançar um conhecimento integrado e, ao mesmo tempo, diferenciado dos espaços alterados (ADA, AID e AII) ao longo do tempo, por fatores econômicos e sociais diversos. Dessa forma, a análise envolve a compreensão dos aspectos ambientais físico-bióticos e socioeconômicos, nas suas dinâmicas, características e peculiaridades;

Intersetorialidade: tratando-se de uma adequação de modal de transporte urbano, que promoverá interferências no meio ambiente, é de fundamental importância que relações interinstitucionais sejam feitas com as Prefeituras Municipais, Governo do Estado e demais órgãos intervenientes;

Foco ambiental de acordo com o diagnóstico ambiental: é apresentada a realidade atual das Áreas de Influência nos seus aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos mais relevantes, e que poderão ser alterados com a implantação do empreendimento, possibilitando, por meio dessa análise, aprofundar a compreensão dos impactos ambientais identificados.

O uso da Matriz de Interação permite que se faça uma descrição de cada impacto e uma síntese deles por grupo de ações propostas, revelando quais podem ser evitados, mitigados, compensados ou potencializados, por meio de ações implantadas ainda durante o planejamento e a implantação do projeto (SÁNCHEZ, 2013). A partir do conjunto de informações resultantes das análises da matriz de impacto, serão definidas as medidas de controle e classificadas quanto à natureza (mitigadoras, maximizadoras ou compensatórias), à fase do empreendimento em que deverão ser adotadas, ao fator ambiental a que se aplicam, ao prazo de permanência de sua aplicação, à responsabilidade por sua implantação, à exequibilidade e à complexidade.

A partir da metodologia considerada, as ações propostas para o empreendimento serão associadas aos fatores ambientais e identificados os impactos ambientais significativos de acordo com as informações levantadas e os estudos específicos para cada meio. Em seguida, é formulada uma matriz que, a partir desse momento, será denominada de Matriz de Impactos, na qual são apresentados, em suas colunas, as etapas do empreendimento e os critérios de caracterização dos impactos; e em suas linhas, os

impactos identificados. Os critérios de caracterização dos impactos utilizados são adequados aos estudos ambientais de empreendimentos similares.

TIPO DE EFEITO (positivo, ou negativo);
DIRECIONALIDADE (qual o meio que recebe seu efeito);
NATUREZA (direto ou indireto);
PERIODICIDADE (temporário, cíclico ou permanente);
TEMPORALIDADE (qual a duração do efeito);
ABRANGÊNCIA (dimensão geográfica do efeito);
REVERSIBILIDADE (capacidade do ambiente retornar ou não a sua condição original);
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA (baixa, média, alta);
MAGNITUDE (intensidade baixa, média, ou alta do efeito);
IMPORTÂNCIA (baixa, média, ou alta do efeito).

Dentre esses critérios, foram considerados a Magnitude e Importância como atributos que possibilitam definir uma escala de apreciação, denominada Significância, de maneira a permitir que sejam tratados com maior prioridade aqueles considerados de maior valor. Para eles, são associados valores de 1 a 3 e as somas algébricas dos valores atribuídos na matriz de impacto irão classificar o grau de significância. A classificação da significância é apresentada no **QUADRO 14-1** e a sua pontuação decorre da relação entre os critérios Magnitude e Importância, conforme apresentado no **QUADRO 14-2**.

QUADRO 14-1 – Classes de Significância dos Impactos.

Classe	Significância	Pontuação
Baixa	Impacto de magnitude desprezível, restrito ao local, totalmente reversível com ações imediatas.	2 e 3
Média	Impacto de magnitude considerável, reversível com ações mitigadoras.	4
Alta	Impacto de grande magnitude, necessidades de grandes ações mitigadoras para reverter a contaminação ambiental.	5 e 6

QUADRO 14-2 – Ponderação da Significância dos Impactos.

Magnitude	Importância		
	Baixa	Média	Alta
Baixa	Baixa Significância	Baixa Significância	Média Significância
Média	Baixa Significância	Média Significância	Alta Significância
Alta	Média Significância	Alta Significância	Alta Significância

Merece uma atenção especial a sutileza da distinção entre a Magnitude e a Significância dos impactos. Essa questão também ressalta a diferença entre abordagens objetiva e subjetiva. Enquanto a previsão da magnitude pode ser um exercício objetivo, a determinação da significância é um exercício mais subjetivo, uma vez que, normalmente, envolve julgamentos de valor, refletindo a importância do impacto para os tomadores de decisão (GLASSON *et al.*, 1994).

14.1.2. Descrição

O estudo de impacto sobre os Bens Culturais apresentado no presente relatório busca contemplar a correlação entre as várias atividades e ações pertinentes ao planejamento, implantação e operação do VLT – Monotrilho do Subúrbio e o meio ambiente natural e antrópico, além de avaliar sua compatibilidade ambiental e resumir adequadamente os resultados sobre os Bens Culturais.

A avaliação dos impactos sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais foi fundamentada em metodologia específica e de domínio usual, buscando-se identificar, qualificar e quantificar, quando passíveis de mensuração, os impactos a serem gerados nas fases do empreendimento.

A estruturação da presente metodologia foi desenvolvida a partir da análise integrada sobre os compartimentos ambientais considerando-se três etapas, a saber:

- **Etapa 1:** Identificação das ações geradoras de impactos ambientais e correlação entre cada uma das atividades previstas com os respectivos aspectos ambientais;
- **Etapa 2:** Identificação, classificação e avaliação dos possíveis impactos;
- **Etapa 3:** Elaboração da Matriz de Avaliação de Impactos sobre os Bens Tombados, Valorados e Registrados e proposição de medidas.

A primeira etapa consistiu na identificação das ações potencialmente causadoras de prejuízos aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais. Estas ações guardam estreita correspondência com as atividades de implantação e operação do empreendimento, e são variáveis dependentes, uma vez que se vinculam à natureza e ao porte dos mesmos. Uma vez definidos os fatores geradores, a avaliação de cada atividade foi realizada considerando critérios como magnitude, abrangência, temporalidade e reversibilidade. Assim foi elaborada a Matriz de Identificação de Impactos que discrimina as ações correspondentes, correlacionando-os aos principais componentes dos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais suscetíveis aos efeitos do empreendimento.

Dessa forma, a Matriz de Identificação de Impactos tem como estruturação básica os componentes dos seguintes conjuntos de variáveis: de um lado as ações necessárias à implantação e operação e, de outro, os componentes referentes Bens Culturais e Comunidades Tradicionais, passíveis de sofrerem os efeitos dessas ações.

14.1.3. Classificação

Considerando esse cenário, as organizações para a classificação da análise dos impactos se basearam na ordem apresentada a seguir:

- Conhecimento do empreendimento e atividades previstas;
- Diagnóstico das Áreas de Influência/seleção dos elementos de análise;
- Definição de critérios.
-

Foram adotados os seguintes critérios de classificação para o estabelecimento da Matriz de Avaliação de Impactos sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais:

Natureza (**N**): Indica quando o impacto tem efeitos benéficos/positivos (**POS**), adversos/negativos (**NEG**), sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais.
Forma (**F**): Como se manifesta o impacto, ou seja, se é um impacto direto (**DIR**), decorrente de uma ação do empreendimento, ou se é um impacto indireto (**IND**), decorrente de outro, ou outros, impactos gerados diretamente ou indiretamente por ele.
Abrangência (**A**): Indica os impactos cujos efeitos se fazem sentir no local (**L**) ou que podem afetar áreas geográficas mais abrangentes, caracterizando-se como impacto regional (**R**). Considerou-se como efeito local aquele que se restringe à ADA e, regional, aquele que se reflete nas AID e AII.
Temporalidade (**T**): Diferencia os impactos segundo os que se manifestam imediatamente após a ação impactante, caracterizando-se como de curto prazo (**CP**), e aqueles cujos efeitos só se fazem sentir após decorrer um período de tempo em relação a sua causa, caracterizando-se como de médio prazo (**MP**) ou longo prazo (**LP**).
Duração (**D**): Critério que indica o tempo de duração do impacto, podendo ser permanente (**P**), temporário (**T**) ou cíclico (**C**).
Reversibilidade (**R**): Classifica os impactos segundo aqueles que, depois de manifestados seus efeitos, são reversíveis (**R**) ou irreversíveis (**IR**). Permite identificar que impactos poderão ser integralmente reversíveis a partir da implementação de uma ação de reversibilidade ou poderão apenas ser mitigados ou compensados.
Probabilidade (**P**): A probabilidade ou frequência de um impacto será alta (**A**) se sua ocorrência for quase certa e constante ao longo de toda a atividade, média (**M**) se sua ocorrência for intermitente e baixa (**B**) se for quase improvável que ele ocorra.
Magnitude (**M**): Refere-se ao grau de incidência de um impacto sobre o Patrimônio, em relação ao seu universo. Ela pode ser grande (**G**), média (**M**) ou pequena (**P**), segundo a intensidade de transformação da situação pré-existente do fator ambiental impactado. A magnitude de um impacto é, portanto, tratada exclusivamente em relação ao Patrimônio em questão, independentemente da sua importância por afetar outros fatores ambientais.
Importância (**I**): Refere-se ao grau de interferência do impacto sobre o patrimônio sobre diferentes fatores ambientais, estando relacionada estritamente com a relevância da perda patrimonial, por exemplo, se houver destruição de uma cavidade ou perda de um solo raro, embora de pouca extensão. Ela é grande (**G**), média (**M**) ou pequena (**P**), na medida em que tenha maior ou menor influência sobre o conjunto patrimonial local.
Significância (**S**): É classificada em três graus, de acordo com a combinação dos níveis de magnitude, importância, ou seja, pouco significativo (**PS**), significativo (**S**) e muito significativo (**MS**). Quando a magnitude ou a importância apresentar níveis elevados, o impacto é muito significativo; quando apresentar níveis médios, é significativo e, finalmente, quando a magnitude e/ou a importância são pequenas, o impacto poderá ter pouca significância.

A seguir, apresenta-se na **TABELA 14-1** a **TABELA 14-4** a análise dos critérios de classificação para o estabelecimento da Matriz de Avaliação de Impactos sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais identificados nas Áreas de Influência do VLT – Monotrilho do Subúrbio.

TABELA 14-1 – Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.

Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal, Estadual e Municipal nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.												
BEM	**Localização em Relação ao Empreendimento**	**N**	**F**	**A**	**T**	**D**	**R**	**P**	**M**	**I**	**S**
Casa Pia e o Colégio dos Órfãos da Bahia	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Antiga Fábrica São Brás	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Edifício Sede do Instituto do Cacau da Bahia	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Capela de Nossa Senhora da Escada	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Ofício das Baianas de Acarajé	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Ofício dos Mestres de Capoeira e Rodas de Capoeira	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	ADA	POS	DIR	R	CP	P	R	A	G	G	MS
Cortejo do 2 de Julho	ADA	POS	DIR	R	CP	P	R	A	G	G	MS
Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Elevador Lacerda	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Forte de São Marcelo	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Edifício à Praça Cairú	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Sobrado Azulejado (Prédio sito na Praça Cairú, n°19)	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Capela do Corpo Santo	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Palácio da Associação Comercial da Bahia	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Igreja do Pilar	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Casa do Conde da Palma	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal, Estadual e Municipal nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.												
Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Casa à Avenida Frederico Pontes	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Solar Bandeira	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Conjunto Arquitetônico da Soledade	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Edifício Caramuru	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Antiga Fábrica Fratelli Vita	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Fonte da Munganga	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Fonte da Água Brusca ou Fonte do Baluarte	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Painel do Artista Carybé denominado “Quetzalcoatl”, integrado ao Edifício Cidade de Ilhéus, no Comércio;	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Templo Afro Religioso Ilé Asé Maroialaji (Alaketu)	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Templo Afro Religioso Ilé Asé Kalé Bokun	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

TABELA 14-2 – Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Não Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.

Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais Não Tombados Registrados e Valorados Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio											
BEM	**Localização em Relação ao Empreendimento**	**N**	**F**	**A**	**T**	**D**	**R**	**P**	**M**	**I**	**S**
Forte de Santo Alberto	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Forte de São Joaquim da Jequitaia	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

Estação da Calçada	ADA	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Edifício Sede do Ministério da Fazenda	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Estação Calçada	ADA	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Estação Periperi	ADA	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

TABELA 14-3 - Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais em Processo de Tombamento Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.

Matriz de Identificação de Impactos aos Bens Culturais em Processo de Tombamento Sob Âmbito Federal e Estadual nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio											
BEM	**Localização em Relação ao Empreendimento**	**N**	**F**	**A**	**T**	**D**	**R**	**P**	**M**	**I**	**S**
Feira de São Joaquim	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

TABELA 14-4 – Matriz de Identificação de Impactos sobre Comunidades Tradicionais Localizadas nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio.

Matriz de Identificação de Impactos sobre Comunidades Tradicionais Localizadas nas áreas de influência do VLT - Monotrilho do Subúrbio											
BEM	**Localização em Relação ao Empreendimento**	**N**	**F**	**A**	**T**	**D**	**R**	**P**	**M**	**I**	**S**
Povos e Comunidade de Terreiro	AII	POS	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Marisqueiras	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS
Pescadores	AID	NEG	DIR	R	LP	P	R	A	G	G	MS

14.1.4. IMPACTOS SOBRE OS BENS CULTURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS QUE PODERÃO VIR A SER GERADOS PELO EMPREENDIMENTO

Na avaliação dos impactos que a instalação do empreendimento possa vir a gerar sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais evidenciados, dois pressupostos foram considerados:

1. O fato de que os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais constituem recursos culturais finitos e não renováveis;
2. O fato de que os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais não se restringem a vestígios culturais, mas também a partes do ambiente que foram usadas ou modificadas pelo homem, ou que podem ajudar a compreender as relações entre o homem e o ambiente.

Para melhor compreensão dos impactos do empreendimento sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais, é interessante neste momento explicitar os conceitos implícitos aos termos técnicos empregados:

a) Ao conjunto de vestígios culturais concentrados ou distribuídos e estruturados num espaço delimitado, dá-se o nome espaço de manifestação cultural.

b) O(s) território(s) de consumo cultural, juntamente com o conjunto dos bens Culturais da região constituem o contexto cultural.

c) Por impactos do empreendimento sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais, entende-se qualquer alteração que uma obra projetada possa vir a causar sobre os bens culturais e seus contextos, impedindo que o legado das gerações passadas seja usufruído pelas gerações presentes e futuras.

As alterações que o processo construtivo do empreendimento possa vir a causar sobre os Bens Culturais e Comunidades Tradicionais evidenciados até o momento e apresentados no presente diagnóstico e seu contexto ambiental e antropológico estão contidas na tabela 18.

TABELA 14-5 – Impactos que podem vir a ser causados aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais pelo do VLT – Monotrilho do Subúrbio.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROVÁVEIS IMPACTOS			
CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	**PROCESSO**	**IMPACTO SOBRE BENS CULTURAIS REGISTRADOS EM ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL**	**FASE**
VLT – Monotrilho do Subúrbio	Estudos de Viabilidade técnico-econômica e de alternativas de localização e traçado	Interferência com indivíduos, grupos e/ou redes sociais que participam das atividades e manifestações da cultura popular	Pesquisa e Planejamento
	Levantamento Fundiário		

IDENTIFICAÇÃO DOS PROVÁVEIS IMPACTOS			
CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	**PROCESSO**	**IMPACTO SOBRE BENS CULTURAIS REGISTRADOS EM ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL**	**FASE**
	Serviços Topográficos	Interferência com indivíduos, grupos e/ou redes sociais que participam das atividades e manifestações da cultura popular existentes na área do empreendimento	
	Abertura ou serviços de melhorias nas vias de acessos	Emissão de poeira e particulado	Implantação
		Desmoronamento de Estruturas	
	Remoção do Solo e da vegetação para execução das fundações dos pilares de sustentação	Rachaduras e Fissuras nas Estruturas	
	Construção de Instalações de Apoio (Alojamentos, refeitório, almoxarifado)	Interferência com indivíduos, grupos e/ou redes sociais que participam das atividades e manifestações da cultura popular existentes na área do empreendimento	
	Contratação de serviços de terceiros		
	Contratação de mão-de-obra para construção		
	Desmontagem do canteiro de obras		
	Dispensa de mão-de-obra		
	Circulação de Veículos	Interferência com indivíduos, grupos e/ou redes sociais que participam das atividades e manifestações da cultura popular existentes na área do empreendimento	Operação
	Manutenção Civil, Elétrica e Mecânica		
	Geração de Energia Elétrica		

Levando em consideração a estruturação da matriz de identificação de impactos e a tabela de impactos que podem vir a ser causados aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais evidenciados nas Áreas de Influência do empreendimento, associado ao resultado advindos dos dados secundários e primários levantados nesta pesquisa chegamos às seguintes conclusões:

Em relação aos Bens Culturais Registrados (de natureza imaterial) localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos positivos, diretos, temporários, locais, reversíveis, de ocorrência certa com curta duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência local, pois as ações executadas nas áreas do empreendimento não gerarão impactos potencialmente lesivos a estes bens.

Em relação aos Bens Culturais Tombados (de natureza material) localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos negativos, diretos, permanentes, regionais, irreversíveis, de ocorrência

certa com longa duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência regional, caso não sejam adotadas ações mitigadoras sobre a ação da implantação do empreendimento sobre os mesmos.

Em relação aos Bens Culturais Valorados (de natureza material) localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos negativos, diretos, permanentes, regionais, irreversíveis, de ocorrência certa com longa duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência regional, caso não sejam adotadas ações mitigadoras sobre a ação da implantação do empreendimento sobre os mesmos.

Em relação aos Bens Culturais Não Tombados (de natureza material) localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos negativos, diretos, permanentes, regionais, irreversíveis, de ocorrência certa com longa duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência regional, caso não sejam adotadas ações mitigadoras sobre a ação da implantação do empreendimento sobre os mesmos.

Em relação aos Bens Culturais em processo de Tombamento (de natureza imaterial) localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos negativos, diretos, permanentes, regionais, irreversíveis, de ocorrência certa com longa duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência regional, caso não sejam adotadas ações mitigadoras sobre a ação da implantação do empreendimento sobre os mesmos.

Em relação as Comunidades Tradicionais localizados na Área Diretamente Afetada e na Área de Influência Direta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos negativos, diretos, permanentes, regionais, irreversíveis, de ocorrência certa com longa duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência regional, caso não sejam adotadas ações mitigadoras sobre a ação da implantação do empreendimento sobre os mesmos.
Para os outros Bens Culturais e Comunidades Tradicionais localizados na Área de Influência Indireta do VLT – Monotrilho do Subúrbio existirão impactos positivos, diretos, temporários, locais, reversíveis, de ocorrência certa com curta duração, de alta importância e grande magnitude e abrangência local, pois as ações executadas nas áreas do empreendimento não gerarão impactos potencialmente lesivos a estes bens.

15. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES

O presente relatório encerra o Diagnóstico de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais localizados nas áreas de influência do VLT – Monotrilho do Subúrbio, de acordo com o no Ofício 212/2019 emitido pelo Ministério Público Estadual da Bahia.

O Diagnóstico de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais e Comunidades Tradicionais do VLT – Monotrilho do Subúrbio proporcionou o direcionamento e a abordagem sistemática da pesquisa na relação entres os contextos, o espaço e a evidência das manifestações culturais, permitindo, em partes, o entendimento das características cotidianas entre elas e seus representantes e, as mutações e pressões sofridas em seus diferentes espaços de produção e consumo.

Apesar dos bens culturais de natureza imaterial abordados neste relatório, caracterizarem-se como intangíveis, suas concepções, perpetuações ocorrem obrigatoriamente ligadas à ação de seus atores e suas manifestações ocorrem em lugares específicos.

Em função da extensão do empreendimento e corroborando com a afirmativa de (BOURDIEU, 1987) que considera que, toda cultura tem suas hierarquias e estratificações sociais, e estas diferem significativamente de acordo com as circunstâncias e as histórias locais, o relatório, ora apresentado, também contemplou os Bens Culturais Imateriais registados sob Âmbito Estadual, que estão inseridos na Área Diretamente Afetada – ADA e na Área de Influência Direta - AID do empreendimento.

A localização destes bens, dos seus diferentes agentes e a relação de consumo cultural das comunidades a eles associadas, evidenciou uma perspectiva onde as diferentes culturas se configuraram, apesar de fragilizadas, de forma dinâmica.

Um exemplo da fragilidade em relação aos bens tombados está na falta de apoio de algumas prefeituras para o funcionamento regular dos projetos de capoeira, que apesar de promover de forma voluntária a inclusão social, e se configuram como instrumento não-formal de educação, retardando, impedindo e em alguns casos resgatando crianças e jovens do uso drogas lícitas e ilícitas, são prejudicados e as vezes interrompidos em função das mudanças políticas.

O cenário apresentado aponta a necessidade de criação de mecanismos que facilitem a mediação entre as entidades que promovem o ensino da capoeira e os poderes públicos locais, com o objetivo de buscar soluções efetivas para o ensino da capoeira em espaços públicos e, o estabelecimento de políticas públicas que visem o reconhecimento do ofício e do saber dos mestres de capoeira.

Diante do exposto fica nítido que o registro de Bens Culturais e Comunidades Tradicionais não se apresenta como suficiente para salvaguardar tais manifestações, mas sim como um instrumento necessário e imprescindível para o estabelecimento de um plano que elabore e encaminhe políticas públicas que auxiliem e estimulem seus atores e os produtos culturais que eles representam.

O cruzamento de dados secundários com os dados obtidos durante as pesquisas de campo sobre os Bens Culturais de Natureza Imaterial registrados nas esferas Federal e Estadual proporcionou a criação de um zoneamento destes bens na área em estudo e aponta que tanto o Ofício de Baianas de Acarajé, quanto as Rodas e o Ofício dos Mestres de Capoeira estão distribuídos e se manifestam na área de influência indireta do empreendimento.
Em contraponto, a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim se distribui e se manifesta, em função de sua natureza, na ADA e na AID do empreendimento.

Assim os Bens Culturais de Natureza Imaterial registrados em âmbito federal e estadual (Ofício de Baianas de Acarajé, Rodas e Ofício dos Mestres de Capoeira) estão inseridos na Área de Influência Indireta – AII do empreendimento e não sofrerão impactos negativos em função da instalação do empreendimento.

Sobre o Bem Cultural de Natureza Imaterial registrado em âmbito federal (Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim) e em âmbito estadual (Cortejo do 2 de Julho), seus atores estão distribuídos em várias regiões da Bahia, do Brasil e até em outros países.

Alguns trechos da Área Diretamente Afetada – ADA e Área de Influência Direta – AID – do empreendimento atravessarão, de forma temporária, espaços onde tais manifestações são realizadas, contudo, tanto a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, quanto o Cortejo do 2 de Julho não sofrerão impactos negativos em função da instalação do empreendimento, pois sua dinâmica existencial e seu caráter duradouro demonstram que ao longo dos séculos as mesmas, mesmo sofrendo alterações em função do crescimento do territorial e populacional de Salvador, vem sendo comemorada initerruptamente ao longo dos séculos e se configuram como representantes das tradições arcaicas baianas.
Sobre os Bens Culturais imóveis localizados na Área de Influência do empreendimento, os mesmos não sofrerão impactos negativos advindos das obras do VLT.

Sobre os Bens Culturais Tombados sob âmbito Federal, Estadual e Municipal dos 23 (vinte e três) localizados no entorno da obra, 05 (cinco) estão localizados na Área de Influência Direta do Empreendimento – AID. São eles: O Edifício Sede do Instituto do Cacau da Bahia; a Casa Pia e o Colégio dos Órfãos da Bahia; a Antiga Fábrica São Brás, a Capela de Nossa Senhora da Escada e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade Baixa.

Sobre os Bens Culturais imóveis que não estão tombados em nenhuma esfera pública 03 (três) estão localizados na Área de Influência Direta do Empreendimento – AID e 02 (dois) estão localizados na Área Diretamente Afetada – ADA do empreendimento, são eles respectivamente: Forte de Santo Alberto, Forte de São Joaquim da Jequitaia, Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Estação da Calçada e Estação Periperi.

Torna-se fundamental propor as seguintes medidas mitigatórias para todos os bens supracitados: Monitoramento de Material Particulado, Monitoramento de Vibração Monitoramento de Trincas, Rachaduras e Fissuras.

Para os Imóveis que estão em avançado estado de degradação é necessário um laudo técnico das condições de estado atual das estruturas e quando aplicável o escoramento das mesmas durante a realização das obras.

Para a Capela de Nossa Senhora da Escada além das medidas propostas, pelo princípio da precaução, se cabível após avaliação da engenharia, é necessário o monitoramento da encosta onde está localizada a Capela para a verificação de eventuais movimentações de massa, pois a mesma está muito próxima do traçado do empreendimento.

Sobre os Bens Culturais imóveis que estão localizados na Área de Influência Indireta – AII do Empreendimento os mesmos não sofrerão impactos negativos advindos das obras do VLT.

Em relação ao espaço social, cultural e econômico referente à feira de São Joaquim, o empreendimento não causará impacto negativo sobre a população que a utiliza.
Em relação às comunidades tradicionais localizadas na AID do empreendimento o maior impacto que será gerado pelo VLT está no aspecto econômico para a população em função do aumento do valor da tarifa e na impossibilidade do transporte dos mariscos com a atualização do modal.

Diante desta perspectiva é recomendada, como medida mitigatória, reuniões entre as comunidades envolvidas, as lideranças dos bairros que estão nas áreas de Influência do empreendimento, o Ministério Público Estadual e o empreendedor para que seja elaborado um termo de compromisso que vise a manutenção das atividades tradicionais desenvolvidas atualmente nas áreas de influência Direta do Empreendimento.

Os Povos e Comunidades de Terreiro não sofrerão impactos negativos advindos das obras do VLT pois estão localizados em sua Área de Influência Indireta – AII.

O desenvolvimento das atividades de Educação Patrimonial nas áreas supracitadas auxiliará na transmissão do conhecimento/reconhecimento desses bens junto às comunidades locais e na apresentação e difusão destes enquanto Bens Culturais

16. REFERÊNCIAS

AMARAL, M. Abandono. Soteropolitanos do Subúrbio Ferroviário. https://soteropolitanosdosuburbio.wordpress.com/2007/05/29/hip-hop-no-suburbio-ferroviario/. Acesso em 09 de outubro de 2019. (2007)

ANDRADE, A. B. BRANDÃO, P. R. B. Geografia de Salvador. 2009.

ALBUQUERQUE, W. R. de. S. Deuses e Heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República. **Afro-Ásia**, 18. 1996.

Associação Cultural dos Afrodescendentes da Baixada Santista – AFROSAM. Disponível em:< http://www.afrosan.org.br/graduacao-da-confederacao-brasileira-de-capoeira-e-padrao-do-grupo-nacao-guerreira/> Acesso em 09 de outubro de 2019.

AZEVEDO, P. O. de. Alexander S. Buddeüs: a passagem do cometa pela Bahia. **São Paulo: Vitruvius**, 2007.

BAHIA PESCA. **A pesca na Bahia**. Disponível em: http://www.bahiapesca.ba.gov.br/ Consulta em 22/09/2019.

BARRETTO, A. **Fortificações do Brasil: resumo histórico**. Biblioteca do exército, 1958.

BAUER, M., & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes. 2002.

BENTLEY, G.C. ***Ethnicity and practice: Comparative Studies*** in *Society and History.* 29 ed. 1987.

BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 4ª edição. 2007.

BONFIM, L. A.. Lavagem do Bonfim: tradições e representações da fé na Bahia. *http://www. antropologia. com. ar. Acesso*, *em 20 de setembro de 2019*. (2006)

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.

_____. **Coisas Ditas**. Paris: *Les Editions de Minuit.* 1987.

_____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983a.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, R. (org.) BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática. 1983b.

BRASIL. (30 de novembro de 1937). Decreto Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.*

BRASIL. Decreto-lei 794, de 19 de outubro de 1938**.** Aprova e baixa o Código de Pesca.
BRASIL. (05 de Outubro de 1988). Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 216 - Versa sobre o patrimônio cultural brasileiro*.

BRASIL. (04 de agosto de 2000). Decreto Federal nº 3551, de 04 de agosto de 2000. *Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e da outras providências.*

CARVALHO, F.P de. Fundos de Pasto: organização política e território. **Dissertação (mestrado)**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 2008.

Cartilha dos Pescadores https://pt.slideshare.net/zezinhocoimbra/cartilha-colnia-de-pescadores. Consulta em 22/09/2019.

CASTILLO, L. E. O Terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807 – 1867. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 43, p. 213-259, 2011. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/AA_43_LCastillo.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

CONAMA, Resoluções. CONAMA 1986-1991. Brasília: IBAMA.

DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume/HUCITEC/NUPAUB-USP. 1994.

DUARTE, L. Iphan decide pelo tombamento da região do Comércio. **A TARDE**, Salvador, 15 outubro de 2099. Disponível em: https://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1265320-iphan-decide-pelo-tombamento-da-regiao-do-comercio. Acesso em: 20 de set. de 2019.

FERREIRA, A. M. de M. Fortificações portuguesas na cartografia manuscrita do Brasil. **I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Rio de Janeiro**, 2006.

FERREIRA, A. S. A reclusão feminina no Convento Soledade: as diversas faces de uma experiência (Salvador-século XVIII). 2006.

GARRIDO, C. M. **Fortificações do Brasil**. 1940.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. *Bens Culturais Registrados*. Disponível em:< : http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conInformacaoPatrimonialPoliticaE.jsf#>. Acesso em 09 de setembro de 2019.

_____ IPHAN. Ofício das Baianas do Acarajé. **Dossiê 6**. Ministério da Cultura, DF, Brasil, 2007.

_____ IPHAN. Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira. **Dossiê 12**. Ministério da Cultura, DF, Brasil, 2014.

_____ Inventário Nacional de Referências Culturais, **Manual de Aplicação.** Brasília: DID, 2000.

JÚNIOR, E. E. A Feira de São Joaquim. Geo Bahia – www.geobahia.hpg.ig.com.br, acesso em: 30 de outubro de 2019.

KRAAY, H. Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do dois de julho em Salvador, século XIX. **Afro-Ásia**, n. 23, p. 47-85, 1999.

MALDONADO. S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, C. **História do Negro Brasileiro**. Editora Ática S.A. São Paulo.1992.
MOURA**, C.E.M de.** Terreiro do Alaketu. **Disponível em:** https://www.geledes.org.br/terreiro-do-alaketu/. **Acesso em: 19 de setembro de 2019.**

OLIVEIRA, M. M .de. **As fortificações portuguesas de Salvador quando Cabeça do Brasil**. 2004.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** 17ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1981.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**. Oficina de Textos, 2013.

SANTOS. L. História: Confira as principais transformações do cortejo do 2 de Julho. Correio, Salvador, 29 de junho de 2019. Disponível em:< https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/historia-confira-as-principais transformacoes-do-cortejo-do-2-de-julho/> Acesso em: 20 de outubro de 2019.

SANTOS, L. Pescadores lutam para melhorar colônias. **A Tarde**, Salvador, 2013 Disponível em: https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1519875-pescadores-lutam-para-melhorar-colonias

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. *São Paulo: Hucitec*, *4*, 136. 1988.

Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Comunidades de Terreiro. Disponível em: http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-de-terreiro Acesso em em 19 de outubro de 2019.

SETTON, M.G.J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação, 20: 60-70. 2002.

SILVA, L. S. da. "A economia pesqueira artesanal no município de Salvador - BA: da organização produtiva a comercialização nas colônias de pescadores". Programa de Pós-Graduação em Economia, UFBA, 103 págs., 2013

SOUSA JUNIOR, V. C. de. **Na palma da minha mão: temas afro-brasileiros e questões contemporâneas**. 2011.

SOUZA, A. F. de. Fortificações no Brazil. **RIHGB. Rio de Janeiro**, p. 5-140, 1885.

UNESCO. Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Paris, 1972.

VIEGAS, J. Feira de São Joaquim: potencialidades e limites na visão do setor público. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 10, n. 1, 2007.